

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

GÊNERO E MASCULINIDADES
***FOLLOW-UP* DE UMA INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE**
VIOLÊNCIA CONJUGAL

LUIZ HENRIQUE MACHADO DE AGUIAR

BRASÍLIA
DEZEMBRO DE 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

GÊNERO E MASCULINIDADES
***FOLLOW-UP* DE UMA INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE**
VIOLÊNCIA CONJUGAL

LUIZ HENRIQUE MACHADO DE AGUIAR

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura (PsiCC), como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre.**

ORIENTADORA: PROF^a. GLÁUCIA RIBEIRO STARLING DINIZ, PhD

BRASÍLIA, DF

2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E
CULTURA

GÊNERO E MASCULINIDADES
***FOLLOW-UP* DE UMA INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE**
VIOLÊNCIA CONJUGAL

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^ª. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD
Universidade de Brasília

Membro Externo: Prof^ª. Dr^ª. Claudiene Santos
Universidade Católica de Brasília

Membro Interno: Prof^ª. Dr^ª. Júlia Sursis Ferro Nobre Bucher-Maluschke
Universidade de Brasília

Membro Suplente: Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Decnop Coelho
Universidade de Brasília

Brasília, 18 de dezembro de 2009

À minha mãe, por tudo. Em especial pelo exemplo de vida e, como educadora, por ter me ensinado a beleza de trabalhar em uma profissão que se ama.

Ao meu pai, pelo bom humor e sabedoria com que conduz a humildade e a dignidade em sua vida.

Aos meus tios Gláucia e Tato e aos primos Digão, Mariana e Bruno, que me acolheram em sua família, da qual fiz parte por 16 anos. Eles me deram as condições necessárias para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que atendi no NAFAVD, por quatro anos e meio. Agradeço a possibilidade que me ofereceram de aprender com suas vivências, dificuldades e exemplos de superações. Agradeço especialmente aos participantes desta pesquisa, que consentiram em promover este reencontro e reflexão em grupo após a intervenção realizada no NAFAVD.

Aos funcionários do NAFAVD em Samambaia pela experiência compartilhada durante a implementação do projeto piloto que originou os Núcleos atuais.

À Marli, Graça e Anália, companheiras no NAFAVD/Paranoá em um trabalho já amadurecido. Ao Ministério Público de Samambaia e Paranoá, em especial aos promotores de justiça Fausto Rodrigues e Fabiana Barreto e à CEMA, parceiros e também amigos. À Mirta Brasil, então presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, que mesmo sem recursos adequados teve competência e coragem para promover a expansão dos NAFAVDs para oito cidades satélites do Distrito Federal. À Suely Vitorino, pela condução do processo de implementação dos Núcleos e coordenação da equipe.

A todos os funcionários do Conselho dos Direitos da Mulher, NAFAVD e Casa Abrigo com quem tive a oportunidade de conviver. Cada um contribuiu à sua maneira para que o NAFADV se consolidasse. À nova equipe técnica da Coordenação para Assuntos da Mulher que já assumiu a missão de dar continuidade e ampliar os trabalhos desenvolvidos na Casa Abrigo e nos NAFAVDs.

À minha avó Nica, pela sabedoria tranqüila e senso de humor. Aos meus irmãos, Carlos, Flávia e Paula. Aos primos e amigos próximos, Dotinha, Cristina, Rodrigo, Carol, Camila, Rodrigo Terra, Tiago e Tinho, pelos poucos e bons momentos nesse período.

À Débora, pela força e companhia presente durante a realização deste trabalho.

Aos colegas do grupo de estudos em gênero NEGEMP, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Em especial ao Fábio Angelim, Fabrício Guimarães e Luciana Santos, pelas contribuições e parcerias.

Aos meus alunos da disciplina ministrada no verão de 2008, agradeço pelo interesse e participação nas aulas que me fizeram aprimorar o meu próprio aprendizado.

Agradeço especialmente à Professora Glaucia Diniz, minha orientadora, por ter proporcionado durante esse período um contexto de reflexões e debates que me permitiu evoluir enquanto pesquisador, profissional e pessoa. Agradeço muito por ter acreditado em meu trabalho.

RESUMO

As intervenções psicológicas com homens autores de violência conjugal são fruto da evolução dos estudos e idéias feministas que, ao promoverem uma ampliação do significado do conceito *gênero*, passaram a evidenciar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos. Dessa forma, o contexto político e acadêmico criado a partir da expansão das ações do movimento feminista abriu espaço para as denúncias das violências domésticas contra as mulheres e culminou na percepção da necessidade de incluir os homens nas ações de combate a essas violências. Os trabalhos desenvolvidos com homens autores de violências conjugais são muito recentes e ainda não são bem conhecidos. Estudos sobre os agressores, bem como estudos sobre as intervenções psicológicas realizadas com eles correspondem a uma das maiores lacunas entre as reflexões que ainda não foram desenvolvidas no processo de prevenção e atenção à violência doméstica. O presente estudo busca prestar uma contribuição para a compreensão do fenômeno e assume um caráter inovador e pertinente ao promover uma pesquisa de *follow-up* com sete homens que participaram de uma experiência de intervenção psicológica em grupo com homens autores de violência conjugal. Procuramos conhecer como esses homens perceberam e avaliaram os resultados da intervenção grupal em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Além disso, buscamos compreender quais as suas concepções sobre os papéis sociais de gênero, a compreensão sobre os significados da violência doméstica e como eles avaliaram a experiência de participar de um grupo de homens autores de violência conjugal. A pesquisa qualitativa foi escolhida como estratégia investigativa por se adequar aos objetivos propostos e aos pressupostos teóricos deste estudo. A coleta dos dados foi feita em dois encontros grupais de *follow-up*, onde os participantes foram ouvidos individualmente e em uma discussão segundo o modelo de grupo focal. A transcrição dos relatos foi analisada segundo o método da Análise de Conteúdo, proposto por Bardin. A experiência de passar pela intervenção grupal foi percebida como benéfica, pois eles se sentiram ouvidos e puderam discutir aspectos relacionados à violência conjugal em um ambiente seguro, o que trouxe a sensação de bem-estar. Os participantes dos grupos de *follow-up* consideraram que grupos com homens autores de violência conjugal devem oferecer um espaço para o trabalho da melhoria da convivência familiar, devem abordar as dificuldades dos homens no relacionamento com a mulher e filhos, o respeito entre o homem e a mulher e a igualdade na relação. Eles enfatizam a necessidade de incluir as suas famílias no acompanhamento psicológico. Os grupos devem ser estendidos às comunidades e abertos a homens que queiram participar espontaneamente.

Palavras-chave: homens, masculinidades, gênero, grupo, violência conjugal.

ABSTRACT

Psychological interventions with male perpetrators of domestic violence are the result of the development of feminist studies and ideas that, by promoting an expansion of the concept of gender, began to emphasize the relational construction and social organization of gender differences. Thus, the political and academic context created by the expansion of the feminist movement actions paved the way for reports of domestic violence against women and led to the perception of the need to include men in actions to combat this violence. Studies carried out with male perpetrators of conjugal violence are very recent and still not well known. Studies with the perpetrators, and studies of psychological interventions carried out with them correspond to one of the biggest gaps among the thoughts that have not been developed yet in the process of prevention and attention to domestic violence. The aim of this study is to provide contribution to the understanding of the phenomenon. It has an innovative and pertinent character by promoting a relevant follow-up research with seven men who participated in an experience of psychological intervention in male perpetrators of domestic violence group. We seek to understand how these men perceived and evaluated the results of group intervention in their personal and relational lives, and in the ways of resolving domestic conflicts. In addition, we intend to understand these men's conceptions of gender roles, their comprehension of domestic violence meanings, and how they evaluated the experience of participating in a group for men who have committed domestic violence. Qualitative research was chosen as the investigation strategy for it suits to the intended purposes and theoretical assumptions of the study. Data collection was conducted during two meetings of the follow-up group, where participants were heard individually and in a focus group discussion. The transcription of the reports was analyzed according to Content Analysis *as* proposed by Bardin. The experience of going through the group intervention was perceived as beneficial since they felt listened to and were able to discuss issues related to domestic violence in a safe environment, which brought a sense of well-being. The follow-up group participants considered that intervention groups for men who commit domestic violence should: provide work for improving family life, deal with men's difficulties in relationships with women and children, address respect between man and women and equality in the relationship. They emphasize the need to include their families in psychological counseling. The groups should be extended to communities and open to men who want to participate spontaneously.

Keywords: men, masculinities, gender, group, conjugal violence.

ÍNDICE

Resumo	viii
Abstract	ix
Introdução	01
Capítulo I – Gênero e os estudos sobre as masculinidades	07
1.1. A dimensão relacional de gênero e os estudos das masculinidades	08
1.2 - O modelo hegemônico de masculinidade e suas conseqüências para o desenvolvimento dos homens	12
Capítulo II – Violência doméstica contra a mulher: aspectos históricos e jurídicos	19
2.1 - A violência contra a mulher em números	23
2.2. A Lei 9099/95 e a impunidade da violência contra a mulher	28
2.3. A Lei Maria da Penha e a alteração dos procedimentos legais relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher	31
Capítulo III – O Atendimento Psicológico ao Homem Autor de Violência Conjugal ..	36
3.1 - Uma psicologia sensível aos sexos	37
3.2 - O homem autor de violências conjugais	41
3.3 – Homem autor de violências conjugais: existe um perfil?	43
3.4 - O trabalho com homens autores de violência conjugal	47
3.5 - As intervenções grupais	51

Capítulo IV – Relato de uma experiência: Programa Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica – NAFAVD	56
4.1 - NAFAVD/Samambaia e o projeto piloto de atendimento a homens autores de violência conjugal	57
4.2 - A parceria com os Juizados Especiais Criminais	59
4.3 - Uma intervenção em grupo realizada com autores de violência conjugal	63
Capítulo V – Pesquisa de <i>follow-up</i> com homens autores de violência conjugal ...	80
5.1 – Delineamento da pesquisa	80
5.2 - Descrição do método empregado	82
5.3 - Questões éticas	84
5.4. Participantes	84
5.5 - Procedimentos das coletas de dados	85
5.6 - A análise dos dados	88
○ 5.6.1. Categorias de análise obtidas nas avaliações individuais	91
○ 5.6.2 - Categorias de análise obtidas com a estratégia de grupo focal	92
○ 5.6.3. Percepções dos participantes sobre os papéis de gênero	92
Capítulo VI – Histórias, vozes e reflexões de homens autores de violências conjugais	94
6.1. Análise das reflexões individuais dos participantes	95
6.2. Análise dos relatos feitos nas discussões em grupo	120
6.3. Análise dos relatos das percepções dos participantes sobre papéis de gênero	134
Capítulo VII – Intervenção com homens autores de violência conjugal: contexto, relevância e perspectivas	144
Referências Bibliográficas	152
Anexos	163

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os homens e sobre as masculinidades são uma das contribuições mais importantes dos recentes estudos de gênero. Os movimentos feministas denunciaram a apropriação do conhecimento pelo homem, ou seja, que historicamente os estudos dos homens equivalem aos estudos da literatura, da filosofia, da ciência e da política, âmbitos em que as mulheres foram praticamente excluídas ao longo dos séculos. Mas as idéias feministas também indicaram que os mecanismos sexistas pelos quais as masculinidades são criadas e reproduzidas precisam ser questionados e transformados, pois prejudicam o desenvolvimento das potencialidades de homens e de mulheres.

O início do movimento feminista foi marcado pela obsessão com o poder masculino em diferentes contextos sociais. Giffin (2005) aponta que essa obsessão inicial foi produtiva e necessária, pois trouxe à visibilidade “estruturas e relações de poder que foram legitimadas pela ciência e naturalizadas nas ideologias de gênero binárias dominantes” (p.49). Mas as feministas viveram um paradoxo: ao mesmo tempo em que questionavam o esquema binário que organizava o mundo em oposições e hierarquias tais como cultura/natureza, razão/emoção e público/privado, elas se apropriaram desse modelo ao se referir ao homem como racional, “patriarcal”, poderoso e dominador para questionar a depreciação da mulher, percebida como emotiva, obediente e universalizada em sua opressão. Em outras palavras, a lógica feminista inicial também reproduziu o binarismo ao representar todos os homens como poderosos e todas as mulheres como oprimidas (Giffin, 2005).

A evolução dos estudos e idéias feministas promoveu uma ampliação do significado do conceito *gênero*, que passou a evidenciar a construção relacional e a

organização social das diferenças entre os sexos, colocando em questão o determinismo biológico e econômico, assim como as múltiplas relações de poder que perpassam o ser homem e ser mulher nas sociedades. O contexto criado a partir da expansão das ações do movimento feminista abriu espaço para as denúncias dos privilégios dos homens no acesso às funções e postos no mercado de trabalho, das práticas homofóbicas, assédio sexual e a violência doméstica contra a mulher, entre outras questões (Meyer, 1999).

Os questionamentos sobre os valores, comportamentos e desigualdades entre os gêneros resultaram na perda progressiva de privilégios sociais historicamente assegurados aos homens. Mas também proporcionaram a percepção de que os estereótipos baseados no modelo hegemônico de masculinidade promovem uma espécie de confinamento aos papéis tradicionais do gênero masculino que também limita a autonomia dos homens sobre suas próprias vidas e seus relacionamentos (Meth & Pasick, 1990). Nolasco (1993) destaca que a maneira opressiva pela qual os homens são tradicionalmente socializados leva a uma negação dos seus limites, histórias de vida, desejos e sonhos que culmina na negação da própria liberdade ao tentar reproduzir um padrão de comportamento que é definido à priori para eles.

As modalidades das violências de gênero representam um bom exemplo de como modelos estereotipados que favorecem comportamentos e valores opostos e pouco flexíveis impedem o desenvolvimento das potencialidades de homens e de mulheres. Homens cometem mais violências nos espaços públicos e privados. Enquanto mulheres de todas as idades representam quase a totalidade das vítimas de abusos e agressões em contextos conjugais e familiares, os homens são as maiores vítimas de violências e assassinatos nos espaços públicos (Machado, 1998).

Strey (2004) afirma que é um erro falar sobre violência sem contextualizar os critérios e pontos de vista que a definem, sejam eles institucionais, jurídicos, sociais e

mesmo pessoais. Segundo essa autora, “Se para falar de violência em geral é necessário falar desde um certo ponto de vista, para falar de violência de gênero essa é uma condição *sine qua non*” (p. 15). Embora as violências de gênero incidam sobre homens e mulheres de formas diferentes, pode-se afirmar que elas são as maiores vítimas das violências nas culturas patriarcais, o que não quer dizer que sejam vítimas passivas e submetidas. Nos espaços privados dos relacionamentos familiares, sobretudo na conjugalidade, essa percepção se torna ainda mais clara, de tal maneira que a violência doméstica e familiar quase se torna sinônimo de violência contra a mulher (Strey, 2004).

Apesar de acompanhar a história da humanidade, foi somente a partir de meados da década de sessenta do Século XX que a violência contra a mulher ganhou visibilidade através das ações do movimento feminista. Desde então, vem sendo objeto de pesquisas acadêmicas e discussões teóricas (Heilborn, 1998). As denúncias das desigualdades resultantes das hierarquias entre os sexos e o reconhecimento gradativo dos direitos das mulheres permitiram constatar a universalidade do fenômeno da violência doméstica contra a mulher bem como a presença de índices alarmantes de violência em todos os países investigados (Espíndola, Bucher-Maluschk & Santos, 2004).

A consciência progressiva desenvolvida na sociedade da gravidade do fenômeno levou ao desenvolvimento de programas destinados a atender as vítimas das violências domésticas. A avaliação dessas intervenções indicou a necessidade de promover a assistência também aos autores das violências. Essa demanda surge principalmente das próprias mulheres assistidas para que os seus agressores assumam a sua violência e reconheçam a necessidade de reabilitação (Corsi, 2006; Heilborn, 1998).

Trabalhar com intervenções voltadas a homens autores de violência conjugal é um trabalho novo que resulta da ampliação recente dos estudos de gênero que passaram a incluir homens e as masculinidades como objeto de investigação. A carência de pesquisas e dados sobre intervenções com homens autores de violência conjugal indica que a área de estudo é incipiente e as metodologias utilizadas e os resultados dessas intervenções ainda não são conhecidos. Estudos que se propõem a avaliar essas intervenções são necessários para trazer ao debate as propostas metodológicas utilizadas e seus resultados, uma vez que esta demanda corresponde a uma das maiores lacunas entre as reflexões que ainda não foram desenvolvidas no processo de prevenção e atenção à violência doméstica (Lima, Buchele & Clímaco, 2008).

O presente trabalho teve como foco de análise uma estratégia de intervenção desenvolvida com homens autores de violência conjugal. Os sete participantes desta pesquisa foram selecionados após concluírem quinze sessões em grupos de reflexão desenvolvidos no *Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica*, o NAFVD, instituição criada pelo Conselho dos Direitos da Mulher, órgão hoje subordinado à Coordenação Para Assuntos da Mulher da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Distrito Federal.

No presente estudo, procuramos compreender como homens acompanhados em uma intervenção psicológica concebem atualmente a violência e como eles perceberam essa experiência, considerando as perspectivas dos participantes como mais relevantes para o estudo do que as do próprio pesquisador. Buscamos conhecer a percepção desses homens sobre os efeitos da intervenção em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Outros aspectos investigados foram as concepções dos participantes sobre os papéis sociais de gênero e a compreensão atual dos participantes sobre os significados da violência doméstica. Por fim, buscamos

apreender como esses homens avaliaram a experiência grupal da qual participaram no período do acompanhamento psicológico no NAFVD e os temas e elementos que eles consideram importantes de serem abordados em projetos de intervenção com homens autores de violência.

O presente trabalho foi dividido em sete capítulos. O Capítulo I, “*Gênero e os estudos das masculinidades*”, discute a organização e desenvolvimento dos estudos das masculinidades na década de 1990 a partir do desdobramento das atuações acadêmicas e políticas do movimento feminista e do movimento homossexual. Também discorre sobre alguns efeitos dessas ações, como o sentimento de “crise” da identidade masculina no final do Século XX e aponta a reflexão sobre as consequências dos estereótipos de masculinidade para os homens.

O segundo capítulo, “*Violência doméstica contra a mulher: aspectos históricos e jurídicos*”, disserta sobre a recente visibilidade dada às violências contra as mulheres e o reconhecimento dessas práticas como crimes. Aborda também as legislações brasileiras sobre o tema e apresenta alguns dados sobre violência contra mulheres no Brasil e no mundo. O Capítulo III, intitulado “*O atendimento psicológico ao homem autor de violência conjugal*” aborda a incorporação da análise da experiência masculina na psicologia, apresenta o homem autor de violência conjugal e discute sobre a inclusão desses homens nos programas de atendimento.

O quarto capítulo, “*Relato de uma experiência: Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica – NAFVD* - apresenta a instituição onde foram realizadas as intervenções e mostra a estratégia grupal utilizada no trabalho com os homens autores de violência conjugal. No quinto capítulo, “*Pesquisa de follow-up com homens autores de violência conjugal*”, descrevemos aspectos do método e da metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa. O Capítulo VI,

intitulado “*Histórias, vozes e reflexões de homens autores de violências conjugais*”, apresenta e analisa as experiências dos participantes na intervenção realizada no NAFVD e os relatos feitos nos grupos de *follow-up*. Por fim, o Capítulo VII, “*Intervenção com homens autores de violência conjugal: contexto, relevância e perspectivas*” apresenta uma reflexão sobre a pesquisa, aspectos teóricos e intervenções com homens autores de violência doméstica contra a mulher.

Capítulo I

GÊNERO E OS ESTUDOS SOBRE AS MASCULINIDADES

Os abusos do poder masculino presentes em todas as culturas foram frontalmente questionados ao longo das últimas décadas. O movimento feminista e o movimento homossexual foram os principais responsáveis por trazer a público o debate sobre o tema, particularmente durante a década de 60. Arilha, Unbehaum e Medrado (1998) ressaltam que enquanto as ações feministas promoveram um exame crítico e também a tomada de posição em relação às dissimetrias sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, os movimentos *gay* e lésbico trouxeram novas reflexões sobre as identidades sexuais ao buscar maior visibilidade para suas questões.

Comportamentos e valores até então considerados naturais e vistos como inerentes às características biológicas dos homens e ao mundo masculino foram revelados e questionados por denúncias de violência doméstica, assédio sexual, monopólios de postos e funções no mercado de trabalho e práticas homofóbicas. Heilborn e Carrara (1998) apontam que as atuações políticas e acadêmicas desses movimentos também modificaram o conceito contemporâneo de masculinidade e desencadearam uma “crise” da identidade masculina no final do Século XX.

Nesse contexto, os homens passaram a ser também objeto de estudo das ciências. Historicamente, os homens têm sido os detentores do saber científico e os grandes protagonistas dos sistemas políticos. Mas, de maneira irônica, as denominadas “ciências do homem” tomaram como objeto o outro, a mulher, a criança, os loucos ou os sexualmente desviantes e muito pouco estudaram sobre os homens enquanto representantes de um gênero específico. Como consequência, as singularidades do sexo

masculino e as condições de gênero que construíram a(s) masculinidade(s) foram objeto de pesquisa em proporção muito inferior às do gênero feminino e as soluções para seus problemas específicos são, por isso mesmo, menos conhecidas (Heilborn & Carrara, 1998).

As novas reflexões sobre as identidades sexuais e os questionamentos sobre os valores, comportamentos e desigualdades entre os gêneros resultaram na perda progressiva de privilégios sociais historicamente assegurados aos homens. No entanto, também proporcionaram a percepção de que tais privilégios, assim como os estereótipos de masculinidade, têm conseqüências danosas tanto para os homens quanto para as mulheres.

1.1 - A dimensão relacional de gênero e os estudos das masculinidades

A utilização mais recente do termo “gênero” foi apresentada pelas feministas contemporâneas que buscavam, com a ênfase na palavra, uma maneira de referir à organização e às distinções sociais baseadas no sexo. Nesse contexto, gênero aparece como uma tentativa de reivindicar um terreno de definição que ressaltasse a incapacidade das teorias existentes em explicar as desigualdades históricas entre homens e mulheres.

Louro (2004) traça um breve panorama da luta das mulheres por condições mais igualitárias em relação aos homens. Segundo a autora, antes do advento do movimento feminista na segunda metade do Século XX, ocorreram ações isoladas ou coletivas contra a opressão de mulheres em diversos momentos da História. Mas foi a partir do século XIX que o feminismo se constituiu em um movimento social organizado no Ocidente. Na virada do século XIX para o século XX, o sufragismo, movimento de

reivindicação das mulheres pelo voto, trouxe visibilidade e expressividade às manifestações contra as discriminações femininas e alcançou uma amplitude inusitada ao se alastrar por vários países ocidentais. O sufragismo hoje é reconhecido como a “primeira onda” do feminismo, que apresentou também outras reivindicações ligadas aos interesses de mulheres brancas de classe média, como melhores condições de estudo e acesso a determinadas profissões. No entanto, as conquistas da “primeira onda” feminista ficaram circunscritas a alguns países e foram seguidas de certa acomodação do movimento (Louro, 2004).

No final da década de 1960 emerge a “segunda onda” do feminismo que vai além das preocupações sociais e políticas ao voltar sua atuação também para o campo das construções teóricas. Através do debate entre estudiosas e militantes com seus críticos foi problematizado o conceito de gênero. As feministas anglo-saxãs foram pioneiras em utilizar o termo *gender* como distinto de *sex* com a intenção de rejeitar um determinismo biológico implícito em termos como sexo ou diferença sexual (Louro, 2004).

Scott (1995) argumenta que, ao rejeitar explicitamente explicações biológicas, o termo gênero passa a indicar as construções culturais e a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. A autora define gênero como uma categoria social imposta sobre os corpos sexuados que também oferece uma distinção entre prática sexual e papéis sexuais ao enfatizar um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado pelo sexo assim como não determina diretamente a sexualidade (Scott, 1995).

No mesmo sentido, Diniz (1999, 2003) aponta que diferenciar os termos gênero e sexo gera implicações que são fundamentais para a compreensão de questões relacionadas à construção da subjetividade, aos papéis que são atribuídos aos sexos e à

inserção social de homens e mulheres. No momento em que o foco da discussão sobre as desigualdades nas relações entre homens e mulheres sai das diferenças biológicas e passa a ser o campo social, o conceito de gênero assume uma conotação relacional.

Os estudos de gênero foram durante muito tempo associados aos estudos sobre a situação das mulheres. Scott (1995) aponta que os livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres substituíram nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”, nos últimos anos. Esse uso do termo teve como função a busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas e o reconhecimento político deste campo de pesquisa. No entanto, este seria apenas um aspecto, uma vez que nessa utilização do termo, gênero não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou poder, como também não designa a parte lesada. Além de um substituto para o termo mulheres, gênero passa a ser utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Scott (1995) destaca a mudança provocada nos estudos feministas pelo entendimento de gênero enquanto conceito analítico relacional da seguinte forma:

“Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo” (p. 75).

Os estudos de gênero continuaram a privilegiar as análises sobre as mulheres mas passaram a se referir de maneira explícita também aos homens, não mais como contraponto, mas admitindo o caráter social da construção tanto do masculino quanto do feminino. Afirmações generalizadas sobre homens e mulheres passaram a ser evitadas assim como proposições essencialistas sobre os sexos. A ótica dos estudos de gênero

dirigiu-se assim, gradativamente, para processos e construções que obrigam aqueles(as) que utilizam o conceito a levar em consideração contextos sócio-culturais específicos e os momentos históricos de que estão tratando. Entende-se que as concepções de gênero diferem no interior de cada sociedade e, nelas, dentro dos diversos grupos que as constituem. Os estudos feministas passaram a tratar gênero como algo que transcende o mero desempenho de papéis masculinos e femininos, enquanto regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros, e passaram a afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito, juntamente com a etnia, a classe social ou a nacionalidade, por exemplo (Louro, 2004).

Bento (2006) ressalta que neste momento não seria mais possível falar em uma feminilidade, mas em diversas feminilidades dentro de uma mesma sociedade. A categoria “mulher universal” precisa ser desconstruída, dessencializada e desnaturalizada pela articulação de gênero com outras variáveis sociológicas. Surgem assim os estudos sobre as mulheres negras analfabetas, brancas conservadoras, negras racistas, ciganas, camponesas, imigrantes e assim por diante.

Como desdobramento direto do olhar relacional sobre os gêneros propiciado pelos estudos feministas também emerge a organização dos campos de estudos das masculinidades, que aparecem na cena acadêmica a partir da década de 1990 (Bento, 2006). Os estudos sobre os homens passaram a considerar as diversas masculinidades, o modo como essas incidem umas sobre as outras e suas relações com outros marcadores sociais no processo de constituição das identidades dos sujeitos dentro de uma mesma sociedade.

O reconhecimento da dimensão relacional de gênero possibilitou, principalmente, a desconstrução dos argumentos culpabilizantes em relação ao masculino que demarcam os discursos de parte do movimento feminista e que ainda se

fazem presentes, direta ou indiretamente em produções acadêmicas contemporâneas. Ao invés de procurar culpados é necessário identificar como se dá a relação entre os sexos, gerando menos sofrimento individual e possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais “generificadas”, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero (Arihla, Unbehaum & Medrado, 1998).

1.2 - O modelo hegemônico de masculinidade e suas conseqüências para o desenvolvimento dos homens

A emergência do masculino como objeto de reflexão a partir dos estudos de gênero permitiu constatar que é impossível falar de masculinidade de maneira genérica, uma vez que existem masculinidades, com modelos diversos de ser homem, inclusive dentro de uma mesma sociedade (Heilborn & Carrara, 1998). No entanto, em todas as culturas prevalece um modelo de masculinidade definido culturalmente como certo e normatizador de condutas.

A definição do que é ser homem que se impõe sobre outros tipos de masculinidades surge de forma determinística e estereotipada e ganha um lugar hegemônico na cultura. Tanto a cultura ocidental quanto a cultura brasileira definem o homem branco, de classe média alta, de meia-idade e heterossexual como o referencial a partir do qual são estabelecidos os padrões e referências que devem ser adotados por homens de outras raças e classes. A formação da identidade dos homens segundo esse modelo hegemônico começa na família e se estende a todas as instâncias sociais (Bento, 1998; Nolasco, 1993).

As expectativas de um homem em relação a ele mesmo e a sua percepção do lugar que deve ocupar na família e na sociedade, de maneira geral, são aprendidas desde

a mais tenra infância, através do contato com os cuidadores primários e outras pessoas significativas que fazem parte do seu processo de socialização. Entretanto, outros contextos e fatores como a escola, o ambiente de trabalho e os meios de comunicação estarão também envolvidos na construção da masculinidade de cada homem, sempre com poderosas mensagens de como devemos nos comportar e pensar enquanto homens (Meth & Pasick, 1990). Nesse processo os comportamentos e fantasias dos meninos são monitorados e comparados com uma norma para o desenvolvimento sexual. Conseqüentemente, todos os desvios são criteriosamente observados e classificados como problemas de ordem médica, psíquica ou moral (Nolasco, 1993).

À medida que crescem, homens e mulheres internalizam muitas dessas expectativas estimuladas em sociedade sobre como uns e outros devem se comportar e se relacionar. Espera-se dos homens que sejam fortes, ativos, destemidos e competidores na vida para serem capazes de sustentar a família. Eles são incentivados a desenvolver habilidades físicas, técnicas e intelectuais para a resolução de problemas práticos. Por outro lado, outras capacidades tendem a ser pouco desenvolvidas ou mesmo completamente negligenciadas, sobretudo aquelas consideradas femininas, tais como os cuidados com a casa e filhos e a expressão dos próprios sentimentos. Não há indícios biológicos de que as mulheres sejam mais empáticas e assertivas em expressar seus sentimentos do que os homens. Provavelmente desenvolvem melhor essas habilidades por ser isso o que se espera delas (Mason & Mason, 1994).

Nosso conceito cultural de masculinidade produz uma espécie de roteiro social que prescreve para homens formas de pensar, sentir e comportar. Tudo que foge ao roteiro é então percebido como feminino e inaceitável. Assim, experienciar algo considerado “feminino” gera conflitos internos e ansiedade em função de uma crença de que tal vivência ameaça de maneira direta a identidade masculina. Dessa forma, homens

aprendem desde cedo a selecionar e incorporar comportamentos que realçam suas auto-imagens de masculinidades ao mesmo tempo em que sistematicamente descartam qualidades percebidas como predominantemente femininas. Pesquisas do final da década de 60, como as de Hartley (1959, pp. 10-11, citado por Meth & Pasick, 1990) já apontavam que crianças novas, principalmente os meninos, são sensíveis para distinções de gênero. Com cerca de três anos de idade já reconhecem significados atribuídos a comportamentos masculinos e aqueles que são considerados femininos, enquanto as meninas são possuem um senso de distinção tão rígido.

Os estudos sobre as masculinidades são enfáticos em apontar que o aprendizado social segundo o modelo hegemônico de masculinidade promove uma espécie de confinamento aos papéis tradicionais do gênero masculino que limitam a autonomia dos homens sobre suas próprias vidas e seus relacionamentos. Dessa forma, os benefícios adquiridos a partir das posições de autoridade, tais como poder e *status* social, raramente satisfazem a todas as suas necessidades e expectativas. Paz interior, expressão emocional, afetos, satisfação sexual e saúde física são áreas que os homens freqüentemente têm pouco controle devido às restrições que são conseqüências dos processos de socialização e construção das identidades masculinas. Meninos são levados desde cedo a crer que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador e imune a fraquezas, inseguranças e angústias. Quando são repreendidos por não se comportarem como deveriam, eles se sentem desconfortáveis e problemáticos em relação ao modelo (Nolasco, 1993).

Boris (2004) ressalta que o *habitus* masculino desenvolve-se num campo quase que restrito aos homens, onde estão presentes a competição, a guerra, a política, a ciência, a arte, a religião, a honra e a violência. Da mesma forma, homens são encorajados a expressar somente o que é considerado permissível de acordo com os

papéis de masculinidade, o que implica geralmente que devem controlar suas emoções desde muito cedo. Em situações que experienciam intensa dor e desconforto, como na morte de um membro da família, são encorajados a ser fortes, esconder a própria dor e a estarem disponíveis quando outros precisarem deles (Boris, 2004).

Assim como aprendem a negar as suas emoções e ignorar a dor, homens também apresentam baixas habilidades em reconhecer sintomas de mal-estar físicos. Uma vez que o adoecimento físico é, segundo os modelos predominantes de masculinidade, associado à vulnerabilidade e fraqueza, freqüentemente são relutantes em reconhecer a dor ou o mal-estar como uma ameaça a sua saúde. Tendem a utilizar o pensamento lógico, a racionalização e a intelectualização ao falar sobre seus sentimentos e sensações corporais, sendo muitas vezes incapazes de identificar os sinais que seu corpo tenta lhe enviar. Conseqüentemente, têm dificuldades de distinguir sintomas e, por isso, só procuram ajuda em situações críticas (Meth & Pasick, 1990).

Homens tendem a crescer com baixas habilidades de comunicação e de expressão emocional assertivas. A raiva torna-se um dos poucos sentimentos que podem expressar com aprovação social. Soma-se a esse quadro o fato de que constantemente homens sofrem pressão para serem viris e aderir a certos padrões e papéis que põem em risco sua integridade física. Esse aprendizado que começa na infância pode levar o homem adulto a uma incapacidade em contatar as próprias emoções e demandas afetivas enquanto desenvolve habilidades de expressão pautadas na violência e agressividade (Nolasco, 1993).

Subirats (2008) aponta que a valentia, a capacidade de enfrentar o mundo sem medo arriscando a própria vida, se necessário, corresponde ao traço mais universal relacionado à definição de virilidade. Essa atitude aparece como uma exigência para homens de todas as culturas históricas, sendo um diferencial explícito em relação ao que

é esperado das mulheres. Os efeitos dessas expectativas sociais são sentidos nos âmbitos privado e público, nas relações familiares e nas interações de homens com outros homens.

Nos espaços públicos, homens são os grandes perpetradores de violências e as maiores vítimas de mortes por causas externas como acidentes de trânsito, assassinatos por armas de fogo, quedas ou afogamentos. Também são responsáveis pela maior parte das mortes por suicídio. No ano de 2004, das 3507 pessoas que se suicidaram na Espanha, 75% eram homens, sendo o número de suicídios masculinos superiores aos femininos em todas as faixas etárias. Homens também se expõem a maiores riscos de morte por intoxicação devido a *overdoses* de drogas. A porcentagem de mulheres mortas na Espanha por esse tipo de intoxicação oscilou entre apenas 11% e 14% do total, durante os anos de 1999 a 2002 (Subirats, 2008).

O relatório sobre o ano de 2005 da Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde indica que o risco de um homem morrer no Brasil é 40% maior do que o de uma mulher. Em relação a mortes por causas externas, a taxa de mortalidade por homicídios é 11,6 vezes maior em homens, no país. No ano de 2008, os óbitos de homens por assassinatos representaram a terceira maior *causa mortis* para o sexo (8,3%), seguida dos acidentes automobilísticos (5,6%). Os óbitos devido a essas duas causalidades externas só perdem em números para as mortes por doenças isquêmicas do coração (9,4%) e para as doenças cerebrovasculares (8,6%). Ressalta-se que as mortes por homicídios e acidentes de trânsito não figuram entre as dez principais causas de óbitos para as mulheres no Brasil, segundo o mesmo relatório.

Outro dado relevante corresponde à proporção de homens presos no Brasil em relação às mulheres. Dados do Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen) do Ministério da Justiça indicam que no ano de 2008 haviam 166.686 pessoas reclusas

em prisões sob regime fechado. Dessas, 157.304 eram homens, o que corresponde a 94,37% do total de pessoas presas no país (InfoPen, 2008).

Machado (1998) apresenta também dados intrigantes obtidos pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH – a partir de homicídios noticiados nos principais jornais do país durante os anos de 1995 e 1996. Os principais personagens envolvidos em homicídios são homens jovens, na proporção de 97,10% dos acusados e 89,70% das vítimas. A antropóloga ressalta que os homens jovens que estão na primeira etapa da maturidade são os que mais matam e perdem a vida de forma violenta. Os que estão entre 18 e 35 anos representam 67,65% dos acusados e 64,02% das vítimas. Há uma diferenciação muito grande de incidência por sexo e idade que aponta que a violência também é construída social e culturalmente. Segundo a autora, “mata-se e morre-se mais no masculino. No feminino, morre-se bem menos e mata-se muitíssimo menos” (Machado, 1998, pág. 101).

É um fato que homens morrem de forma violenta em números muito maiores do que as mulheres. Tal realidade não nos permite, entretanto, eximi-los da responsabilidade pela vitimização das mulheres, pois as mulheres são mortas quase que somente por homens. Assim, os homens também são os principais autores de várias formas de violência. Uma delas é a violência doméstica. Cabe ressaltar que os principais autores de homicídios contra mulheres são homens que participam dos seus contextos de vida. Estudos sobre violências de gênero em todo o mundo contrariam a visão de que o lar é um lugar seguro para as mulheres, uma vez que elas correm mais riscos de experimentar violências em suas relações íntimas do que em qualquer outro lugar (OMS, 2005).

Machado (1998) aponta que a violência doméstica é muito mais ampla que o homicídio doméstico uma vez que ocorre no cotidiano e envolve outras modalidades de

violências rotineiras que evoluem em intensidade, sendo a morte uma das possibilidades de desfecho final. Outro ponto que distinguiria a violência nas relações privadas das ocorridas em meios públicos é que, diferentemente da violência urbana, a doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual.

As modalidades das violências de gênero representam um bom exemplo de como os homens se tornam os grandes perpetradores de violências contra outros homens e contra mulheres a partir de processos de socialização. No entanto, assim como as mulheres, homens também sofrem conseqüências deletérias a partir dos papéis sociais marcados por estereótipos de masculinidades e feminilidades, pois são as maiores vítimas de violências nos espaços públicos. A formação social das identidades masculinas e femininas segundo modelos estereotipados favorece comportamentos e valores com características opostas e pouco flexíveis que impedem o desenvolvimento das potencialidades de homens e mulheres.

Capítulo II

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ASPECTOS HISTÓRICOS E JURÍDICOS

A violência contra a mulher inserida dentro da violência familiar é um fenômeno descrito desde a Antiguidade. Em nome da honra masculina, das religiões, ideologias e filosofias mulheres foram e continuam sendo agredidas e mortas em silêncio no ambiente inviolável do lar e da família. Há pelo menos 2500 anos já existem registros da construção da ideologia da superioridade do homem sobre a mulher (Berman, 1997).

O patriarcado, enquanto ordem social centrada da descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres, corresponde a uma das formas de organização familiar que foram *inventadas* ao longo da história. Com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades que eram tribais e nômades passaram a se fixar em um território. A partir do acúmulo de bens materiais e estabelecimento da propriedade privada, as relações familiares passaram a ser predominantemente monogâmicas. A valorização das atividades desempenhadas pelos homens, como a caça e a pesca, sobre as atividades predominantemente femininas, como o cultivo da terra e cuidado das crianças, legitimou gradativamente o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas. O estabelecimento de papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas, ou seja, as relações patriarcais, corresponde ao desenvolvimento de estruturas hierárquicas de poder iniciadas nas famílias e que ainda hoje perpassam todas as instancias sociais, sejam elas familiares, civis ou de Estado (Narvaz & Koller, 2006; Saffioti, 2004).

Saffioti (2004) aponta que apesar do processo de instauração do patriarcado ter iniciado há mais de cinco mil anos, foi por volta do ano 600 a.C. que houve uma

consolidação enquanto ideologia social dominante. A imposição do modelo social predominantemente masculino encontrou desde o início resistência imposta pelas mulheres, sendo a consolidação da ideologia patriarcal estabelecida através da violência dos homens contra as mulheres.

No século I D.C. o filósofo helenista Filon promoveu uma associação da filosofia de Platão, que qualifica a mulher como possuidora de uma alma inferior e menos racional, ao dogma teológico hebraico que define a mulher como insensata, cheia de vaidade e causadora de todo o mal. O pensamento de Aristóteles, que constitui a base da cultura ocidental, é caracterizado por dualismos hierarquizados e polarizados, com a dominação de um lado sobre o outro. Segundo Aristóteles, a Alma tem domínio sobre o Corpo assim como a Razão/Masculino tem domínio sobre a Emoção/Feminino. A teoria aristotélica dos dualismos hierarquizados favoreceu a subordinação da mulher na cultura ocidental e, por consequência, a violência de gênero contra as mulheres (Berman, 1997; Wilshire, 1997).

Durante o período da Idade Média, os castigos físicos, a flagelação e a tortura contra a mulher eram não só tolerados como legitimados pelos poderes civis e eclesiásticos. Os maus-tratos infligidos às mulheres eram enaltecidos como práticas cujos propósitos eram corrigi-las de suas manhas e erros. A partir da Revolução Industrial, quando a força de produção dos indivíduos passa a ser oferecida e vendida às fábricas, as mulheres e as crianças também foram recrutadas para a nova modalidade de trabalho. Nessa nova organização social, elas permaneceram com as obrigações domésticas e passaram a incorporar jornadas de até 14 horas de trabalho, pelas quais recebiam salários menores do que os homens por serem mais frágeis fisicamente. Nas fábricas elas também eram vítimas recorrentes de castigos físicos, assédio sexual e de estupros (Cabral, 1999; Noronha & Daltro, 1991; Santos, 2008).

Apesar de acompanhar a história da humanidade, foi somente a partir de meados da década de 1960 que a violência contra a mulher ganhou visibilidade através das ações do movimento feminista. Desde então, vem sendo objeto de pesquisas acadêmicas e discussões teóricas. Heilborn (1996) destaca que os efeitos dos questionamentos sobre as identidades de gênero se disseminaram rapidamente pelo mundo levando a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar em 1975 o *Ano Internacional da Mulher* e a década de 1975-1985 a *Década da Mulher* ao reconhecer o alcance das denúncias de discriminação contra as mulheres.

Nessa mesma década, a ONU aprovou a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW), em 1979. A CEDAW baseia-se no compromisso dos Estados signatários em promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres e de eliminar todos os tipos de discriminações contra as mulheres. O texto da Convenção define o que é a discriminação contra a mulher e propõe uma agenda para eliminar essa forma de violência em trinta artigos. A CEDAW entrou em vigor em 1981 e foi ratificada pelo Brasil em 1984 (UNIFEM, 2009).

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, em seu parágrafo 8º, art. 226, afirma que “O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações”. O mesmo artigo também define a igualdade plena entre homens e mulheres, o que eliminou definitivamente os obstáculos que impediam o Brasil de ratificar de maneira plena a CEDAW (Vásquez & Milhomens, 2005).

Durante a década de 1990 os esforços empreendidos por organizações de mulheres, teóricos e por alguns governos comprometidos com a questão provocaram uma profunda transformação da sensibilização pública em relação ao problema. A Conferência de Viena (Conferência Mundial de Direitos Humanos), aprovada em 1993,

ênfatizou a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e a importância do trabalho destinado a eliminar a violência contra a mulher na vida pública e privada. No âmbito continental, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994, proclamou em seu artigo 3 o o direito de toda mulher a uma vida sem violência. Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil em 1995 e ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará (Brauner & Carlos, 2004).

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1995, na China, foi formulado o conceito de direitos sexuais qualificando-os como direitos humanos (Brauner e Carlos, 2004). Essa mesma conferência também incluiu em sua plataforma de a o a violência contra mulher entre os temas prioritários que requerem atenção. Os esforços empreendidos e os debates sobre o tema promoveram o reconhecimento da violência contra a mulher como um grave problema de saúde, políticas públicas e direitos humanos que afeta todos os setores da sociedade.

A Organização das Nações Unidas propôs em 2001 como meta vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM 8) a promoção da *Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres*. Trata-se de um ponto fundamental dessa meta a erradicação da violência contra a mulher, identificada como um problema eminente e significativo em todos os países do mundo. A campanha, que pretende diminuir ou erradicar problemas mundiais até 2015, prevê a atuação em três frentes para a igualdade entre os sexos: a promoção de a es em nível global, a priorização de programas em prol das mulheres dentro das Nações Unidas e o estímulo de colaborações com governos e entidades nacionais (PNUD, 2008).

2.1 - A violência contra a mulher em números

Após quatro décadas de políticas e ações pode-se afirmar que a crescente conscientização das hierarquias e desigualdades entre os sexos e o reconhecimento gradativo dos direitos das mulheres favoreceram uma constatação da magnitude e universalidade do fenômeno da violência contra a mulher no âmbito doméstico em escala mundial (Espíndola et al., 2004). Apesar do aumento na percepção do fenômeno da violência conjugal, o silêncio e a tolerância presentes na família e na sociedade como um todo em relação à violência doméstica ainda dificultam um dimensionamento adequado do problema. Diniz e Pondaag (2004) esclarecem como o silêncio e o segredo servem para proteger e reforçar as definições patriarcais de casamento e dos papéis do homem e da mulher na família e na sociedade. As autoras apontam que na relação conflituosa o silêncio e o segredo tornam-se estratégias de auto-preservação da mulher em relação às ameaças do agressor e de preservação identitária, pois elas são educadas a serem as mantenedoras dos vínculos conjugais e familiares, por mais dolorosas que sejam as dinâmicas envolvidas nessa manutenção.

Ainda há poucos estudos que avaliam a dimensão da incidência e prevalência da violência contra a mulher, tanto em países em desenvolvimento quanto em países mais industrializados. As diferentes metodologias utilizadas dificultam a comparação entre os estudos que muitas vezes são realizados com clientela específica, como usuários do sistema de saúde ou segurança pública, por exemplo. Também são comuns pesquisas que avaliam somente a violência física e sexual e não outras formas de violência, como a psicológica e a moral (Reichenheim, Moraes, Szklo, Hasselmann, Souza, Lozana & Figueiredo, 2006).

A falta de estatísticas e dados sobre o alcance da violência prejudica a elaboração de programas e investigações sobre as causas, a gravidade e as consequências das distintas formas de violências contra mulheres, especialmente no âmbito doméstico. Ainda que não existam dados uniformes sobre a magnitude do problema, a literatura científica apresenta vários estudos epidemiológicos sobre a sua incidência em diversos países e contextos sociais.

Pesquisa divulgada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos indicou que 7,7% das mulheres entrevistadas relataram terem sido vítimas de estupro cometido por marido ou namorado. O mesmo estudo apontou que 22,1%, ou seja, cerca de vinte e dois milhões de mulheres, foram agredidas fisicamente pelo parceiro íntimo em algum momento ao longo da vida, naquele país (Tjaden & Thoennes, 2000). De acordo com a Anistia Internacional (2004), duas mulheres são mortas a cada semana por seus parceiros na Inglaterra e 25 mil mulheres são violentadas a cada ano, na França. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registrou em 2006, 13.600 crimes contra mulheres praticados no âmbito da violência doméstica. Foram contabilizados crimes de maus-tratos físicos e psíquicos; ameaças; coação; difamação e injúrias; violação e outros crimes sexuais; subtração de menores; violação da obrigação de alimentos; homicídio e outros (APAV, 2006). Na Alemanha, pesquisa realizada com cerca de quinze mil mulheres de diferentes classes sociais apontou que três em dez mulheres relataram ter sofrido violência física ou sexual por parte dos seus parceiros íntimos. Os efeitos das violências foram percebidos como dificuldades em dormir e distúrbios alimentares, além de medo, transtorno pós-traumático e distúrbios sociais (Hunter, 2006).

Em países da América Latina também foram encontrados números significativos a partir do relato de mulheres vitimizadas. De acordo com o documento "Nem uma a

mais! O direito de viver uma vida livre da violência na América Latina", apresentado em 2007 pela ONU na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), existe uma incidência aproximada de 30% a 60% dessa modalidade de violência no continente. Segundo o relatório, não é possível definir uma cifra exata de violência contra a mulher na região justamente porque a falta de informação e as denúncias não registradas são os principais obstáculos na hora de avaliar o impacto das agressões. Além disso, os poucos dados sistematizados não são comparáveis entre si, uma vez que são utilizadas metodologias distintas de pesquisa e análise dos dados (ONU, 2007).

Apesar das metodologias distintas, as pesquisas realizadas indicam que as agressões contra as mulheres são significativas em todos os países da América Latina, perpetradas, sobretudo, por maridos, companheiros, ex-namorados ou outros homens da família e conhecidos. Na Bolívia, 17% das mulheres com 20 anos ou mais foram vítimas de violência física nos últimos 12 meses. Na Argentina, estima-se que a cada dois dias e meio uma mulher morre como consequência de agressões cometidas pelo companheiro (Anistia Internacional, 2004).

Em 2005 a Organização Mundial de Saúde apresentou dados obtidos a partir de um amplo estudo realizado com cerca de vinte e quatro mil mulheres em dez países, entre eles o Brasil. A pesquisa buscou avaliar principalmente a violência contra a mulher cometida no contexto doméstico por seus parceiros atuais ou anteriores. Além da violência física foram avaliadas a violência sexual, psíquica e os comportamentos de dominação, tais como impedir de ter contato com amigos e familiares, acusações de infidelidade, entre outros, por parte dos homens.

Os resultados apontam que em todos os países onde o estudo da OMS foi desenvolvido foram encontrados índices significativos de mulheres que tiveram parceiros íntimos e que sofreram violências físicas, sexuais, ou ambas por parte dos seus

companheiros pelo menos uma vez. A porcentagem oscilou entre 15% no Japão, onde foi observado o menor índice e 71% na zona rural da Etiópia, onde houve o maior número de relatos de violência conjugal. No Brasil, 37% das mulheres entrevistadas que vivem na zona rural do país relataram ter sofrido violência física, sexual (ou ambas) cometidas pelos companheiros. No meio urbano, 29% manifestaram terem sido vítimas desses tipos de agressões. Entre as mulheres que vivem em meios urbanos, 16% relataram ter sofrido violências físicas graves, que incluem chutes, ser arrastada ou ameaçada com uma arma, segundo a classificação do estudo (OMS, 2005).

Pesquisa realizada em 15 capitais brasileiras e no Distrito Federal identificou resultados semelhantes aos encontrados em outros países. A partir do instrumento *Conflict Tactics Scales*, a prevalência global de agressão psicológica, abuso físico "menor" e grave no casal foi de 78,3%, 21,5% e 12,9%, respectivamente. A incidência de violências variou entre as regiões e cidades, sendo a prevalência mais alta nas cidades do Norte/Nordeste do que nas do Sudeste/Sul/Centro-oeste (Reichenheim *et al.*, 2006).

No Distrito Federal ainda não existe uma integração entre as instituições que prestam atendimento a mulheres em situação de violência. Assim, os dados não são articulados e, de maneira geral, também não são divulgados por essas instituições, o que dificulta a compreensão da incidência desses delitos na capital federal. De acordo com artigo publicado no jornal Correio Braziliense em seis de março de 2006, somente na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do Distrito Federal foram registradas 4.561 ocorrências, no ano de 2005, destacando-se 56,9% (2.482 casos) de ameaças e 34,3% (1.499 casos) de lesões corporais.

O serviço Disque-Denúncia do Conselho dos Direitos das Mulheres/DF recebeu 1.296 ligações no ano de 2006 referentes a denúncias de violência ou busca por

informações relacionadas. Já a Casa Abrigo registrou, entre 2000 e 2004, 1.706 mulheres e crianças demandantes de seus serviços por estarem em situação de extrema violência, geralmente ocorrida em suas próprias casas. No primeiro semestre de 2005 foram noticiados 30 casos de violência contra mulheres pelo Correio Braziliense, sendo 60%, homicídios. A maioria dessas mortes (61% delas) foi provocada por homens com quem a vítima tinha vínculo afetivo (Navarro & Cezáreo, 2006).

Os números obtidos nas pesquisas nacionais realizadas nos locais mencionados corroboram aqueles obtidos em pesquisas internacionais que mostram que a violência exercida contra a mulher é um fenômeno universal, está presente em todos os países do mundo e tem como uma de suas características fundamentais o fato de que geralmente as vítimas conhecem bem os seus agressores. Saffioti (2004) ressalta que se trata de uma violência de gênero, uma vez que ocorre a partir de desigualdades históricas de poder presentes nas relações entre homens e mulheres. Apresenta também características de violência familiar e doméstica que derivam diretamente de organizações sociais de gênero que privilegiam o masculino.

Saffioti (1999, 2004) destaca que o termo gênero está relacionado preferencialmente às relações homem-mulher. No entanto, é preciso ampliar o conceito de gênero para o entendimento das relações homem-homem e mulher-mulher. Uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres pode ser compreendida como uma violência de gênero. Ao contrário do termo “violência contra a mulher”, o termo “violência de gênero” não denota necessariamente a mulher como a vítima. A perspectiva relacional de gênero ampliou o foco da discussão ao considerar também o lugar do homem no debate.

A violência familiar corresponde a uma das modalidades de violências de gênero que se caracteriza por envolver membros de uma mesma família extensa ou nuclear,

levando-se em conta a consangüinidade e a afinidade. A violência familiar extrapola os limites do domicílio, pois pode ocorrer no interior ou fora dele. A violência doméstica é mais ampla e apresenta pontos de sobreposição com a violência familiar, mas também se estende às pessoas que, ainda que não pertençam à família, residem parcial ou integralmente no domicílio do agressor, como os agregados e empregados domésticos. Trata-se de um processo de territorialização que não é apenas geográfico, mas também simbólico (Saffioti 1999; 2004).

Para que os atos de violência sejam possíveis deve haver necessariamente um desequilíbrio de poder nas relações entre homens e mulheres. Jiménez (2004) ressalta que a violência intrafamiliar é baseada em uma relação de desequilíbrio de poder permanente, uma vez que a assimetria de poder dentro do lar se mantém também em outras instâncias sociais.

2.2. A Lei 9099/95 e a impunidade da violência contra a mulher

A Constituição Federal brasileira de 1988 dá aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos *status* de norma constitucional com aplicabilidade imediata. Em 1984, o Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), proposta em 1979. O art. 2º da CEDAW estabelece que os Estados signatários têm o dever de condenar a discriminação contra a mulher em todas as suas formas e para isso devem adotar políticas destinadas a sua eliminação.

No âmbito regional da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil ratificou, em 1995, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará,

OEA, 1994. Essa Convenção define, em seu art. 1º, a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto privada”. Ao ratificar a Convenção de Belém do Pará o Brasil se comprometeu, entre outras coisas, a incluir medidas legislativas para modificar práticas jurídicas que respaldem a tolerância desse tipo de violência e a estabelecer mecanismos jurídicos eficientes para permitir o acesso a meios de compensação justos e eficazes que permitam às vítimas o ressarcimento e a reparação do dano. Assim, ao ratificar a CEDAW e a Convenção de Belém do Pará, seus dispositivos passaram a integrar o ordenamento jurídico brasileiro, com hierarquia de norma constitucional (Pandjarian, s.d.).

Apesar do compromisso em estabelecer mecanismos legais eficientes, a ausência de uma legislação específica sobre o tema levou a intervenções inadequadas, como a inclusão da maior parte dos delitos referentes à violência conjugal na alçada dos Juizados Especiais Criminais, criados com a Lei 9099, em 1995. A Constituição Federal estabeleceu no art. 98 que os Juizados Especiais Criminais julgariam os delitos considerados de menor potencial ofensivo, os quais a lei penal determina pena não superior a um ano. Os delitos relacionados a violência conjugal contra mulheres causados por violências físicas (lesão corporal leve e culposa) e por ameaças (violência psicológica ou emocional) receberam assim a denominação de delitos de menor potencial ofensivo.

Dessa forma, excetuando os delitos de homicídio, lesão corporal grave e abuso sexual, “todas as demais condutas que caracterizam o cotidiano de lesões contra mulher (p. ex. lesões corporais leves, ameaças, crimes contra a honra) e que constituem o grande número dos casos de violência doméstica, foram abarcadas pelo novo procedimento” (Campos, 2006, p. 411 e p. 412). A inexistência de uma análise de

gênero sobre a lei impossibilitou a identificação dos aspectos sociais relacionados às desigualdades de poder nas relações homem-mulher. O problema da violência conjugal contra a mulher foi tratado assim como crime comum, sendo ignorada ou desconsiderada a sua complexidade (Campos, 2003).

A Lei 9099 ficou conhecida como a “Lei da Cesta Básica” em relação à sua aplicação nos delitos de baixo potencial ofensivo referentes à violência doméstica, por indicar penas pecuniárias (como o pagamento de cestas básicas) ou a prestação de serviços comunitários como medidas alternativas à pena prevista de três meses a um ano de reclusão. Alguns agressores percebiam rapidamente que agredir a companheira tinha um preço em dinheiro e muitos decidiam literalmente pagar para agredir.

Outro fator que acentuava o sentimento de impunidade é que as ocorrências de lesões corporais e de ameaças contra a mulher se enquadravam em crimes de ação penal pública condicionada à vontade da vítima. A mulher agredida podia retirar a queixa em qualquer momento após o registro da ocorrência, na própria delegacia, em audiências de conciliação, na audiência preliminar de oferecimento da denúncia ou durante o andamento normal do processo.

A maioria das ocorrências envolvendo violências conjugais eram arquivadas de modo sumário a pedido das vítimas, sobretudo em contextos de ameaças, novas agressões, dependência econômica ou psicológica por elas sofridas. Dessa forma, o sentimento de impunidade era inevitável e o homem agressor logo percebia a possibilidade de exercer sobre a vítima, mediante controle físico, emocional ou financeiro, uma influência que levava facilmente à desistência da ação penal.

Dados do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, obtidos em pesquisa realizada a partir de processos em Juizados Especiais Criminais entre agosto de 2003 e julho de 2006, apresentam que 93,16% dos casos de violência doméstica contra

a mulher em Ceilândia, cidade satélite do Distrito Federal, resultaram em renúncia por parte da mulher ao prosseguimento do processo. Em relação às renúncias que ocorreram em audiências, o autor estava presente em 83,64% dos casos (Santos, Ramos, Lima & Morato, 2009)

2.3. A Lei Maria da Penha e a alteração dos procedimentos legais relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher

A Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi sancionada em sete de agosto de 2006 e recebeu o nome de *Lei Maria da Penha Maia*, em homenagem à biofarmacêutica que lutou durante 20 anos para conseguir a punição do seu ex-marido por duas tentativas de homicídios. A investigação do caso começou em junho de 1983. Após oito anos, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão, mas através de recursos jurídicos conseguiu protelar o cumprimento da pena. O caso foi parar como denúncia na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que condenou o Brasil pela ineficiência em promover uma reparação condizente com os compromissos ratificados nas convenções das quais é signatário. O projeto da lei foi elaborado por um grupo interministerial a partir de um anteprojeto de organizações não-governamentais enviado ao Congresso Nacional no dia 25 de novembro de 2004. O Brasil foi o 18º país da América Latina a elaborar uma lei específica para casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (Revista Justilex, 2006).

A Lei Maria da Penha define mecanismos específicos para coibir a violência contra a mulher no âmbito da família e da unidade doméstica e qualifica expressamente sua ocorrência como uma das formas de violação dos direitos humanos. Em seu art. 5º a

Lei define a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Em seu Título III, a Lei inova ao propor medidas integradas de prevenção através da promoção de estudos, pesquisas e estatísticas de acordo com a perspectiva de gênero, raça e etnia para o entendimento das causas, conseqüências e freqüência da violência doméstica contra a mulher. Inclui a capacitação permanente das polícias, operadores do Poder Judiciário, profissionais da saúde, entre outros. Prevê a inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero, raça e etnia e à questão da violência doméstica nos currículos escolares em todos os níveis de ensino. No mesmo título, destaca o direito ao atendimento por autoridade policial com respeito e garantia de segurança e o encaminhamento da representação ao juiz em até 48 horas para a concessão de medidas protetivas de urgência. As medidas protetivas podem ser restritivas ao agressor, tais como o afastamento do lar ou a proibição de aproximar-se da ofendida e familiares, assim como podem ser medidas no sentido de garantir a integridade física da vítima e a sua proteção patrimonial.

Em relação aos procedimentos processuais, uma das inovações mais significativas corresponde à possibilidade da criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, proposta no art. 14 da Lei. Os Juizados acumulam competências civil e criminal referentes ao processo, julgamento e execução dos delitos de violência doméstica contra a mulher e podem ser criados pela União, pelo Distrito Federal e Territórios e pelos Estados. No entanto, a prática tem demonstrado que devido ao caráter facultativo estipulado na Lei ainda são poucos os juizados especializados em violência contra a mulher, dois anos após a sua sanção,

O art. 16 da Lei trata da possibilidade da vítima de renunciar à representação da violência sofrida e corresponde à concretização de uma das maiores críticas à ineficiência da Lei 9099/95 em lidar com a violência conjugal. A renúncia, segundo o artigo, será admitida somente perante o juiz, em audiência especificamente definida para essa finalidade, quando deverá ser ouvido também o Ministério Público. Sob o ponto de vista jurídico o art. 16 ainda significa uma controvérsia, sendo atualmente objeto de ação referente à sua constitucionalidade no Supremo Tribunal de Justiça. Tal ação foi movida após tribunais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul terem desconsiderado este artigo em processos de violência doméstica.

Os motivos relacionados à permanência da vítima na relação violenta e a renúncia à representação da agressão sofrida são muitos e devem ser considerados seriamente. Fatores como a dependência econômica e emocional, ameaças de morte feitas à vítima e/ou outros entes queridos, além de aspectos religiosos e culturais interferem e contribuem para a renúncia à representação. Além disso, muitas vezes a mulher agredida busca com sua denúncia não a punição do seu companheiro, mas uma intervenção externa que ponha fim às violências, geralmente recorrentes (Diniz & Pondaag, 2004, 2006; Espíndola, Maluschke & Santos, 2004; Angelim, 2004).

Outra inovação significativa sobre os procedimentos processuais foi a proibição de penas de cesta básica ou outras formas de prestações pecuniárias e o impedimento de qualquer pena ao agressor que implique no pagamento isolado de multa (art. 17). Tais práticas representaram os desfechos mais comuns de condenações nos (poucos) casos que foram julgados segundo a Lei 9099/95.

Em relação ao homem agressor, a Lei Maria da Penha promoveu uma alteração no Código de Processo Penal ao permitir que sejam presos em flagrante ou tenham a

prisão preventiva decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal. A pena para as agressões domésticas triplicou, passando de um para três anos o tempo máximo de prisão. O tempo mínimo foi reduzido de seis meses para três meses.

O agravamento da pena e as possibilidades de prisão foram fundamentais para descaracterizar a “legitimidade” histórica da violência conjugal contra a mulher relacionada à ausência de termos específicos que a qualificassem do ponto de vista jurídico e ao silenciamento que sempre permeou a sua incidência nos contextos privados familiares. Além disso, as novas definições legais vieram como um contraponto poderoso ao sentimento de impunidade estabelecido durante a qualificação de grande parte das incidências de violências contra mulher como crimes comuns de baixo potencial ofensivo, presente na Lei 9099/95.

A Lei de Execuções penais também foi alterada para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a centros de educação e reabilitação. O art. 29 da Lei 11340/06 define a possibilidade da formação de equipes de atendimento multidisciplinar pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Essas equipes devem ser integradas por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde. O art. 30 apresenta, como competência dessas equipes, fornecer subsídios a juízes e promotores, além de “desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes”. O Poder Judiciário poderá inclusive prever recursos em sua proposta orçamentária para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar (artigo 32).

A inclusão da possibilidade de acompanhamento multidisciplinar do agressor no sentido de promover sua reabilitação, segundo os termos da Lei, segue uma tendência internacional de não apenas punir ou agravar a pena pela reclusão, mas intervir na

dinâmica familiar e conjugal conflituosa. Decisões judiciais anteriores à Lei que incluíam o acompanhamento psicossocial dos agressores eram facilmente questionáveis juridicamente, pela ausência de qualquer amparo legal na legislação brasileira, e dependiam basicamente do entendimento e da boa vontade de juízes e promotores. Muitas vezes, ao apresentar denúncia das violências conjugais nas audiências, os promotores necessitavam recorrer aos tratados internacionais assinados pelo país para propor o encaminhamento de vítimas e agressores a acompanhamentos psicossociais.

Capítulo III

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AO HOMEM AUTOR DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

“For most men psychotherapy is the antithesis of masculinity”

Robert Pasick, Sylvia Gordon & Richard Meth

O século XX assistiu ao questionamento de todos os fundamentos da ciência tradicional. A partir de concepções diferentes sobre o mundo, a humanidade e a própria ciência, a idéia de progresso das ciências e das técnicas passou a ser criticada pela noção de que em cada sociedade e época histórica os conhecimentos e práticas possuem sentidos e valores próprios. Nesse mesmo contexto, a Filosofia do século XX também promoveu a desconstrução da Cultura conforme apresentada no século anterior, percebida como uma única grande Cultura em desenvolvimento da qual as diferentes culturas seriam fases ou etapas, também em movimento progressivo. Nesse contexto, ficou claro que existem diferentes culturas e que as sociedades definem para si os seus próprios valores, símbolos e idéias. Uma das conseqüências desse processo foi que a visão de mundo calcada na objetividade, estabilidade e previsibilidade deu vez a uma visão emergente que considera o contexto, o global e, ao mesmo tempo, o singular da experiência humana (Chauí, 2000).

No bojo dessas transformações de paradigmas e reformulações de idéias, uma das evoluções sociopolíticas mais significativas foi promovida pelo movimento feminista. As novas idéias sobre os papéis e lugares sociais das mulheres levaram ao questionamento e à desnaturalização das representações que caracterizam as pessoas em

machos e fêmeas (nível anátomo-fisiológico), mas que também dizem respeito à conduta social esperada para cada um deles (nível social/cultural) (Heilborn, 1997).

O movimento feminista teve também um papel importante em promover uma crítica do modelo hegemônico de fazer ciência. Essas críticas foram incorporadas por acadêmicos de todas as áreas das ciências e influenciaram a teoria e a prática em psicologia (O'Brien, 1994).

3.1 - Uma psicologia sensível aos sexos

Diniz (2003) ressalta que psicólogos, assim como qualquer outro grupo social, sofrem as mesmas influências de fatores culturais, históricos, econômicos e ideológicos no processo de constituição das suas identidades. Assim, também são suscetíveis às crenças, valores e expectativas dos contextos em que nasceram, foram socializados e vivem, em relação aos papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres. Uma vez que toda a atividade teórica, as pesquisas e a prática profissional são realizadas por homens psicólogos e mulheres psicólogas que são produto de um processo histórico de construção de gênero, valores e estereótipos sociais podem gerar limitações à produção do conhecimento e atuação prática em psicologia.

A autora ainda pontua a importância de profissionais reconhecerem como esses valores, crenças e preconceitos estruturam os seus vieses de gênero e afetam as formulações de perguntas, a construção de hipóteses e o planejamento de pesquisas e intervenções. Segundo esse entendimento, tanto a pesquisa quanto a intervenção profissional não estão livres de valores associados aos gêneros. As ações de terapeutas e pesquisadores terão um significado distinto para cada sexo. Vista a partir deste prisma, a

prática clínica é também uma prática política, uma vez que não pode ser separada do contexto social (Diniz, 2003).

As idéias surgidas no movimento feminista favoreceram reflexões sobre convicções, princípios e práticas nas terapias e provocaram uma busca por novas informações, um diálogo conceitual e também uma autocrítica. Em outras palavras, desafiaram o campo a reestruturar e reconsiderar algumas das suas práticas e suposições à luz das proposições feministas (Walters, 1994).

Brito (2002) aponta que a crítica feminista possibilitou um exame dos modelos de terapia familiar em sua relação com a categoria gênero. Terapeutas de família precisam estar atentos (as) aos riscos de ignorar as diferenças de poder dentro das famílias, pois a partir de tal omissão, podem afirmar papéis idealizados para homens e mulheres, como o pai mantenedor financeiro e da segurança da família e a mãe responsável pela saúde dos membros familiares, por exemplo. A autora adota a posição que a terapia familiar com enfoque feminista não se constitui em um modelo específico, mas em um prisma articulável a todos os modelos de terapia familiar (Brito, 2002).

O'Brien (1994) apresenta as influências das idéias feministas sobre a psicoterapia em dois momentos. A 'primeira onda' de trabalho clínico sensível aos sexos representou "uma reação ao relativo silêncio da prática profissional quanto à existência de qualquer ligação entre os problemas psicológicos das mulheres e sua posição mais ampla na sociedade" (O'Brien, 1994, p. 207).

Uma "segunda onda" de terapia sensível aos sexos correspondeu à incorporação da análise da experiência psicológica masculina. O interesse pela psicologia do homem surgiu no começo dos anos 70 do último século, nos estados Unidos, a partir do trabalho de pesquisadores sobre as relações entre os sexos. No Reino Unido, o mesmo movimento ocorreu na década de 1980. Os estudos logo identificaram que os homens

tendem a não procurar ajuda e buscam menos os serviços de saúde mental que as mulheres. Vários autores sugerem que, quando se apresentam para os atendimentos, seus problemas estão em um estágio mais grave de desenvolvimento e demandam intervenções especializadas. Apesar de desenvolverem menos sintomas psiquiátricos ao nível de tratamento primário, homens adultos tendem, mais que as mulheres, a serem encaminhados a um psiquiatra e a serem admitidos como pacientes internados (O'Brien, 1994).

Homens tendem a apresentar menos habilidades do que as mulheres em interpretar sintomas associados à depressão branda e mal-estar geral como indícios de problemas emocionais. Por isso, geralmente não buscam de maneira voluntária atendimento psicológico, ou seja, têm dificuldades em buscar ajuda profissional também para questões afetivo-emocionais (O'Brien, 1994). Estudos indicam que homens frequentemente iniciam terapias de casais ou familiares a partir de solicitações das esposas, quando os seus relacionamentos conjugais estão em crise. Em situações de vulnerabilidade, tendem a ser mais acessíveis ao acompanhamento a partir da expectativa de “salvar” o casamento (Gordon & Allen, 1990).

A esquiva dos homens em buscar auxílio pode estar associada diretamente com um outro fator. Pasick, Gordon & Meth (1990) ressaltam que o ato de iniciar uma terapia psicológica requer coragem para a maioria dos homens por tratar-se de um desafio às concepções do que consideram como masculino. Muito do processo de socialização dos homens, desde a mais tenra infância, passa pela concepção de que um homem de verdade deve ser autoconfiante, invulnerável e sempre estar no controle da situação. Segundo essa visão masculina, iniciar um processo terapêutico representaria o oposto disso, uma vez que representa a admissão da sua necessidade de ajuda e um sacrifício da sua autonomia a partir da possibilidade de uma intervenção terapêutica.

Segundo as normas associadas à masculinidade convencional, admitir a existência de dificuldades familiares sugere aos homens fraqueza pessoal e feminilidade. Mesmo quando homens reconhecem a existência de problemas familiares, freqüentemente são as mulheres as responsáveis pela busca de ajuda externa. O papel da mulher como cuidadora e responsável pelo estado emocional e pela saúde física da família é reforçado em instituições terapêuticas e também em pesquisas científicas (O'Brien, 1994).

O conceito de masculinidade historicamente predominante produz um roteiro que prescreve modelos de pensar, sentir e comportar enquanto homens, onde tudo o mais é visto como inaceitável e feminino. A maioria dos homens não tem consciência de como esses conceitos limitam o desenvolvimento das suas potencialidades. As contribuições feministas permitiram, portanto, a compreensão de que a masculinidade é determinada por fatores físicos, psicológicos e emocionais em uma complexa interface com o ambiente social e as normas culturais. A pesquisa e o debate sobre os papéis masculinos têm implicações para a teoria e prática terapêutica: “descobrir mais sobre as características dos relacionamentos dos homens elucidará os processos psicológicos e sociais que mantêm e recriam os diferenciais de poder nas famílias e em outros sistemas íntimos” (O'Brien, 1994, pág. 209).

O processo terapêutico pode oferecer informações relevantes sobre as conseqüências negativas dos estereótipos de gênero e pode favorecer mudanças significativas nas concepções sobre suas identidades e relacionamento com mulheres, crianças e outros homens (Meth & Pasick, 1990). As intervenções terapêuticas com homens que agrediram suas companheiras correspondem a um dos temas menos debatidos e pesquisados nos novos estudos sobre as masculinidades. Desenvolver e avaliar propostas de intervenções com homens autores de violência conjugal significa

preencher uma das maiores lacunas atuais nos estudos sobre a violência doméstica e sobre as masculinidades.

3.2 - O homem autor de violências conjugais

Os estudos científicos sobre homens que cometem violências no contexto intrafamiliar começaram a ser realizados no final da década de 1970. As investigações sobre o tema logo identificaram que as agressões físicas eram uma das manifestações dessas violências, pois podem ocorrer também os abusos emocionais, sexuais, psicológicos, sociais, econômicos, entre outros, no contexto intrafamiliar. Corsi (2006) aponta que, a partir da identificação do quadro, os pesquisadores buscaram as razões da conduta do homem autor de violências conjugais.

A primeira explicação dada para o fenômeno foi aquela com a qual psicólogos, psiquiatras e outros profissionais estavam mais familiarizados até o momento, ou seja, a psicopatológica. O homem agressor foi avaliado inicialmente como um doente portador de patologias como a personalidade sádica, passivo-agressiva, *borderline* ou enquadrado dentro de outras síndromes psiquiátricas. No entanto, Corsi (2006) cita os estudos de Heise (1994) e Ferreira (1992) que não identificaram porcentagens de presença de distúrbios psicopatológicos entre homens agressores conjugais maiores do que na população em geral. Além disso, foi observado exatamente o oposto, que as violências conjugais não decorrem necessariamente do efeito de transtornos psicopatológicos, mas diversas psicopatologias podem ser causadas tanto em homens quanto em mulheres a partir da vivência em contextos de violência intrafamiliar (Corsi, 2006).

Houve tentativas de explicar a conduta dos agressores relacionando as agressões ao alcoolismo. Profissionais de diversas áreas perceberam que o consumo abusivo de álcool por parte dos homens está presente em grande parte dos contextos de violências conjugais. Estudos indicaram que cerca de 70% dos homens agressores, no Brasil e no exterior, têm problemas com álcool e/ou drogas. No entanto, há muitas incertezas quanto às relações causais, ou seja, se a presença de uso de álcool ou de drogas nos eventos violentos permite inferir que o seu uso afetou o comportamento das pessoas envolvidas. Assim, não é possível afirmar que essas pessoas não cometeriam as agressões em estado de abstinência (Grossi, 1995; Minayo & Deslandes, 1998).

Percebe-se também uma grande incidência de abuso de álcool em homens não violentos, assim como muitos homens agredem suas companheiras sem fazer uso de álcool. O que os estudos sinalizam é que o uso abusivo deve ser levado em consideração como um fator de risco associado à violência doméstica, uma vez que serve como um desinibidor da violência latente no indivíduo. As agressões tendem a ser mais graves quando a pessoa está sob a influência do álcool. Ademais, muitos homens recorrem ao álcool como desculpa para exercer as violências e diminuir o grau de responsabilidade pessoal pelos danos cometidos. Em processos judiciais são comuns as alegações ao alcoolismo, assim como a supostos distúrbios psicopatológicos, com a finalidade de amenizar a culpa do autor das agressões conjugais (Dohmen, 2006; Minayo & Deslandes, 1998).

Uma terceira linha de explicações vem de enfoques sociológicos que apontam a violência conjugal como uma derivação de um modelo de sociedade e cultura na qual os homens detêm, historicamente, mais poder em diversas instâncias sociais, inclusive na família. O exercício da violência de homens sobre mulheres nas famílias passa essencialmente pelo desequilíbrio de poder, definido culturalmente e exercido através

de manobras interpessoais de controle das relações. As condutas violentas buscam eliminar os obstáculos ao exercício do poder e podem ser concretizadas em atos de agressões físicas, econômicas, psicológicas, morais, entre outras (Corsi, 2006).

Segundo essa visão, ao longo da história, violência e desigualdade aparecem como dois elementos de uma mesma realidade em que suas posições são interligadas de acordo com as circunstâncias. Nesse sentido, a violência conjugal desempenha uma função ativa para a manutenção e perpetuação da desigualdade em uma relação bidirecional, em que a desigualdade gera violência e a violência produz e mantém a desigualdade. Além de questionar os elementos constitutivos da cultura patriarcal, os modelos sociológicos também incluíram como explicação do problema outras variáveis como classe social, etnia e nível de educação (Acosta, 2008).

3.3 – Homem autor de violências conjugais: existe um perfil?

Saffioti (2004) ressalta que “a violência de gênero, especialmente nas suas modalidades doméstica e familiar, ignora fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda *per capita*, de distintos tipos de cultura (ocidental x oriental), etc” (p. 83). A autora aponta ainda que não há um perfil que defina quem são os homens que agredem mulheres com quem mantêm ou mantiveram relacionamentos íntimos. Tal constatação contraria uma visão recorrente e estereotipada de que trata-se de homens que se enquadram na tríade alcoolismo, pobreza e baixa escolaridade. Dados da Anistia Internacional publicados pela revista *Veja* em março de 2006 indicam que na França 67% dos homens que agredem suas mulheres têm curso superior completo.

Ainda que não exista um perfil do agressor, o contato com homens autores de violência conjugal, sobretudo em contextos clínicos, permite identificar características

que favorecem a compreensão do fenômeno. Percebe-se com frequência em suas falas concepções sexistas e rígidas sobre os papéis sociais de homens e mulheres (Dohmen, 2006). Pesquisa realizada pelo Instituto NOOS no Rio de Janeiro identificou que os homens justificavam ou consideravam aceitável o uso de violências contra mulheres quando elas rompiam com os “papéis sexuais” ou “*scripts* de gênero” esperado das mulheres, como manter relacionamento extraconjugal ou não cumprir com suas “obrigações” domésticas (Acosta, 2003).

Outras características estão presentes em homens agressores. Muszkat (1998) e Corsi (2006) chamam a atenção para a dificuldade que apresentam em comunicar seus sentimentos originada em uma das pautas presentes no processo de socialização dos homens que associa a expressão emocional a demonstrações de fraqueza e de fragilidade. Como consequência, a incapacidade de comunicação leva a situações conjugais em que os homens procuram resolver seus problemas familiares pela violência, por não saberem resolver de maneiras mais assertivas as situações de conflito. Baixas habilidades de comunicação acabam por favorecer um isolamento emocional que culmina no empobrecimento da rede social, pois frequentemente esses homens não contam com outras pessoas para falarem dos seus temores, dificuldades e conflitos afetivos.

Para homens agressores, falar sobre as motivações que levaram aos atos violentos representa entrar em contato com sentimentos que geralmente não estão habituados a expressar pela fala e que, por isso mesmo, causam desconforto. Apesar de existirem necessidades emocionais, a expressão verbal apresenta-se limitada como consequência do processo de socialização masculino que associa expressão emocional com o estereótipo feminino. Assim, além da falta de habilidades para resolver conflitos de maneiras não violentas, homens agressores utilizam a racionalização para explicar

suas condutas. Geralmente, não descrevem a si mesmos como violentos e tendem a minimizar as intensidades das agressões, estimadas como insignificantes e circunstanciais. Muitas vezes é necessário recorrer às esposas ou aos boletins de ocorrências policiais para se ter uma noção mais realista da frequência e intensidade das agressões (Dohmen, 2006).

Diniz e Pondaag (2004) identificaram no relato de mulheres vítimas de violência doméstica a tendência dos seus companheiros em minimizar ou até mesmo negar as agressões cometidas em relação a elas e outros membros da família. Nas ocasiões em que admitem os atos agressivos, utilizam argumentos racionais para justificar seu comportamento, muitas vezes remetendo a culpa das suas ações à vítima ou a qualquer outro motivo.

Vários mitos e justificativas são utilizados por homens para explicar ou minimizar a violência cometida. A perda do controle pode ser atribuída às provocações da esposa, ao estresse gerado no trabalho, a uma discussão com vizinhos, ao fato de ter bebido muito no dia ou a qualquer outra situação. No entanto, em todos os casos, há uma seletividade e autocontrole no sentido de definir quem será a vítima e o local das agressões. Ao lidar com outras pessoas, fora do ambiente privado do lar, homens agressores geralmente são capazes de evitar explosões de ira e podem controlar-se perfeitamente, evitando o uso da violência para resolver conflitos. As racionalizações que fazem para justificar suas ações incluem a culpabilização das vítimas, que de fato podem sentir-se responsáveis por provocar a ira dos companheiros (Dohmen, 2006).

Estudos sobre homens que são violentos com mulheres em contextos domésticos mostram que na maior parte dos casos trata-se de homens com poucos ou nenhum antecedente criminal e, quando esses existem, são geralmente relacionados a outras agressões conjugais. A violência praticada é seletiva e direcionada à mulher e ao núcleo

familiar. Ainda que sejam considerados por suas companheiras como bons pais e, freqüentemente o são, as agressões podem ser estendidas aos filhos. Uma característica marcante e presente desde o início do relacionamento é a obsessão pelo controle do comportamento da mulher. A atitude controladora se manifesta através da imposição de restrições, como impedir que a mulher prossiga nos estudos, trabalhe, use determinados tipos de roupas, saia de casa, entre outras proibições. A obsessão pelo controle do comportamento da companheira pode ser entendida como uma das possibilidades de violência psicológica e geralmente se inicia antes das agressões físicas, no início do ciclo da violência conjugal (Acosta, 2008; Corsi, 2006; Loketek & Ravazzola, 1997).

O ciclo da violência, processo identificado pela psicóloga americana Lenore Walker e explorado por Angelim (2004) descreve o processo de uso da violência por parte de homens contra mulheres nos relacionamentos conflituosos. Segundo essa autora, incidentes menores de violências psicológicas presentes no início do relacionamento como restrições e reprovações em relação ao comportamento da mulher, ofensas verbais, gritos e ameaças evoluem para empurrões e culminam em agressões físicas de variadas intensidades. Essas ocorrências são seguidas por manifestações de arrependimento do autor, que geralmente se desculpa pelo ato, faz promessas, presenteia e acena com a possibilidade de mudança em função da necessidade de manutenção da relação de afeto. Contudo, a tensão relacional tende a ser reiniciada pelos mesmos padrões que geraram as agressões anteriores e um novo ciclo de violência é formado, provavelmente com uma intensidade maior de conflito e agressão (Angelim, 2004).

Independente de categorias como raça, classe, etnia, nível educacional, entre outras, homens agressores são aqueles que exercem alguma forma de abuso físico, emocional, sexual ou patrimonial sobre esposas, companheiras, filhos ou filhas. A consequência de seus atos é o dano físico, psicológico, social ou econômico sobre as

peças ofendidas. O atendimento psicológico a homens autores de violências conjugais deve considerar essas especificidades do fenômeno, que envolve aspectos familiares e individuais diretamente relacionados ao modelo social que ainda favorece a dominação masculina na sociedade. Também não pode ser ignorado o fato de que a construção social dos papéis de gênero aprisiona igualmente mulheres e homens. Desenvolver estratégias de reflexão e de intervenções que levam em conta esse contexto torna-se, portanto, um desafio para todos os profissionais que lidam com situações de violência.

3.4 - O trabalho com homens autores de violência conjugal

Os modelos empregados na assistência e prevenção da violência intrafamiliar seguiram evoluções semelhantes em distintos países. Corsi (2006) indica que é possível reconhecer uma seqüência adotada por iniciativas governamentais e não-governamentais das quais se destacam algumas etapas comuns. No primeiro momento, os esforços se concentraram na denúncia do problema e em tentativas de instalar, junto à sociedade, uma consciência progressiva da sua gravidade. De maneira quase simultânea surgiram os primeiros programas destinados a atender as vítimas das violências domésticas. As investigações iniciais sugeriram projetos e políticas de combate à violência e reformas legislativas; promoveram a capacitação de profissionais e mobilizaram um trabalho sistemático em parceria com os meios de comunicação. Os programas de assistência às vítimas foram avaliados e nesse momento surgiu a necessidade de promover a assistência aos autores das violências. Essa demanda surgiu principalmente das próprias mulheres assistidas visando que os seus agressores assumissem a violência perpetrada e buscassem reabilitação.

Os primeiros relatos de serviços especializados no atendimento a homens autores de violências conjugais surgiram nos Estados Unidos e Canadá, na década de 1970. A experiência canadense surgiu a partir da demanda de mulheres abrigadas vítimas de violência conjugal que manifestavam interesse em retomar o relacionamento com seus companheiros (Grossi, 2001). Em situações de abrigamento, após receberem intervenções médicas, psicológicas, jurídicas, entre outras, muitas mulheres escolhiam reatar seus relacionamentos e percebiam a necessidade de uma intervenção com seus companheiros para que uma mudança na dinâmica conjugal violenta fosse possível.

Heilborn (1996) apresenta o desenvolvimento no Brasil das idéias do movimento feminista no plano das atuações políticas e da sociedade civil. Segundo a autora, os serviços SOS, anteriores às atuais DEAMs, visavam oferecer plantões de atendimento como apoio a vítimas de violência doméstica. Através de grupos feministas de auto-reflexão formados nos serviços SOS, era esperado que a narrativa das mulheres possibilitasse uma libertação do modelo opressivo masculino: “Imaginava-se que as mulheres ali presentes tomariam a iniciativa de abandonar seus maridos espancadores; mas a busca era por outras respostas, sobretudo aquelas que pudessem representar algum auxílio no sentido de colocar os companheiros no *caminho certo*” (Heilborn, 1996, p. 93).

O auxílio à vítima é algo de importância inquestionável, bem como a necessidade de trabalhar as características e processos presentes nas relações violentas. No entanto, Saffitoti (2004) ressalta que não é possível a mudança radical quando se trabalha exclusivamente com a vítima. A autora defende:

“Sofrendo esta (a vítima) algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seus *habitus*, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos

vêm esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta” (Saffioti, 2004, p. 68).

Ainda que venha se consolidando dentro do próprio movimento feminista a necessidade de trabalhar a relação violenta, ao invés de intervir protegendo a vítima e punindo o agressor, os trabalhos desenvolvidos com homens autores de violências conjugais ainda não são bem conhecidos. No Brasil, os trabalhos específicos com homens são muito recentes e pouco avaliados, pois ainda se encontram em fase de sistematização de metodologias e criação de indicadores avaliativos. Os resultados ainda são muito inconsistentes. A escassez de dados indica a necessidade de mais pesquisas e experiências de intervenções com autores de violência conjugal no país. Lima, Buchele & Clímaco (2008) ressaltam que a inclusão dos homens autores de violência nos programas de atendimento corresponde a uma das maiores lacunas entre as reflexões que ainda não foram desenvolvidas no processo de prevenção e atenção à violência doméstica.

Somente na década de 1990 os trabalhos com homens ganharam espaço enquanto projetos sociais ou políticas públicas. Antes da aprovação e sanção da Lei Maria da Penha surgiram algumas iniciativas pontuais a partir de diversas perspectivas e abordagens teórico-metodológicas. As intervenções focalizavam assuntos como a saúde sexual e reprodutiva, violência e paternidade, entre outros. Vários dos trabalhos procuravam sensibilizar os homens em geral e os autores de violência contra a mulher, em específico, sobre implicações da desigualdade de gênero e as possibilidades de mudança de comportamento (Marques, 2007; Cortez, Padovani & Williams, 2005 ; Andrade & Barbosa, 2008).

Corsi (2006) define uma linha divisória entre o que considera esforços produtivos e improdutivos nas intervenções com homens violentos. A partir das experiências realizadas houve uma tendência de priorizar os atendimentos em grupo realizados em contextos institucionais e o uso de modelos teóricos “específicos” em detrimento dos atendimentos individuais, em ambientes privados e com modelos teóricos “não específicos” de atendimento.

O termo “modelo específico” é utilizado por pesquisadores que definem como metodologia de intervenção apropriada o corpo teórico derivado diretamente de investigações sobre violência com enfoque no conceito de gênero. Os “modelos não específicos”, segundo esse mesmo entendimento, são aqueles que intervêm a partir de metodologias utilizadas em tratamentos psicológicos convencionais, como psicoterapias e terapias de famílias de diversas abordagens, sem considerar o fenômeno da violência de gênero como problema social e a perspectiva de gênero para a compreensão do problema (Corsi, 2006).

Lima et al. (2008) analisaram cinquenta e seis programas de intervenções com homens agressores realizados em todos os continentes. Em relação ao referencial teórico, 73% apresentaram, a partir da perspectiva feminista de gênero, a diferença de poder entre homens e mulheres como a principal causa deste tipo de violência. Por consequência, as metodologias utilizadas por esses programas derivavam desse referencial teórico. Os demais programas associavam as explicações para as agressões a psicopatologias presentes no autor ou na vítima, causadas por experiências passadas como ter sofrido ou presenciado alguma forma de violência na infância. Nesses casos, foram utilizadas intervenções com bases nas teorias psicológicas e de aconselhamento tradicionais.

A pesquisa sobre intervenções com homens indica que muitas vezes as propostas metodológicas se confundem. As abordagens cognitivo-comportamentais, a teoria do aprendizado social e as abordagens psico-educativas são exemplos de intervenções que compartilham alguns pressupostos teóricos e técnicas de atuação, sobretudo nas intervenções grupais. Um ponto em comum entre essas abordagens é a presença das influências das idéias feministas, sobretudo na crença de que a violência não é um problema individual ou familiar, mas uma questão social permeada pela desvalorização e subjugação da mulher em todos os contextos sociais (Sonkin & Dunton, s.d.).

3.5 - As intervenções grupais

O predomínio das idéias de gênero nas intervenções com homens autores de violência conjugal favoreceu a tendência de utilizar grupos em detrimento dos atendimentos individuais. Corsi (2006) afirma que os homens tratados individualmente em espaços privados, como consultórios de psicólogos clínicos, são os que menos apresentam respostas positivas de modificação das condutas violentas. Eles geralmente apresentam atitudes pouco colaborativas, caracterizadas pelo discurso racional marcado pela esquivia dos assuntos referentes às violências cometidas. Segundo o autor, as intervenções grupais associadas a abordagens específicas de gênero podem proporcionar uma mudança qualitativa no padrão de condutas violentas:

A inclusão do homem em um grupo neutraliza seus mecanismos habituais de minimização, atribuição a causas externas e desresponsabilização das conseqüências das suas condutas. O homem pode então começar a perceber-se incluído dentro de um conjunto de homens que compartilham formas de sentir, pensar e agir. Conseqüentemente, pode começar a ver nos outros alguns comportamentos que não percebe em si mesmo. (Corsi, 2006, p. 135, tradução nossa).

A percepção de comportamentos machistas e violentos nos outros pode levar a reflexão sobre as próprias condutas, muitas vezes semelhantes às dos companheiros de grupo. A gradual diminuição das suas defesas e a superação do discurso racional favorecida pelo contexto grupal podem significar então o contato dos participantes com seus sentimentos, subjetividade e a avaliação dos próprios comportamentos.

As propostas de intervenções grupais que geralmente incluem a formação de um espaço para reflexões e construção de novos comportamentos e novas relações entre homens e mulheres são consideradas por muitos autores, como grupos reflexivos. Apesar de apresentarem efeitos terapêuticos, os grupos não são considerados como psicoterápicos. Não se trata, portanto, de tratar psicologicamente os agressores, uma vez que patologizar a violência lhes daria a condição de doentes e retiraria a responsabilidade pelos comportamentos violentos. Os grupos reflexivos, utilizados como estratégia de intervenção, apresentam a possibilidade de discussão sobre aspectos da violência e sobre temas do cotidiano dos homens que raramente são abordados nos espaços de socialização masculina (Andrade & Barbosa, 2008; Marques, 2007).

Não existe um consenso sobre o número de sessões a serem realizadas, que podem variar de oito a trinta e dois encontros. Geralmente são definidos temas específicos que dão a todos os grupos pesquisados um caráter psico-educativo. Os temas mais utilizados nos grupos são o controle da raiva e agressividade, o treino da comunicação e expressão assertiva das emoções, o questionamento dos estereótipos de gênero, alcoolismo e drogadição, a responsabilização dos homens em relação às agressões cometidas e a promoção de alternativas à violência física para resolução de conflitos, entre outros (Pence & Paymar, 1993; Sonkin & Durphy, 1985; Gondolf, 1985).

Corsi (2006) aponta que uma intervenção em grupo considerada ideal deve promover o controle e exclusão da conduta violenta; a flexibilização dos estereótipos e papéis de gênero; a melhoria das habilidades sociais e de comunicação; a diminuição do isolamento social dos homens agressores; a revisão de crenças culturais que legitimam a violência; e o aumento da auto-estima e da assertividade. Segundo o autor, os modelos de grupo com homens autores de violências conjugais realizados em espaços institucionais são os que atendem de maneira mais efetiva à proposta de promover mudanças nas condutas violentas.

A partir do padrão característico de negar, minimizar e justificar as agressões cometidas e a esquivia de homens em procurar ajuda em situações de dificuldades emocionais, não é esperado que autores de violências conjugais busquem de maneira espontânea acompanhamentos terapêuticos para resolver seus problemas conjugais. Da mesma forma, a violência conjugal apresenta uma dinâmica perversa que não pode ser subestimada, pois ela torna compreensível também as dificuldades que as mulheres têm em denunciar os episódios de violência e de sustentar a queixa após a denúncia.

Diniz e Pondaag (2004) apontam dimensões importantes desse processo de negação: "... é provável que, passado o momento de dor extrema que leva à busca de apoio, a mulher "esfrie a cabeça" e comece a buscar na lógica patriarcal internalizada, as justificativas e explicações para o ato violento do outro" (p.175). Ameaças, dependência econômica, concepções religiosas e culturais que pregam a valorização da família e a manutenção do casamento a qualquer custo são alguns aspectos dessa intrincada rede que favorece a manutenção da dinâmica violenta.

É nesse contexto de sobrecarga e de múltiplas exigências que ganha espaço o *uso da violência* por parte do homem e o *silenciamento da violência* por parte das mulheres. De um lado os homens tendem a banalizar ou minimizar o impacto de seus

atos e do outro as mulheres tendem a se calar, pois a violência é vista como exercício da autoridade e do direito de posse e controle do homem sobre a mulher e os filhos. Fica claro que a mulher tende a incorporar a lógica do outro e, ao desculpar o seu agressor, ela também minimiza o ato violento (Diniz e Pondaag, 2004).

Saffioti (2004) chama a atenção para o fato de que “a violência doméstica ocorre numa relação afetiva cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa” (pág. 79). Nesse sentido, a compreensão da construção desse processo nos ajuda a entender também outro fenômeno importante – o fato de muitas mulheres procurarem na justiça o limite necessário para colocar a relação nos trilhos. Um dado significativo resultante da pesquisa de mestrado de Angelim (2004) foi que muitas mulheres queriam permanecer com os companheiros e viam na intervenção da justiça uma possibilidade de ruptura, reflexão e recomeço.

Uma experiência de atendimento psicológico a homens autores de violência conjugal aconteceu no período anterior à Lei Maria da Penha, a partir de uma parceria entre o *Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Conjugal*, projeto desenvolvido pelo Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, e os juízes e promotores dos Juizados Especiais Criminais da cidade satélite de Samambaia. Para justificar o encaminhamento da vítima e do autor para o acompanhamento psicológico o promotor de justiça titular do Primeiro Juizado Especial de Samambaia recorria, em sua apresentação de denúncia ao juiz, ao artigo 226 da Constituição Federal, que afirma ser um dever do Estado “*criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares*” (art. 226, § 8º) e à Convenção de Belém do Pará (1994) que em seu artigo 7º, alínea e, determina que o Estado deve empenhar-se em “*Tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar práticas jurídicas ou*

consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher”.

Dessa forma, em casos que o promotor julgava graves ou quando havia indícios de coação sobre a vítima para a retirada da queixa, era proposta ao juiz a suspensão do processo pelo prazo de seis meses. Após esse período, a vítima poderia então pedir o arquivamento do processo, se assim o desejasse. Em audiência, era então determinado o encaminhamento da família para alguma modalidade de acompanhamento psicossocial. Surge então a parceria com o *Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Conjugal*, o NAFAVD, onde a vítima, o agressor e, com frequência, os filhos podem ser acompanhados.

O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer como alguns desses homens, que passaram pela intervenção psicológica realizada no NAFAVD, perceberam os efeitos dessa experiência em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Torna-se relevante, portanto, apresentar o trabalho que foi realizado com os homens autores das violências no NAFAVD e que serviu de base para a presente pesquisa de *follow up*.

Capítulo IV

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA:

PROGRAMA *NÚCLEO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA E AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA* - NAFAVD

O Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVD - é uma instituição criada pelo Conselho dos Direitos da Mulher, órgão hoje vinculado à Coordenação Para Assuntos da Mulher da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Distrito Federal. O NAFAVD foi inaugurado no Fórum da cidade satélite de Samambaia, Distrito Federal, em 20 de outubro de 2003 e contava com uma equipe de dois psicólogos e duas funcionárias responsáveis pelas questões administrativas. O NAFAVD atualmente conta com uma equipe de oito psicólogos, uma advogada e quinze funcionários administrativos que trabalham em nove núcleos localizados em oito cidades satélites do Distrito Federal e no Plano Piloto. Os recursos humanos e materiais são fornecidos pelo Governo do Distrito Federal. Os núcleos do NAFAVD foram instalados nas Promotorias de Justiça e nos Fóruns das cidades satélites atendidas, com a exceção do núcleo do Plano Piloto, localizado na sede do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.

Em sua origem, o NAFAVD foi planejado para atender uma demanda da Casa Abrigo, instituição também vinculada ao Conselho dos Direitos da Mulher, para onde são encaminhadas mulheres em situação de risco de morte por ameaças ou pela gravidade das violências sofridas. A Casa Abrigo recebe geralmente vítimas de violências cometidas pelos atuais ou ex-parceiros íntimos que chegam após denúncias registradas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, a DEAM. Sua

localização não é divulgada para garantir a segurança das vítimas, A Casa Abrigo tem por finalidade institucional oferecer acompanhamento psicológico, jurídico e médico, entre outros, para as mulheres abrigadas e seus filhos.

Durante a permanência das mulheres em situação de abrigamento elas podem escolher as pessoas que irão visitá-las, sendo os encontros realizados na sede do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal. São comuns os encontros agendados com os autores das agressões a pedido das mulheres assim como são frequentes as tentativas de reconciliação com os mesmos após o egresso da Casa Abrigo. Foi observado que nesses casos novas ocorrências de agressões eram bastante comuns com o conseqüente retorno das mulheres à situação de abrigamento.

4.1 - NAFAVD/Samambaia e o projeto piloto de atendimento a homens autores de violência conjugal

O projeto inicial do NAFAVD foi elaborado com o intuito de promover o acompanhamento das mulheres e seus familiares, inclusive os agressores, após a saída da Casa Abrigo. A partir de uma parceria estabelecida com a Defensoria Pública o NAFAVD foi inaugurado no Fórum da cidade satélite de Samambaia, Distrito Federal.

Inicialmente, o NAFAVD contava com um espaço físico constituído por três salas para atendimentos, sendo uma maior que permitia a realização de grupos, outra para atendimentos individuais e de casais, além de uma sala destinada a atendimentos infantis. Ingressei como psicólogo no serviço em março de 2004 e o quadro de funcionários alocados para o Núcleo era composto por duas funcionárias com funções administrativas e uma psicóloga especialista em violência doméstica pela Universidade de São Paulo, que também exercia a função de coordenadora. Os encaminhamentos ao

NAFAVD eram realizados pela Defensoria Pública do Fórum de Samambaia através dos defensores e estagiários do curso de Direito. A possibilidade do acompanhamento familiar pelo NAFAVD era oferecida tanto para as mulheres na Casa Abrigo quanto para os autores das violências, sobretudo quando esses freqüentavam o Conselho dos Direitos da Mulher para visitar as abrigadas.

Durante um dia da semana alguns defensores públicos e estagiários destinavam parte das suas agendas ao atendimento dessas famílias, geralmente quando as mulheres estavam em processo de saída da situação de abrigo. O atendimento jurídico consistia em uma entrevista com o casal que resultava na elaboração de um *Termo de Ajustamento de Conduta*, documento com valor de compromisso legal assinado pela vítima, pelo agressor, pelo defensor ou estagiário e por duas testemunhas. Nele as mulheres e os homens eram convidados a propor itens que indicavam as mudanças esperadas em relação ao comportamento do cônjuge necessárias ao convívio sem violência. Pelas mulheres eram citados termos como “não beber”, “não voltar a agredir”, “permitir que trabalhe ou conclua os estudos”, entre outros mais amenos como “não deixar roupas sujas no chão do banheiro” ou “deixar assistir a novela depois do jornal”. Os homens citavam termos como “não atrasar o jantar”, “não bater nos filhos”, “não agredir verbalmente ou não xingar”, por exemplo.

Na entrevista jurídica era também oferecido formalmente à vítima e ao agressor o acompanhamento familiar no NAFAVD e, diante da concordância do casal, era acrescentado esse item ao Termo de Ajustamento de Conduta como um compromisso de comparecimento ao serviço pelo prazo de seis meses. Por indicação das psicólogas da Casa Abrigo ou quando havia indícios de agressões aos filhos, esses eram incluídos no encaminhamento ao NAFAVD.

A triagem da Defensoria Pública conseguia uma adesão quase completa dos homens para a participação no programa de atendimento do NAFAVD. Como a maioria das mulheres estava em situação de desligamento da Casa Abrigo, a adesão dos homens provavelmente estava relacionada a esse processo de negociação de retorno ao lar, quando percebiam ser necessário ceder para conseguir o regresso da companheira. Como veremos adiante, a concordância dos homens nesses casos não representou necessariamente o comparecimento às sessões de maneira efetiva.

Além de atender mulheres vítimas de violências domésticas a Casa Abrigo também recebe crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abuso sexual e abandono. Como o NAFAVD teve em sua concepção a proposta de continuidade dos acompanhamentos realizados na Casa Abrigo, vários dos casos encaminhados ao Núcleo eram devido a violências contra crianças e adolescentes. Em relação à Defensoria Pública, ficou definido que o NAFAVD prestaria uma assistência de psicologia jurídica aos defensores e estagiários quando esses a solicitassem. Os encaminhamentos desse setor consistiam em solicitações de pareceres sobre disputas de guarda e pedidos de avaliações psicológicas quando havia suspeitas de abusos sexuais e maus-tratos a crianças e adolescentes.

4.2 - A parceria com os Juizados Especiais Criminais

Logo nos primeiros meses de funcionamento do NAFAVD dentro do Fórum de Samambaia foi solicitado por um juiz e por um promotor de justiça de um dos Juizados Especiais Criminais que atendêssemos parte das suas demandas de violência doméstica. Segundo o promotor, os processos relacionados a ocorrências de violências domésticas correspondiam a 80% do total de processos instaurados nesses juizados, sobretudo os

delitos referentes aos artigos 136 (maus-tratos), 147 (ameaça) e 129 (lesão corporal leve), qualificados como delitos de menor potencial ofensivo pela Lei 9099/95.

A parceria com os Juizados Especiais Criminais logo se mostrou mais efetiva para promover o comparecimento da família encaminhada e a sua permanência no acompanhamento psicológico. Após cerca de oito meses de funcionamento, uma avaliação dos casos atendidos pelo NAFAVD indicava que haviam sido encaminhados 24 casais pelos Juizados Especiais Criminais do Fórum de Samambaia e 14 casais pela Casa Abrigo. Ao final do quarto mês após o encaminhamento, 12 homens entre 14 encaminhados pela Casa Abrigo haviam abandonado o acompanhamento enquanto que, no mesmo período de tempo, 21 dos 24 homens encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais continuavam em atendimento no NAFAVD.

Os encaminhamentos dos processos desses juizados ao NAFAVD eram realizados pela Central de Medidas Alternativas (CEMA), órgão vinculado ao Ministério Público do Distrito Federal. A CEMA é o órgão responsável, entre outras ações, por encaminhar e acompanhar o cumprimento das medidas alternativas à prisão que são definidas nas audiências dos Juizados Especiais Criminais no Distrito Federal.

Após uma triagem realizada pela CEMA o casal comparecia ao NAFAVD com a guia de encaminhamento individual. Inicialmente, o casal era agendado para a realização da anamnese. Nesse primeiro atendimento, além da história de vida individual e do casal, era investigada a situação de convivência atual e se o casal mantinha ou não algum tipo de relacionamento após a ocorrência da violência. Esse modelo logo se mostrou falho e arriscado, pois muitas vezes o casal havia se separado e a mulher era exposta ao contato com o autor da violência em um ambiente onde invariavelmente seriam mencionados fatos e aspectos da convivência conflituosa.

A partir da identificação desse risco os agendamentos passaram a ser feitos primeiramente com a vítima em sessão individual. O atendimento individual permite que a mulher avalie, longe da presença do agressor, os riscos de novas agressões e a eficácia da sua rede de apoio no caso de eventuais reincidências das violências. Da mesma forma, o atendimento inicial do homem passou também a ser individual.

Nos primeiros atendimentos os autores de violência conjugal apresentam, salvo algumas exceções, o discurso da negação das violências cometidas, a minimização das intensidades das agressões físicas ou verbais e justificativas para as suas incidências (Muszkat, 1998; Corsi, 2006; Dohmen, 2006; Diniz e Pondaag, 2004). Não consideram haver problemas mais sérios na relação do que brigas ou discussões normais que fazem parte de um relacionamento íntimo, mesmo em casos de agressões físicas graves. Não há, portanto, a percepção da existência de um problema. Assim sendo, os homens expressam com muita frequência um sentimento de injustiça por estarem na presença de um psicólogo em um programa psicossocial.

Após uma ou duas sessões individuais com cada um, nos casos em que os casais ainda mantinham uma convivência conjugal ou estavam em processo de reconciliação, eram agendadas sessões de casal, geralmente quinzenais. Por outro lado, quando a separação já havia se consolidado ou caminhava nesse sentido, o homem continuava em acompanhamento individual. Esses casos eram os que menos apresentavam evolução do reconhecimento da participação na dinâmica relacional da violência por parte dos agressores, sendo essa uma característica descrita na literatura científica (Corsi, 2006). Muitas vezes o atendimento às vítimas que desejavam a separação permitia a observação da constante negação das violências presente no discurso dos agressores, situação também observada por Diniz e Pondaag (2004).

Diante das dificuldades encontradas nos atendimentos individuais comecei a pesquisar sobre experiências de atendimentos psicológicos a homens autores de violências conjugais e não encontrei muitos relatos sobre esse tipo de intervenção. Um dos poucos trabalhos que encontrei voltado para o atendimento a homens foi uma série de cinco manuais intitulada *Trabajando com hombres jóvenes*, publicada em 2001, criada em parceria pelas ONGs brasileiras *Instituto PROMUNDO* e *ECOS – Comunicação em Sexualidade*, pelas associações civis *Programa PAPAI*, integrada à Universidade de Pernambuco, e pela instituição civil mexicana *Salud e Género*.

Os cinco manuais foram elaborados a partir de conteúdos teóricos e técnicas de trabalho em grupo destinadas a capacitar educadores e agentes de saúde para a intervenção com homens jovens. O trabalho revela uma orientação teórica que combina técnicas cognitivo-comportamentais com influências das idéias de gênero. Os manuais foram divididos pelos temas: Paternidade e Cuidado; Sexualidade e Saúde Reprodutiva; Violência; Prevenindo e Vivendo com HIV e Razões e Emoções.

Os temas e dinâmicas apresentados na coleção foram o ponto de partida para a minha elaboração das sessões em grupo com os homens autores de violências conjugais atendidos no NAFVD. Realizei adaptações de algumas dinâmicas que na coleção são direcionadas para a intervenção com homens jovens segundo os temas mencionados. Propus um grupo de quinze sessões, algumas destinadas à discussão de temas pré-definidos e outras sem temas específicos. No total foram atendidos vinte e seis homens em três grupos realizados em Samambaia. Desses, quatro participantes abandonaram e vinte e dois concluíram as quinze sessões programadas. A primeira sessão ocorreu em 31 de outubro de 2005 e a última em 08 de janeiro de 2007.

4.3 - Uma intervenção em grupo realizada com autores de violência conjugal

O primeiro grupo começou com seis homens encaminhados pelos dois Juizados Especiais Criminais do Fórum de Samambaia a partir de processos relacionados a ameaças e lesões corporais cometidas contra parceiras íntimas. A princípio, defini que os grupos seriam “fechados”, ou seja, a formação inicial se manteria até o fim. No entanto, por se tratar de um grupo com duração de cerca de quatro meses, decidi incluir novos participantes na sexta sessão, o que permitiu atender a um número maior de pessoas e contrariou meu receio inicial de que a entrada de novos membros afetaria muito a dinâmica grupal.

Os grupos, que passaram a ser “abertos”, mantiveram uma média de oito participantes por sessão. Os temas apresentados seguiam uma ordem específica, assim, quem entrasse na sexta sessão do primeiro grupo, por exemplo, participaria dos temas que não assistiu no grupo seguinte. Farei uma breve descrição da organização das sessões utilizadas no primeiro grupo. Essa estrutura se manteve semelhante nos três grupos realizados.

Na ocasião em que foram realizados os grupos não havia uma preocupação de registro sistemático das sessões. Para algumas sessões foram feitos registros das ocorrências, falas e aspectos considerados relevantes em anotações elaboradas durante e após a atividade. Em outras sessões foram feitos poucos ou nenhum registro. Descrevo a seguir a estrutura dos encontros grupais.

Primeira Sessão - Apresentação

A primeira sessão consistiu na apresentação pessoal dos participantes. Cada um falava o nome, idade, profissão, situação conjugal, composição familiar e outras características pessoais que desejasse manifestar. No primeiro encontro também foi discutida a importância do sigilo, e foram esclarecidas as dúvidas iniciais. Foi utilizada uma bola pequena, de *baseball*, para indicar o momento da fala. Todos poderiam solicitar a bola para falar algo e quem estivesse com a bola não seria interrompido até concluir a sua fala. Geralmente na segunda ou terceira sessão a bola deixava de ser utilizada, pois os participantes já haviam incorporado a idéia de ouvir uns aos outros sem interrupção.

No primeiro encontro também foi ressaltado com os participantes que o objetivo do grupo consistia na construção de espaço para a reflexão sobre alguns temas que seriam apresentados por mim. Além disso, outros assuntos e temas poderiam ser trazidos por eles. A necessidade de manter o sigilo e não comentar as histórias dos outros participantes em casa ou na rua foi ressaltada como uma questão fundamental para que o grupo pudesse ser realizado a partir do respeito e da confiança entre os seus membros.

Apresentei, entre as regras para o funcionamento do grupo: que o número de faltas não poderia ser superior a três; que não seriam aceitos aqueles que comparecessem embriagados ou sob o efeito de outras drogas; seriam ao todo quinze sessões. Em relação aos atrasos, ficou definido por votação que haveria uma tolerância de quinze minutos em cada sessão.

O primeiro encontro grupal foi marcado por dúvidas dos participantes a respeito do funcionamento do grupo e muitas reclamações contra o encaminhamento judicial. A

maioria queixava-se das mulheres que “fizeram isso” com eles, ou seja, que denunciaram as agressões. Houve poucas manifestações sobre as violências cometidas e uma acentuada minimização dos episódios que geraram as ocorrências policiais. A resistência inicial foi substituída gradativamente por um clima mais descontraído.

Segunda Sessão – Os papéis sociais de homens e mulheres

Na segunda sessão cada participante recebia uma caneta e uma folha na qual estava escrito em um lado a palavra Mulher e no outro, Homem. Os participantes eram estimulados a escrever sobre o significado e o que pensavam a partir dessas duas palavras. As respostas eram transcritas no quadro negro e então era iniciada a discussão a partir das concepções apresentadas pelos participantes. Os itens que mais se repetiram em relação à Mulher foram “respeitar o marido” (quatro vezes); “ajudar o marido no dia-a-dia” (três vezes); “obediente”, “carinhosa”, “sábia”, “fiel”, “compreender marido e filhos” e “boa mãe” (duas vezes). Com uma citação apareceram diversos itens, como “companheira”, “feminina”, “ser doce”, “não cobrar muito”, “serena”, “alegre”, “batalhadora”, entre outros. Em relação ao Homem, surgiram predominantemente os itens “trabalhador” (seis vezes), “bom pai” (cinco vezes), “marido (cinco vezes), “honesto” (quatro vezes), “forte” (três vezes), “firme” (duas vezes). Com uma citação apareceram, entre outros, os itens “amigo”, “filho”, “solteiro” e “colega”.

A discussão iniciou a partir do relato dos motivos da escolha dos itens pelos participantes. Eles então defenderam suas concepções sobre as funções do homem e da mulher em casa. As suas percepções ressaltaram que o homem deve ser predominante trabalhador e cuidar para que não falte nada à família. Para isso, ele deve ser honesto e

um bom pai. A mulher deve ser, sobretudo, mãe e esposa. Responsável por cuidar dos filhos e ser fiel e agradável com o marido.

Terceira Sessão – Acorda Raimundo

A terceira sessão foi iniciada com a apresentação de um vídeo distribuído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher intitulado *Acorda Raimundo (1990)*, com duração de quinze minutos. Trata-se de um curta-metragem que apresenta uma inversão dos papéis entre homens e mulheres, onde o personagem Raimundo fica em casa desempenhando funções domésticas enquanto sua esposa Marta vai trabalhar em uma oficina mecânica. A discussão em grupo começou a partir dos estereótipos sobre os papéis sociais de homens e mulheres apresentados no vídeo.

Não houve oposição em relação ao fato das mulheres trabalharem fora de casa. Alguns participantes consideraram normal as mulheres trabalharem fora desde que não descuidassem do trabalho em casa. Sobre a participação do homem nos afazeres domésticos predominou a visão de que a mulher é a figura central e o homem deve auxiliá-la sempre que possível, mas como uma figura coadjuvante.

Quarta Sessão

A quarta sessão não teve nenhum tema definido. Propus que falaríamos sobre assuntos, dúvidas e questões que surgissem espontaneamente no grupo. Um dos participantes pediu para falar e, de cabeça baixa, chorando, avisou que precisava sair mais cedo, pois estava desempregado e não tinha nada para comer em casa. O grupo discutiu então algumas possibilidades de emprego a partir da experiência profissional do

participante. Ele recebeu indicação para deixar currículo na empresa do irmão de um dos integrantes do grupo. Também foi sugerido a ele que procurasse o posto da Assistência Social mais próximo da sua casa.

Surgiram diversas dúvidas sobre aspectos jurídicos referentes aos seus processos de violência doméstica, sobre divórcios e pensões alimentícias. Em alguns casos foi recomendado que procurassem a Defensoria Pública, sobretudo para verificar o andamento de processos de separação. Um participante considerou que era prejudicado por ter de pagar pensão sendo que a mulher também trabalhava. Os temas abordados pelo grupo na sessão foram relacionados então aos direitos e deveres dos homens e mulheres nas uniões estáveis e no casamento. A percepção predominante foi a de que a justiça está sempre do lado delas e que eles não têm voz nas questões judiciais referentes à família.

Quinta Sessão – Tipos de Comunicação

A sessão número cinco baseou-se na técnica *Tipos de comunicación* do manual quatro da série *Trabajando com hombres jóvenes* (Instituto Promundo e cols, 2001). O objetivo foi estimular a discussão sobre diferentes maneiras possíveis de comunicação e desenvolver mecanismos para uma comunicação assertiva. No quadro negro eram escritas definições de três formas de se comunicar, a agressiva, a passiva e a assertiva. A comunicação agressiva foi descrita como *Uma forma de falar que pode agredir os demais, quem fala se sente o dono da razão e desvaloriza as opiniões e os sentimentos das outras pessoas*. A passiva foi definida como *Comunicação que não assume responsabilidade, evita a verdade e deixa que os demais decidam sobre nós mesmos*. E a comunicação assertiva como *Quando percebemos nossas necessidades e respondemos*

claramente e com respeito aos demais. É saber expressar de maneira respeitosa e clara o que sentimos e pensamos. Os participantes da sessão foram divididos em dois grupos e cada grupo deveria representar, segundo os três tipos de comunicação mencionados, uma das seguintes situações:

- Você parou de beber e está em um lugar em que uma pessoa lhe pressiona para tomar uma cerveja.
- Sua esposa ou namorada chega em casa, do trabalho, uma hora mais tarde do que o horário normal.

Cada grupo ficou com quatro membros e um participante de cada grupo concordou em participar das “cenas”. Na primeira situação eu fazia o papel de um homem insistente que oferece um copo de cerveja a outro que havia parado de beber bebidas alcoólicas. Utilizando um copo de água, eu afirmava que era só cerveja, não ia fazer mal, e perguntava ao outro se ele não era mais homem porque não queria mais beber. O grupo então elaborava respostas passivas, agressivas e assertivas. Nessa situação, participei comigo da encenação um senhor que estava frequentando os Alcoólicos Anônimos e havia parado de beber a alguns meses. Ele disse que esse tipo de situação fazia parte do seu dia-a-dia pela insistência dos “ex-companheiros de copo”. Em sua encenação sobre a resposta passiva, ele acabava cedendo e bebia o líquido. Na resposta agressiva ele tomava o copo da minha mão e dizia que iria me bater se eu continuasse insistindo. E no, modelo assertivo, ele fez um discurso em tom ameno, quando explicava ser dependente químico em recuperação, ter passado por vários problemas na família por ingerir muito álcool e que gostaria que eu não oferecesse mais bebidas a ele.

Sessão 06 – Que faço quando tenho raiva?

Sessão elaborada a partir da adaptação de técnica *¿Qué hago cuando tengo rabia?* apresentada no manual *De la violencia para la convivencia*, da série *Trabajando com hombres jóvenes* (Instituto Promundo & cols, 2001). O objetivo da sessão é ajudar os participantes a identificar quando estão com raiva e discutir sobre maneiras de expressar suas opiniões de forma construtiva. A técnica original ressalta que em seu processo de socialização meninos e homens geralmente não são estimulados a expressar seus sentimentos, principalmente quando estão tristes ou frustrados. Quando as frustrações e a raiva não são expressadas tendem a se intensificar e podem resultar em insultos ou agressões físicas. A técnica favorece a reflexão sobre o uso da palavra, que pode ser de maneira agressiva ou assertiva.

A técnica consiste no uso de uma folha distribuída para cada participante do grupo contendo três perguntas:

- 1) Pense em uma situação recente que você sentiu raiva. O que aconteceu? Escreva uma pequena descrição do fato em uma ou duas frases.
- 2) Descreva o que você sentia nessa situação em que você estava nervoso.
- 3) Como você reagiu, o que você fez nesta situação em que estava nervoso?

Em relação aos participantes não alfabetizados ou com muitas dificuldades na leitura e escrita, eu fazia a leitura das questões e anota suas respostas nas suas folhas. A partir das respostas foram discutidas as situações vividas pelos participantes e as decisões que foram tomadas em momentos de raiva. Foram analisadas alternativas possíveis a comportamentos agressivos, maneiras de evitar “explosões” de raiva e como sair da situação estressante a fim de parar a discussão antes que ocorram as agressões. Nenhum exemplo apresentado pelo grupo esteve relacionado a episódio vivenciado por

eles de conflito doméstico. Foram relatadas situações no trabalho, como problemas com clientes ou chefes. Também foram citados problemas com conhecidos, como uma dívida não paga, e com desconhecidos, em que o participante do grupo sentiu-se desrespeitado em um ônibus.

Em relação aos sentimentos, sentiram-se chateados, magoados, enganados, irados e nervosos. No entanto, em nenhuma das situações relatadas, a pergunta *O que você fez* teve como resposta uma atitude mais agressiva por parte dos homens, seja verbalmente ou fisicamente. Esse ponto foi utilizado para a discussão sobre a capacidade de controle da raiva que manifestaram no trabalho, com os amigos ou no ônibus e as possibilidades desse controle ser exercido também em conflitos domésticos. No grupo surgiram soluções para evitar a situação de conflito, tais como “sair para esfriar a cabeça”, “respirar fundo antes de falar”, “contar até dez”, entre outras.

Nessa reflexão em relação à raiva e agressividade, é importante que o facilitador aponte a diferença entre esses sentimentos e comportamentos violentos, pois todos nós sentimos raiva em diversos momentos. Cabe ressaltar que podemos controlar o impulso agressivo e expressar a insatisfação através de palavras, de maneira clara e respeitosa. A técnica original apresenta dois passos para expressar verbalmente o que desejamos de maneira assertiva. O primeiro passo consiste em dizer claramente à outra pessoa o que não está gostando e, o segundo passo, consiste em dizer o que você espera da outra pessoa. Por fim, os exemplos apresentados pelo grupo foram utilizados para discussão sobre as possibilidades de expressar a insatisfação em momentos de estresse segundo esse modelo. A sessão *Que faço quando sinto raiva?* foi realizada logo após a sessão *Tipos de Comunicação* pela proximidade dos temas.

Considero muito importante esta sessão, pois nos atendimentos a homens e mulheres encaminhados por processos de violência conjugal pode-se perceber que as agressões físicas são quase inexistentes no período de acompanhamento. As mulheres relatam uma substituição imediata das agressões físicas por ofensas morais, xingamentos e ameaças, principalmente porque essas não deixam marcas visíveis.

Sessão 07 - O arame da violência

Adaptação da técnica *La tendera de la violencia*, do manual número três da série *De la violencia para la convivencia* (Instituto Promundo & cols, 2001). O objetivo da técnica é identificar as formas de violências que cometemos e aquelas que são praticadas contra nós. A técnica busca destacar outras formas de violências além das agressões físicas, como as violências psicológicas, morais, sexuais e institucionais. O manual ressalta que frequentemente vemos os outros como violentos, mas raramente percebemos as agressões que cometemos. Busquei utilizar esta técnica pela frequência com que homens culpavam suas esposas pela situação atual, por estarem hoje “na Justiça” e pelas agressões que cometeram, quando as admitiam. Esta sessão foi colocada neste momento, sétimo encontro, para que o tema da violência fosse discutido de forma mais aberta, inclusive para permitir que os participantes falassem sobre as violências que cometeram. O grupo também já se encontrava em um estágio em que assuntos pessoais e familiares faziam parte das falas grupais de modo espontâneo e recorrente.

A preparação da dinâmica consistia em estender quatro cordas de barbante de um lado a outro da sala, como se fossem varais. Então cada participante recebia quatro folhas, cada uma com uma das seguintes frases: “violências praticadas contra mim”, “como me sinto quando sofro violência”, “violências que eu cometi” e “como me sinto

quando pratico violência?”. Era solicitado a todos que respondessem, com poucas palavras ou uma frase, uma resposta para cada item. Após responder as quatro questões, os participantes liam suas respostas e colocavam suas folhas de papel em cada varal corresponde. Ao término das leituras das respostas era iniciada a discussão em grupo.

A maioria das respostas referentes às “violências praticadas contra mim” foram relacionadas a agressões verbais sofridas, como insultos, palavras de baixo calão, e sentimento de incompreensão. Houve uma manifestação de violência física sofrida. Os sentimentos expressados na categoria “como me sinto quando sofro violência?” foram mágoa, tristeza, impotência, raiva, irritação, vergonha, desprezo e desvalorização.

Em relação às “violências que eu cometi”, algumas respostas trataram de fatos específicos como a briga com a esposa que gerou a ocorrência policial, uma agressão específica contra o filho. Outras respostas eram relacionadas a situações não específicas em que tendem a ser agressivos, como quando a pessoa está ocupada e alguém insiste em conversar ou quando são agredidos verbalmente e revidam ao que ouviram. Os sentimentos relatados de quando praticam violências são o remorso, vergonha, arrependimento e sentimento de derrota.

Sessão 08

Não houve um tema definido. O encontro grupal focou a avaliação do grupo sobre as sessões realizadas e a discussão de assuntos trazidos pelo grupo. Não há outros registros dessa sessão.

Sessão 09 - Adições e dependências

Esta sessão foi adaptada da técnica *Elige tu adición*, do manual quatro da série *Trabajando com hombres jóvenes* (Instituto Promundo & cols, 2001). Propõe a discussão sobre vícios e adições em geral e foi elaborada como preparatória para a sessão seguinte, específica sobre o alcoolismo. O encontro grupal foi iniciado a partir de uma breve introdução ao tema feita por mim sobre as dependências e explicado que essas podem estar relacionadas com o abuso de substâncias tóxicas, mas também com outros comportamentos como passar todo tempo livre assistindo televisão ou manter hábitos alimentares nocivos, por exemplo. Foi distribuída uma folha para cada participante com duas questões: “quais são as coisas que podem viciar a gente?” e “quais são as coisas que faço com abuso?”.

As respostas referentes à primeira pergunta foram atividades como sexo, usar drogas, beber (álcool), jogar (jogos-de-azar), comer em excesso, fumar, assistir muita novela, dormir demais, sair à noite, entre outras. As atividades relatadas pelos participantes como as que realizam com abuso são comer em excesso, principalmente doces e gorduras, jogar vídeo game e cheirar rapé. Apesar de alguns participantes terem relatado anteriormente problemas com álcool, ninguém considerou que bebia em excesso. Ressalta-se que essa é outra forma de negação comum exercida por homens autores de violência conjugal.

Sessão 10 – Alcoolismo, mitos e verdades

Adaptação da técnica *Hablando sobre el alcohol y el alcoholismo*, do manual quatro da série *Trabajando com hombres jóvenes* (Instituto Promundo & cols, 2001)).

Esta técnica foi utilizada para favorecer o debate aberto sobre alcoolismo e questionar mitos e conceitos culturalmente aceitos sobre o álcool. Foram distribuídos entre os participantes sete envelopes contendo cada um uma afirmativa sobre o álcool. Para cada afirmação havia uma resposta com base científica que era apresentada durante a discussão de cada afirmativa.

As afirmativas e suas respostas científicas foram:

- 1) O álcool não é uma droga.

Resposta: É sim, porque modifica as funções do organismo, especialmente do sistema nervoso central, do qual dependem pensamentos, emoções e comportamentos. Também é considerado droga porque pode causar dependência.

- 2) Pessoas que bebem e não ficam bêbadas, não são alcoólatras.

Resposta: A tolerância ao álcool significa que o cérebro precisará de quantidades cada vez maiores de álcool para a pessoa ficar embriagada. Significa um sinal de risco que indica que o cérebro está adaptado ao álcool.

- 3) Misturar tipos diferentes de bebidas alcoólicas embriaga.

Resposta: Estudos indicam que o que realmente embriaga é a quantidade de álcool ingerida e a velocidade que se bebe. Fatores como peso e sono também podem interferir no nível de embriaguez.

- 4) Beber cerveja não embriaga.

Resposta: Ainda que a absorção do álcool da cerveja pelo estômago seja mais lenta, se bebida em quantidades maiores provoca embriaguez.

- 5) O álcool estimula sexualmente.

Resposta: Falso, pois ainda que o álcool deixe a pessoa mais desinibida, trata-se de um depressor do sistema nervoso, o que significa que diminui as sensações corporais. Além disso, em grandes quantidades pode causar disfunção erétil

6) Os alcoólatras são os que bebem diariamente.

Resposta: A maior parte dos alcoólatras nas fases iniciais e intermediárias do processo bebe muito nos fins-de-semana e não durante os outros dias. Também conseguem manter por muito tempo, ainda que apresentem perdas progressivas de produtividade, atividades como escola e trabalho. Os danos nas relações familiares também são progressivos.

Sessão 11

Não houve tema definido. Foram discutidos, entre outros assuntos, reclamações das mulheres dos participantes que questionavam se os maridos estavam realmente vindo às reuniões ou indo a outros lugares no horário do grupo. A partir dessa dificuldade observada, ficou definido que seria providenciada aos participantes uma declaração de comparecimento às sessões a quem solicitasse. Foi observada, a partir da identificação de algumas dificuldades relacionais, a necessidade de marcar atendimentos de casais e individuais com as mulheres de alguns participantes.

Sessão 11 – Doenças sexualmente transmissíveis

Realizada palestra com profissional da área da saúde sobre doenças sexualmente transmissíveis. Ponderada a necessidade de uso de preservativo como meio de

prevenção a essas doenças a partir do relato de um participante sobre situações em que manteve relações extra-conjugais sem nenhum tipo de proteção.

Sessão 12 – O Corpo Erótico

Esta sessão foi elaborada a partir de uma adaptação da técnica *Cuerpo Erótico*, do manual número um da série *Trabajando com hombres jóvenes* (Instituto Promundo & cols, 2001). A técnica original propõe a discussão da sexualidade e do erotismo enquanto necessidades iguais para homens e mulheres. Utiliza uma dinâmica baseada em colagens, a partir de revistas, para a construção de um corpo erótico feminino e outro masculino. Decidi utilizar desenhos de corpos nus de homens e mulheres com os órgãos genitais expostos, cada um em uma folha. Era solicitado aos participantes que circulassem no desenho do homem nu as áreas do corpo que mais sentiam prazer quando tocadas pelas companheiras. Da mesma forma, deveriam circular no desenho da mulher nua as áreas no corpo das suas companheiras atuais ou ex-companheiras mais sensíveis ao toque.

As marcações nos desenhos dos corpos dos homens foram predominantemente nas orelhas e pênis, com poucas variações. Os desenhos das mulheres apresentavam marcações mais variadas, que incluíam pescoço, boca, clitóris, vagina, umbigo e seios.

A discussão foi iniciada por uma questão feita por mim. Perguntei se consideravam que homens e mulheres se excitam da mesma forma, ou se um dos dois sente mais prazer na relação sexual. Alguns consideraram que os homens têm “apetite sexual” maior que as mulheres, outros apontaram que a excitação da mulher poderia ser igual a do homem quando bem estimulada. Foi ponderado por mim que homens e mulheres têm um corpo erótico e que as partes mais sensíveis ao toque, as zonas

erógenas variam de pessoa para pessoa. A descoberta pode ser feita pelo diálogo com a companheira, perguntando sobre onde e como ela gosta de ser tocada. Mas também é necessário pensar o sexo não só pelo contato físico, pois o afeto, o carinho e o respeito fazem parte de um ato sexual saudável para homens e mulheres. Ao final da sessão foi apontada por um dos participantes a necessidade de uso de preservativo se por acaso houver relação sexual fora do casamento.

Sessão 13 – Filhos

Esta sessão foi planejada a partir de uma sugestão de um dos participantes. Ele havia se separado da esposa e assumiu a guarda dos filhos. Relatou ter muitas dificuldades em colocar limites nos filhos e disse que gostaria de discutir esse tema no grupo. Foi utilizada uma matéria da revista *Veja* de 15 de março de 2006 intitulada *Retrato da Violência*. Trata-se da divulgação de uma pesquisa conduzida pelo Laboratório de Estudos da Criança (Lacri) da Universidade de São Paulo que aponta que 60% dos brasileiros afirmam ter sido vítimas de castigos físicos na infância, de punições leves a surras que levaram a seqüelas graves. Os nove participantes da sessão foram divididos em dois grupos e cada grupo fez a leitura de uma cópia da reportagem. Ao final da leitura os integrantes debateram o assunto em cada grupo por cerca de dez minutos e então foi iniciada a discussão em grupo.

Alguns integrantes ponderaram que muitas vezes precisaram utilizar castigos físicos como dar tapas e cintadas para corrigir os filhos. O argumento predominante para o uso do castigo físico foi o de que se os filhos não forem corrigidos em casa, irão apanhar na rua para aprender o que é certo e errado. O “corretivo” foi considerado quase que por unanimidade uma forma legítima para educar os filhos. Perguntei ao grupo

sobre maneiras alternativas aos castigos físicos e surgiram experiências dos participantes em aplicar castigos como proibir assistir televisão por uma semana, impedir o filho de jogar futebol na rua, proibir a filha de sair com as amigas. Foi ponderada com o grupo a aplicação de castigos no lugar de palmadas de maneira proporcional à falha da criança. Falamos também sobre os modelos de violência que os pais oferecem aos filhos quando utilizam agressões físicas como castigo. Alguns participantes relataram experiências de violências sofridas na infância a partir de correções e castigos impostos pelos seus pais.

Sessão 14

Não houve tema definido. Entraram três novos homens no grupo. Sessão iniciada com a apresentação dos integrantes mais antigos aos novos e esclarecimento sobre o funcionamento do grupo. Não há maiores registros da sessão.

Sessão 15 – sessão de encerramento

Este encontro contou com a presença de nove homens, dos quais sete estavam em sua última sessão. A discussão começou com a avaliação dos integrantes sobre suas participações no grupo, situação atual na família, as dificuldades ainda presentes e as melhorias alcançadas. Houve relatos de melhoria na comunicação familiar, no entendimento e conscientização a respeito da violência contra a mulher. Foram ressaltadas a confiança estabelecida dentro do grupo a partir do sigilo, a liberdade de expor as idéias e falar de assuntos de interesse dos participantes. Alguns enfatizaram as novas amizades constituídas no grupo.

Entre os sete homens que concluíram a participação no grupo nessa sessão, quatro não foram mais chamados para novos atendimentos, dois foram encaminhados para sessões de casal e um permaneceu em acompanhamento individual.

Capítulo V

PESQUISA DE *FOLLOW-UP* COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

5.1 – Delineamento da pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer a percepção de homens autores de violência conjugal que passaram por uma intervenção psicológica no contexto judiciário sobre os efeitos dessa intervenção em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Outros aspectos investigados, ou seja, os objetivos específicos foram: investigar as percepções dos participantes sobre os papéis sociais de gênero; conhecer a compreensão atual dos participantes sobre o significado da violência doméstica; entender como esses homens avaliaram a experiência grupal da qual participaram no período do acompanhamento psicológico no NAFVD e detectar o que eles consideraram importante de ser abordado nesse tipo de intervenção.

A pesquisa qualitativa foi escolhida como estratégia investigativa por se adequar aos objetivos propostos e aos pressupostos teóricos deste estudo. Essa metodologia considera a ciência como produto da construção da subjetividade humana em uma forma particular e dentro de um determinado sistema teórico, ou seja, a investigação é construída dentro do fenômeno estudado através de uma epistemologia específica (Pinto, 2004). Segundo essa autora, “A epistemologia específica dessa maneira de investigar parte do princípio que a própria investigação interfere no objeto a ser investigado e, por isso mesmo, não há neutralidade possível” (p. 03).

Neves (2005) aponta que as teorias feministas tiveram papel de relevo entre as abordagens que questionaram o modelo positivista de ciência e a suposta neutralidade e

isenção dos(das) investigadores(as) em relação a todo o processo de pesquisa. Esse(a) cientista *alheado(a)* (grifo nosso) do seu objeto de conhecimento e das repercussões da sua própria subjetividade sobre os elementos observados segue um ideal de competência segundo o qual é necessário despir-se de crenças, valores e ideologias a fim de tornar-se convenientemente desatento(a) a fatores sociais, culturais, históricos e políticos presentes nas relações com os atores sociais com os quais interage.

As críticas feministas também foram dirigidas à ordem dominante universalista e androcêntrica nas ciências humanas e sociais, o que levou ao questionamento dos seus aspectos metodológicos e sócio-estrutural vigentes. Essas críticas ressaltaram a responsabilidade que os(as) investigadores(as) devem ter no exercício das suas tarefas de investigação. As práticas científicas, segundo esse entendimento, “não podem nunca derivar de um vácuo relacional entre (os)as investigadores(ras), os(as) investigados(as) e os seus ambientes, uma vez que as referências sociais de todos se cruzam inevitavelmente no curso da investigação” (Neves, 2005, p. 410).

Diniz (2003) aponta que o questionamento dos pressupostos que caracterizaram a ciência hegemônica resultaram em condições teóricas e metodológicas favoráveis à construção de outra forma de fazer ciência. A autora define como características da ordem científica emergente o investimento em uma nova posição do(a) pesquisador(a), uma maior flexibilização e diversidade dos métodos de investigação e a consciência de que o conhecimento possui um papel político e transformador.

No presente estudo procuramos compreender como homens acompanhados em uma intervenção psicológica perceberam essa experiência a partir das suas próprias concepções. Consideramos as perspectivas dos participantes como mais relevantes para o estudo do que as do próprio pesquisador. Günther (2006) afirma que “a concepção do objeto de estudo qualitativo sempre é vista na sua *historicidade*, no que diz respeito ao

processo desenvolvimental do indivíduo e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou” (pág. 03). Dessa forma, os *acontecimentos e conhecimentos* representam elementos de interpretação dos dados, uma vez que o que ocorre no processo de pesquisa não pode ser desvinculado do que acontece fora. Segundo esse entendimento, a *contextualidade* deve se sobrepôr à busca por resultados que sejam facilmente generalizáveis no processo de interpretação dos dados.

Outro fator que orientou a nossa opção pelo método qualitativo foi a necessidade de reproduzir, no contexto da pesquisa, um ambiente de convivência grupal semelhante àquele construído no período da intervenção psicológica realizada com os homens atendidos. Brito (2002) ressalta a semelhança entre essas duas situações distintas ao afirmar que a atividade clínica também pode ser descrita como uma atividade contínua de pesquisa na “medida em que o(a) psicoterapeuta considera o sofrimento, distúrbio, transtorno ou dificuldade de seu paciente em uma investigação permanente desses aspectos subjetivos” (Brito, 2002, p. 69). Segundo a autora, a pesquisa realizada nas avaliações e/ou intervenções psicoterápicas segue eminentemente uma metodologia qualitativa e, por conseqüência, psicoterapeutas estão engajados cotidianamente em pesquisa, ainda que não seja um tipo de pesquisa necessariamente valorizado sob o ponto de vista acadêmico (Brito, 2002).

5.2 - Descrição do método empregado

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada em dois encontros grupais de *follow-up* com sete participantes divididos em um grupo de quatro e outro grupo de três homens. Identificamos a necessidade de promover nos encontros dois momentos distintos. O primeiro momento do grupo foi organizado com o objetivo principal de

favorecer o relato e a avaliação individual aprofundada. Foram utilizadas, nesse momento, perguntas estratégicas sobre reincidências de violências, as mudanças percebidas ou não por eles na forma de resolver conflitos domésticos após a participação no acompanhamento psicológico anterior e ainda as suas percepções atuais sobre os significados da violência doméstica.

Para o segundo momento do encontro grupal *follow-up* utilizamos uma estratégia de grupo focal com o objetivo de favorecer a discussão sobre a experiência da participação na intervenção grupal realizada no NAFVD. Após o momento das avaliações individuais julgamos que a estratégia de grupo focal poderia favorecer um contexto propício para trocas e reflexões compartilhadas a partir de conteúdos referentes aos temas propostos (Kind, 2004). A característica básica do grupo focal é a utilização explícita da interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam menos acessíveis fora do grupo. Gui (2003) aponta que no grupo focal não se busca consenso e sim a pluralidade de idéias, e ressalta:

O principal interesse é que seja recriado, desse modo, um contexto ou ambiente social onde o indivíduo pode interagir com os demais, defendendo, revendo, ratificando suas próprias opiniões ou influenciando as opiniões dos demais. Essa abordagem possibilita também ao pesquisador aprofundar sua compreensão das respostas obtidas (p.4)

Em suma, procuramos desenvolver um contexto de pesquisa onde fosse possível aprofundar a investigação sobre as percepções individuais dos participantes em relação à situação familiar atual, incluindo possíveis reincidências de violências, as mudanças na forma de resolver os conflitos familiares e a percepção dos significados da violência doméstica. Para isso julgamos conveniente que cada participante respondesse individualmente às questões inicialmente propostas no contexto grupal como forma de

estimular a reflexão sobre seu próprio processo, afinal cada um deles vivenciou uma experiência única e pessoal em função da sua trajetória de violência conjugal. Esse momento de avaliação individual foi pensado também como aquecimento para a discussão compartilhada. Também buscamos compreender as percepções dos participantes sobre a experiência da participação em um grupo de atendimento a homens autores de violência e o que eles consideraram importante de ser abordado nesse tipo de intervenção. Consideramos, portanto, que o modelo de grupo focal associado às reflexões dos participantes sobre suas experiências individuais atendia de maneira adequada à exploração dos objetivos desta pesquisa.

5.3 - Questões éticas

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, conforme observa a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos. No Projeto aprovado por esse Comitê consta o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I) utilizado na pesquisa e assinado previamente pelos participantes. O documento onde consta a aprovação do Comitê de Ética corresponde ao Anexo II.

5.4 - Participantes

Os participantes desta pesquisa foram sete homens que concluíram quinze sessões de intervenção em grupo voltada para autores de violência conjugal após serem encaminhados para acompanhamento psicológico no NFAVD. Os encaminhamentos

foram realizados por dois Juizados Especiais Criminais do Fórum de Samambaia a partir de processos instaurados por ocorrências de violências conjugais que incluíram lesão corporal (artigo 129 do CPB); ameaça (artigo 127 do CPB); injúria (artigo 140 do CPB) e maus-tratos (artigo 136 do CPB). Todos os participantes foram encaminhados como autores das violências mencionadas.

Os sete participantes foram contatados a partir de uma lista inicial de vinte e seis homens que haviam participado de intervenções nos grupos realizados no NAFVD no período entre 31 de outubro de 2005 e 08 de janeiro de 2007. O contato com os homens foi uma etapa difícil desta pesquisa, uma vez que vários números de telefones não estavam mais ativados, sobretudo números de telefones celulares. Entre aqueles que completaram suas participações nos grupos conseguimos com dificuldades contatar nove, dos quais dois não compareceram aos encontros grupais.

5.5 - Procedimentos das coletas de dados

Inicialmente, foram planejados dois encontros grupais em condições semelhantes às sessões em grupo realizadas durante o acompanhamento psicológico no NAFVD. O local onde foram realizados os dois encontros grupais foi o Colégio Marista da cidade de Samambaia, na mesma sala onde também foram realizadas as sessões em grupo durante o acompanhamento psicológico. As sessões em grupo aconteciam às segundas-feiras, no horário entre 19h e 20h30min. Os encontros grupais da pesquisa de *follow-up* foram agendados em dois sábados às 9h, pois o Colégio Marista não funciona mais no período noturno. Devido às suas escalas de trabalho e outras impossibilidades de comparecimento de todos em uma mesma data, os participantes foram divididos em dois grupos, um com quatro e outro com três homens.

No primeiro encontro houve um imprevisto, pois o horário reservado para a realização da sessão tinha duração de duas horas, no período entre 10h e 12h. Devido a uma falha de comunicação da direção do colégio a sessão grupal foi interrompida às 11h por funcionários que relataram a necessidade de fechar o colégio. Diante do mal entendido, não foi possível realizar a discussão em grupo focal com os quatro participantes presentes na ocasião. Foi necessário o agendamento de um novo encontro para a conclusão da discussão, sendo que um dos participantes infelizmente não pôde comparecer. O primeiro encontro grupal de *follow-up* teve duração de 55 minutos e a sessão complementar para a discussão conjunta através da estratégia de grupo focal, 45 minutos, totalizando 1h40m de duração. O segundo encontro grupal de *follow-up* teve 1h45m de duração.

Os contatos com os participantes e as sessões em grupo no *follow-up* foram conduzidos pelo terapeuta-pesquisador que também foi o terapeuta das sessões em grupo durante o acompanhamento com os homens encaminhados ao NFAVD. Para o registro das falas foram utilizados dois gravadores *MP3 Player* da marca Sony que permitiram uma boa qualidade de gravação. Houve interferência no áudio em alguns momentos devido ao trabalho de funcionários que faziam reformas e a lavagem da escola, mas essa interferência não prejudicou a compreensão das falas.

Participaram como colaboradores no processo de coleta dos dados um doutorando, no primeiro encontro grupal, e um mestrando, no segundo. Ambos trabalham atualmente com questões relacionadas à violência conjugal sob a supervisão da mesma orientadora desta pesquisa. As participações do mestrando e do doutorando consistiram em observar e fazer questões de esclarecimento ou de exploração das respostas dos sujeitos, quando julgassem necessário. Os colaboradores foram apresentados aos participantes como psicólogos que também estudavam temas

relacionados à violência conjugal e que tinham o compromisso de manter o sigilo sobre o que fosse falado no grupo. Os participantes se mostraram à vontade com a presença e com as intervenções dos colaboradores.

A leitura e a posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes foi realizada antes de dar início à dinâmica grupal. Cada encontro grupal de *follow-up* foi dividido em dois momentos. O primeiro momento consistiu em uma avaliação individual de cada participante sobre a situação familiar atual, a presença ou não de reincidências de violências domésticas, as mudanças percebidas por eles nas estratégias de resolução dos conflitos domésticos em função da participação na intervenção grupal no NAFVD e suas percepções atuais sobre os significados da violência doméstica. Tomando por base os objetivos desta pesquisa foram formuladas três questões estratégicas que eram acrescidas de questões complementares quando era identificada a necessidade de esclarecer ou explorar as respostas dos participantes. As questões do roteiro inicial das avaliações individuais foram as seguintes:

- 1) Como estão as coisas em casa? Houve situação de violência depois do seu acompanhamento aqui?
- 2) O que você não fazia antes na forma de resolver os problemas em casa e que você passou a fazer depois de frequentar o acompanhamento?
- 3) Para você o que é violência doméstica?

Este momento de avaliação e reflexão individual feita em grupo favoreceu o aprofundamento dos relatos e mobilizou a reflexão compartilhada que planejamos para a segunda parte do encontro grupal de *follow-up*. Nessa etapa inicial, cada participante

pôde ter contato com as histórias dos seus companheiros novamente e acompanhar os acontecimentos que se sucederam após o término da intervenção grupal que vivenciaram juntos.

No segundo momento do encontro grupal de *follow-up* utilizamos a estratégia de grupo focal, ou seja, os participantes foram convidados a falar sobre suas percepções em relação à experiência da participação na intervenção grupal com homens autores de violência no NAFVD. Como roteiro para a reflexão compartilhada segundo a estratégia de grupo focal foram utilizadas as seguintes questões, também elaboradas de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa:

- 1) Como vocês avaliam a experiência de ter participado da intervenção grupal para a qual vocês foram encaminhados?
- 2) O que vocês acham que deve ser conversado em um grupo como esse, com homens que forem encaminhados pela justiça devido a uma ocorrência de violência conjugal? Quais são os assuntos que devem ser abordados?
- 3) O que vocês criticam e o que vocês sugerem para um grupo como esse?

5.6 - A análise dos dados

As falas dos participantes foram transcritas na íntegra, preservando os erros gramaticais. Buscamos trazer para as transcrições as ênfases dadas a palavras ou expressões por parte dos participantes, além de estados emocionais como choro, pausas nas falas, irritações, entre outras manifestações.

Como método de avaliação dos dados coletados tomamos por base a estratégia da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977; 1979). Segundo essa autora, a

análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que têm como ponto em comum a hermenêutica baseada na dedução, ou seja, as inferências produzidas pelo investigador sobre qualquer um dos elementos presentes no processo de comunicação. A descrição do conteúdo das mensagens fornece ao analista indicadores quantitativos ou qualitativos “que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977). A produção de inferências confere ao procedimento de pesquisa uma relevância teórica ao implicar uma comparação dos dados coletados com os referenciais teóricos dos pesquisadores, ao invés de desenvolver informações meramente através de descrições (Bardin, 1977; Franco, 2003).

Entre as técnicas de análise de conteúdo optamos pela análise categorial que objetiva “o desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (Bardin, 1977, p. 153). A investigação de temas, ou análise temática, foi escolhida entre as diferentes possibilidades de categorização. Minayo (1994) ressalta que fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* (temas) na comunicação cuja *freqüência* ou *presença* tenham significado em relação aos objetivos da análise. A análise temática pode ser realizada pela contagem da *freqüência* em que os temas aparecem no material pesquisado ou a partir de uma análise qualitativa que relaciona a *presença* dos temas com os valores de referência do estudo.

O trabalho de análise das transcrições obedeceu aos passos propostos por Bardin (1997) e Minayo (1994). Inicialmente foi feita a leitura “flutuante” de todo o material coletado com o objetivo de conhecer o texto, “deixando-se impregnar pelo seu conteúdo” (Minayo, 1994, p. 209). A seguir foi realizada uma nova leitura onde foram sublinhadas as partes que sobressaíram do texto levando em consideração os objetivos iniciais da pesquisa e o referencial teórico do pesquisador. Foram levados também em

consideração outros aspectos relevantes das experiências dos sujeitos como suas avaliações sobre a dinâmica relacional familiar conflituosa anterior e a situação atual. Nessa fase foram sublinhadas frases inteiras e trechos com mais de uma frase.

Em seguida foi realizada a constituição do *corpus*, ou seja, o desmembramento do material selecionado em unidades temáticas observando as seguintes normas de validade: *exaustividade* (contemplação de todos os aspectos observados nos objetivos); *representatividade* (o universo de investigação pretendido deve estar representado); *homogeneidade* (critérios coerentes de escolha dos temas e das técnicas) e a *pertinência* (os temas devem ser adequados aos objetivos do trabalho) (Minayo, 1994). Os desmembramentos temáticos permitiram a classificação e significação do texto em *categorias* cujos critérios de escolha e delimitação foram orientados pela *dimensão* da análise, sendo ela própria determinada pelo objetivo pretendido na pesquisa, conforme propõe Bardin (1977, p. 81).

Pinto (2004) ressalta que no processo de pesquisa, o pesquisador deve delinear um problema que, em geral, é bem complexo, e na própria investigação é que irá delineando os limites e especificando os indicadores que legitimam as categorias propostas. Assim, os indicadores derivam das técnicas empregadas e são construídos no caso individual. Seguindo esse entendimento, os objetivos desta pesquisa orientaram a construção de duas categorias de análise obtidas no momento da reflexão individual, duas categorias obtidas a partir dos relatos no momento em que foi utilizada e estratégia de grupo focal e uma categoria a partir dos relatos espontâneos dos participantes nos dois momentos dos grupos de *follow-up*.

5.6.1. Categorias de análise obtidas nas avaliações individuais

As questões comuns apresentadas a todos os participantes no momento de avaliação individual nos grupos de *follow up* originaram a Categoria 1 e a Categoria 2, apresentadas a seguir:

Categoria 1 - Percepções de mudanças e a situação familiar atual

Definição

Os efeitos da intervenção psicológica percebidos pelos participantes em suas vidas no nível pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Como avaliam a situação familiar atual em relação à violência conjugal.

Temas

Melhorias percebidas nos relacionamentos interpessoais; Dificuldades atuais na convivência familiar; Estratégias utilizadas para evitar conflitos.

Categoria 2 - Compreensão dos significados da violência doméstica

Definição

A percepção dos participantes sobre a experiência da violência conjugal em suas famílias antes do acompanhamento psicológico e como percebem e significam a violência doméstica e familiar atualmente.

Temas

Percepção do contexto anterior de violência na família; Significação atual da violência doméstica.

5.6.2 - Categorias de análise obtidas com a estratégia de grupo focal

No segundo momento dos encontros grupais de *follow-up*, realizado com a estratégia de grupo focal, as questões utilizadas como roteiro para a reflexão compartilhada originaram a Categorias 3 e a Categoria 4:

Categoria 3 - Avaliações sobre a experiência grupal no NAFVD

Definição

A avaliação dos participantes sobre a experiência de participar de um grupo com outros homens autores de violências conjugais

Temas

A convivência grupal; Lei Maria da Penha e aspectos penais.

Categoria 4 - Sugestões para o funcionamento de grupos com homens autores de violência conjugal

Definição

A percepção dos participantes sobre aspectos que devem ser considerados em grupos com homens autores de violências conjugais.

Temas

Proximidade do local de moradia; Promoção da melhoria na convivência familiar; e resolução de conflitos familiares.

5.6.3. Percepções dos participantes sobre os papéis de gênero

A Categoria 5 foi construída a partir dos relatos espontâneos dos participantes sobre os papéis sociais de gênero para homens, mulheres e sobre o relacionamento

conjugal feitos nas avaliações individuais e também no momento da reflexão compartilhada:

Categoria 5 - Percepções dos participantes sobre papéis de gênero

Definição

Concepções de gênero dos participantes sobre os papéis sociais de homens, mulheres e sobre o relacionamento conjugal e familiar.

Temas

Percepções sobre a mulher; Percepções sobre o homem; Percepções sobre o relacionamento conjugal

Capítulo VI

HISTÓRIAS, VOZES E REFLEXÕES DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONJUGAIS

Estudos que se propõem a avaliar intervenções com homens autores de violência conjugal são muito recentes e resultam da ampliação dos estudos de gênero que nas últimas décadas passaram a incluir homens e as masculinidades como objeto de investigação. As pesquisas sobre o tema assumem uma importância crucial na atualidade devido à falta de dados sobre as metodologias e os resultados obtidos com este tipo de intervenção. O presente estudo teve por objetivo compreender como homens que passaram por uma intervenção psicológica a partir de encaminhamentos judiciais perceberam a experiência que vivenciaram em grupo, o que eles consideram importante ser abordado neste tipo de intervenção e os efeitos dessa intervenção em suas vidas. Também buscamos entender como eles concebem a violência contra a mulher atualmente e as suas concepções sobre os papéis sociais de gênero para homens e mulheres.

Os resultados desta pesquisa foram divididos em duas partes. A primeira corresponde à análise do material obtido a partir das reflexões individuais de cada participante realizadas no primeiro momento dos grupos de *follow-up*. As reflexões individuais serão precedidas por perfil sucinto de cada um dos participantes, acrescido de informações que consideramos relevantes sobre o contexto familiar desses homens, as violências conjugais cometidas e a participação na intervenção realizada no NFAVD. Os dados que permitiram a construção desse perfil foram retirados dos prontuários. Os nomes dos participantes foram substituídos por nomes de jogadores de

futebol do Clube Atlético Mineiro em homenagem ao time da preferência do pesquisador. As informações que poderiam favorecer a identificação dos sujeitos foram omitidas

Na segunda parte, serão analisadas as verbalizações obtidas nos grupos de *follow-up* no momento em que foi utilizada a estratégia de grupo focal, ou seja, quando as perguntas foram direcionadas a todos os participantes presentes em cada sessão. As reflexões obtidas no momento focal do primeiro encontro grupal de *follow-up* foram analisadas em conjunto com os dados do momento focal desenvolvido no segundo encontro.

6.1. Análise das reflexões individuais dos participantes

A seguir, serão apresentados os relatos de cada participante obtidos no primeiro momento dos grupos de *follow-up*, ou seja, o processo de reflexão e avaliação individual, considerando as suas percepções de mudanças, a situação familiar atual e a compreensão dos significados da violência doméstica. Os temas que compõem as categorias foram definidos a partir dos participantes.

Análise das reflexões individuais será apresentada a partir dos seguintes tópicos:

- 1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico
- 2) Participação na intervenção grupal no NAFVD
- 3) Análise das reflexões individuais dos participantes

Dário

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

Dário tem cinquenta anos de idade, trabalha como motorista e vive com sua segunda mulher em um relacionamento de sete anos. Relata que seu pai, um agente de polícia, era um homem muito “fechado” que corrigia os filhos batendo com cinto e palmadas. Sua primeira companheira faleceu devido a uma doença. Dário relata que não teve nenhum episódio de agressão física com sua primeira companheira, apenas discussões.

No início do seu relacionamento atual, conviveram na mesma residência o casal, os filhos do primeiro casamento dele e os filhos do primeiro casamento dela. Houve desavenças entre Dário e os filhos dela que deixaram de viver com o casal e foram morar em uma casa alugada.

O episódio que gerou a ocorrência policial foi relatado na delegacia da seguinte maneira: Dário chegou em sua casa embriagado e após uma discussão aplicou um tapa no rosto da sua companheira. Os filhos dela interviram na situação e foram ameaçados por Dário que pegou uma faca. A esposa de Dário e os filhos dela saíram de casa. Ela foi à delegacia de polícia onde foi registrada uma ocorrência de ameaça e de vias de fato.

A atual companheira de Dário também foi encaminhada ao NAFVD onde eles foram atendidos em sessões de casal. Paralelamente ele foi encaminhado ao grupo de autores e ela ao grupo de vítimas de violência conjugal. Ele concluiu sua participação nos grupos; ela compareceu a três sessões e depois abandonou o acompanhamento.

2) Participação na intervenção grupal no NAFAVD

Dário manteve uma atuação participativa nas sessões em grupo durante seu acompanhamento no NAFAVD. Nas discussões grupais procurou identificar e resolver suas dificuldades pessoais no relacionamento com sua atual companheira. Ao final da sua participação na intervenção fez uma comparação entre sua postura na maneira de resolver os problemas domésticos e a forma que o seu pai resolvia questões relacionais com os filhos e a esposa. Julgou que estava repetindo o comportamento autoritário do pai quando fazia questão de sempre ser “*o que deixava a última palavra nas discussões*”.

Dário afirmou que não tem problemas com bebidas alcoólicas, mesmo quando foi ponderado no grupo que ele cometeu a violência que gerou seu encaminhamento quando estava embriagado. Ele argumentou que já teve brigas mesmo sem ingerir álcool e que só faz uso em fins-de-semana. Sua esposa relatou em atendimento que não acreditava que ele a agrediu por ter bebido e sim porque era muito autoritário. Ela confirmou que ele não se embriagava com frequência.

No relatório psicológico encaminhado pelo NAFAVD ao Juizado sobre seu acompanhamento fica evidenciado que Dário pôde se beneficiar das sessões em grupo por procurar identificar suas dificuldades em lidar com os problemas familiares e buscar formas de evitar os confrontos verbais com sua companheira.

Gilberto

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

Gilberto, 58 anos, pedreiro, vive com sua segunda esposa, com quem tem três filhos. Ele é viúvo e sua atual esposa era a babá dos seus três filhos do casamento anterior que hoje não vivem mais com ele. Decidiram se casar. Gilberto é vinte e cinco anos mais velho que sua companheira. Teve problemas com o álcool e parou de beber após se envolver em um grave acidente de carro, ocasião em que estava embriagado e foi o responsável pelo acidente. Em relação à violência conjugal consta que Gilberto realizava ameaças de morte à esposa e quebradeira de objetos em casa. A vítima relatou na ocorrência policial que as violências aconteciam sempre que o autor fazia uso de bebida alcoólica e que, quando estava sóbrio, não cometia esses atos.

Somente Gilberto foi encaminhado ao NFAVD pelo processo de violência conjugal. Após um atendimento individual ele foi encaminhado ao grupo. Ele também foi encaminhado em audiência do Juizado Especial Criminal de Samambaia a frequentar os Alcoólicos Anônimos por um período de seis meses.

2) Participação na intervenção grupal no NFAVD

Gilberto participou pouco das discussões em grupo, falava geralmente apenas quando era solicitada a sua participação. Em relação aos seus problemas familiares enfatizou que tinha muitas dificuldades em conversar com a esposa que considera muito geniosa e agressiva. Relatou que não houve reincidências de agressões durante o período em que participou das sessões em grupo no NFAVD. O seu acompanhamento foi finalizado com o término da sua participação no grupo. Apesar de falar pouco, ele

manteve um comportamento colaborativo nas sessões. Na ocasião não foi possível identificar se Gilberto pôde se beneficiar das sessões em grupo ou se houve melhoria na convivência com sua esposa, uma vez que ela não foi encaminhada ao NAFAVD.

Éder

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

Casado, 49 anos, convive com sua esposa e dois filhos. Trabalha como vendedor ambulante. Já teve problemas com álcool, mas não bebe há cerca de vinte anos. Sua companheira também foi encaminhada ao NAFAVD e ambos participaram de atendimentos de casal e grupos. Éder e sua esposa compareceram regularmente às sessões agendadas no NAFAVD.

Na ocorrência policial a vítima alega que sempre foi agredida fisicamente pelo companheiro, mas nunca havia registrado denúncia em seu desfavor. Em relação à agressão que gerou a ocorrência, afirma que recebeu dois socos no mesmo braço e uma tentativa de estrangulamento. Em seu depoimento Éder relata que apenas segurou o braço da vítima quando ela tentou agredi-lo.

O casal apresentou dificuldades relacionais com predomínio de agressões verbais mútuas e eventuais agressões físicas por parte de Éder contra a sua companheira. As discussões ocorriam em situações em que ela sentia ciúmes do companheiro e o ofendia verbalmente. Ele, por sua vez, respondia com agressões verbais e físicas. Em uma dessas agressões a esposa de Éder compareceu à delegacia e registrou ocorrência que foi tipificada como lesão corporal dolosa. Durante o acompanhamento Éder voltou a agredir a esposa verbalmente. Ela registrou nova ocorrência na delegacia, tipificada como ameaça. Foram realizadas três sessões de casal

onde foi constatada a dificuldade do casal em resolver os problemas conjugais, sempre recorrendo a ofensas verbais mútuas.

2) Participação na intervenção grupal no NAFAVD

Durante o acompanhamento, Éder ressaltou que discutia muito com a esposa devido aos ciúmes dela, que considerava exagerados. Quando ela exigia explicações e o acusava de ter relacionamentos extraconjugais ele se alterava muito e respondia com agressões verbais às acusações. Em uma dessas discussões ele a ameaçou de morte e ela registrou ocorrência policial. Éder participou das discussões em grupo apresentando suas opiniões referentes aos temas trabalhados e também relatando seus problemas e dificuldades no relacionamento com a esposa. Ao final do seu acompanhamento não foram identificadas novas agressões físicas, mas permaneciam as ofensas verbais e ameaças. Éder ainda participou de duas sessões de casal após a conclusão das suas sessões em grupo no NAFAVD.

João

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

João é pedreiro, tem 57 anos de idade. Foi casado por 32 anos e separou-se judicialmente no período do acompanhamento no NAFAVD. Os atendimentos foram inicialmente com o casal e, após o interesse da vítima pela separação, passaram a ser individuais com ele e com a vítima. Como programa de intervenção foi definido que João participaria do grupo de autores de violência conjugal e ela seria acompanhada em sessões individuais semanais a partir da identificação de um quadro depressivo.

João apresentou um histórico de alcoolismo que o fez perder vários empregos e que agravava seu comportamento agressivo em relação à vítima. Ele também foi encaminhado para um grupo de Alcoólicos Anônimos, além do encaminhamento ao NAFAVD.

Os atendimentos à vítima permitiram constatar que João, quando não ingeria álcool, não a agredia fisicamente. Nesse contexto as agressões eram verbais. Antes do fim do acompanhamento o casal voltou a viver na mesma casa, mas dormiam em quartos separados. A decisão foi consensual e tomada em função de dificuldades financeiras do autor em pagar aluguel e da opção da vítima por não morar sozinha no lote.

2) Participação na intervenção grupal no NAFAVD

João participou espontaneamente das discussões em grupo e emitia suas opiniões sobre os temas propostos nas sessões. Na sessão que teve como tema o alcoolismo ele participou ativamente e fez considerações sobre as dificuldades em parar de beber. Relatou sua experiência de décadas de alcoolismo e as conseqüências em sua família. Fez questão de reiterar diversas vezes que sem beber é um homem incapaz de agredir alguém, mas quando bebe fica agressivo. Durante o acompanhamento no NAFAVD, João observou que quando estava embriagado ficava agressivo somente com seus familiares e não com outras pessoas, como por exemplo, outros homens nos bares.

Ele não apresentou recaída em relação ao álcool durante o período do acompanhamento psicológico no NAFAVD. Também não foram identificadas novas violências nesse período. Ao final da intervenção com o casal a convivência entre João e a vítima estava tranqüila, com poucas discussões e sem agressões verbais. Ela foi

encaminhada para acompanhamento psicoterapêutico a ser realizado pelo Serviço de Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

Gérson

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

Gérson, 42 anos, trabalha como porteiro. Após o registro da ocorrência de agressão física por parte da sua esposa, o casal se separou. Também consta como vítima no processo um dos filhos adolescentes do casal. Após a separação passou a viver com uma irmã e a cada duas semanas visitava os filhos que continuaram a viver com a ex-mulher.

Os atendimentos à família nos permitiram constatar que Gérson não apresentou comportamentos agressivos antes da ocorrência de violência que gerou o processo. Estava em processo de separação e agrediu a esposa a quem acusa de ter tido um relacionamento extraconjugal. O filho adolescente teria entrado na briga e foi também agredido.

Após a sessão de atendimento psicológico individual no NFAVD Gérson foi encaminhado ao grupo de autores de violência conjugal. A sua ex-companheira foi atendida em sessões individuais e familiares que incluíram os filhos do casal. Ele continuou frequentando a casa onde mora a ex-mulher e os filhos, mas não foram identificadas novas incidências de violências durante o período do acompanhamento. O autor também foi encaminhado pelo Juizado Especial Criminal para acompanhamento em grupo de Alcoólicos Anônimos pelo período de seis meses.

2) Participação na intervenção grupal no NAFAVD

Gérson compareceu às sessões em grupo regularmente e manteve participação ativa nas discussões. Seu discurso ressaltava com frequência o seu papel de homem trabalhador e o não reconhecimento do seu valor pela ex-mulher que o traiu. Demonstrou muito interesse na sessão em que foram discutidas maneiras alternativas à violência para a resolução dos problemas familiares.

Ele foi capaz de identificar algumas dificuldades pessoais como a incapacidade de resolver os problemas de forma não violenta na ocasião em que agrediu sua esposa e filho. Devido ao encaminhamento judicial Gérson continuou freqüentando os Alcoólicos Anônimos apesar de não se considerar alcoólatra.

Sérgio

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

Sérgio trabalha como vendedor em uma loja. Não consome bebidas alcoólicas. Tem 42 anos e na ocasião em que foi encaminhado ao NAFAVD já estava separado da sua companheira. No processo judicial consta uma autoria de maus-tratos de Sérgio contra a filha do casal. Os atendimentos à mãe da criança permitiram identificar que ela também era uma vítima recorrente de violências psicológicas e físicas. Após a separação Sérgio encontrava-se eventualmente com a filha. Não foram identificadas novas violências durante o acompanhamento.

2) Participação na intervenção grupal no NAFVD

Sérgio foi encaminhado ao grupo após um atendimento individual. Desde a sua primeira sessão enfatizou que seu objetivo no grupo seria descobrir por que as mulheres são tão dissimuladas e por que a sua ex-companheira havia inventado a história da agressão à filha, que gerou o processo. Durante todo o grupo foi incapaz de identificar dificuldades pessoais ou dimensões da sua participação na dinâmica conjugal violenta. Os atendimentos com a ex-mulher e a filha do casal reforçaram o entendimento que Sérgio foi muito violento quando as agrediu fisicamente, mas cometia, sobretudo, violências psicológicas. Utilizava um discurso religioso e moralista para manter o controle dos comportamentos da mulher e filha a partir da posição influente que ocupava na igreja em que freqüentavam. Seu discurso no grupo foi eminentemente machista com base em argumentos religiosos e ao final das quinze sessões que participou a impressão era a de que o grupo não alterou em nada a sua concepção sobre o lugar da mulher e do homem na família e na sociedade.

Sérgio também não reconheceu a si mesmo como violento ou agressivo em nenhum momento tendo sempre se colocado como vítima de uma armação da ex-mulher. Após sua participação no grupo Sérgio foi atendido em três sessões individuais e depois ele não compareceu mais aos atendimentos.

Reinaldo

1) Dados do participante obtidos em seu prontuário clínico

Autônomo, Reinaldo relata que “faz bicos” como vendedor e na construção civil. Tem 25 anos de idade e na ocasião em que cometeu a agressão que resultou no processo

referente à violência conjugal ele havia se separado da vítima há um ano após viver três anos e meio com a mesma. Consta no Termo Circunstanciado que Reinaldo agrediu sua ex-mulher com um cabo de fio elétrico e que ele estava alcoolizado na ocasião. Ele relata que faz uso eventual de álcool mas não se considera alcoólatra. A vítima não foi encaminhada ao NAFAVD. Reinaldo afirma que durante o seu relacionamento com a vítima não houve agressões físicas, só discussões e ofensas verbais mútuas.

2) Participação na intervenção grupal no NAFAVD

Reinaldo teve participação discreta no grupo, onde falava pouco. Relatou suas dificuldades em lidar com a ex-mulher e em resolver os problemas através do diálogo. As discussões freqüentemente eram seguidas por ofensas verbais mútuas. Reinaldo pôde se beneficiar das discussões em grupo ao expor e procurar soluções para as suas dificuldades relacionais. Não foram identificadas novas violências durante o acompanhamento. Ele mantinha desde a separação uma relação cordial com a ex-namorada. Encontrava-se com a mesma nos momentos em que visitava a filha pequena e relatou que esses encontros eram tranquilos, sem maiores problemas.

3) **Análise das reflexões individuais dos participantes**

As reflexões individuais foram feitas no primeiro momento dos grupos de *follow-up*. Cada participante respondeu questões sobre a convivência familiar atual, reincidências de violências e as mudanças na forma de resolver conflitos interpessoais. Além disso, eles foram questionados sobre os significados atuais da violência conjugal e doméstica.

Os relatos dos participantes no momento das reflexões individuais permitiram a análise da percepção desses homens sobre os efeitos da intervenção em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Além disso, analisamos a partir dos relatos individuais a compreensão atual dos participantes sobre os significados da violência doméstica. As duas categorias de análise desse momento dos grupos de *follow-up* serão apresentadas a seguir:

Categoria 1 - Percepções de mudanças e a situação familiar atual

Definição

Os efeitos da intervenção psicológica percebidos pelos participantes em suas vidas no nível pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Como avaliam a situação familiar atual em relação à violência conjugal.

Temas

Melhorias percebidas nos relacionamentos interpessoais (58); Dificuldades atuais na convivência familiar (63); Estratégias utilizadas para evitar conflitos (47).

Frequência de verbalizações: 168

Melhorias percebidas nos relacionamentos interpessoais

As melhorias na convivência familiar foram relacionadas por eles a algumas mudanças identificadas no próprio comportamento após a participação na intervenção psicológica. Em alguns relatos percebe-se a identificação das suas responsabilidades nos problemas que vivenciaram e pelas violências que cometeram. Reinaldo, por exemplo, relata que pôde evitar discussões com a companheira quando deixou de sair com os amigos para ficar em casa, o que não fazia antes: *“Então o errado aí não tava sendo*

ela, o errado tava sendo eu, porque ela saiu da casa dela pra passar dois dias comigo, ao invés de eu ficar com ela e dar atenção prá ela, o que eu fiz, eu sai". Gérson também percebe que também foi responsável pelas dificuldades relacionais que enfrentou: *"eu acho que eu colaborei também pra outra ir pro outro lado também, com certeza, porque se eu debandava por um lado, como diz a palavra, eu dei exemplo"*.

De maneira geral, as melhorias na convivência familiar e social foram relacionadas pelos participantes às mudanças em seus comportamentos. Éder considera que hoje tem mais paciência com os filhos e também na rua, com outros homens, pois sempre partia para a briga. Ele afirma que *"Antes eu queria resolver tudo na hora, prá mim morrer ou não morrer, tava na mesma coisa"* e *"Depois ... ah, vou mexer com esse cara não, ele vai me matar, você entendeu? mais uma cautela"*. Para evitar brigas na rua procura pensar um pouco mais antes de falar, *"hoje já dou uma pensadinha, não posso ficar xingando os outros aí"* e *"Às vezes até na rua também neguinho me empurra eu não vou dar um tapa no cara, entendeu, não, tudo bem, vou embora, eu dou um tempo e passa a raiva, entendeu?"*.

Dário também acredita ter mais paciência em casa e no trabalho, onde afirma que *"também melhorou a paciência no relacionamento com os colegas"*. Atribui a tranquilidade atual para discutir os problemas ao fato de fazer *"de uma forma diferente"*, o que implicou na necessidade de mudança do seu comportamento, conforme expressou: *"você tem que ceder um pouco"*, quando se refere à resolução de questões familiares e no trabalho.

A postura de *"pensar melhor no que vai fazer"* indica mais prudência na resolução dos problemas familiares: *"ali, ele começa a mudar a cabeça dele, ele começa a dizer opa, cuidado com isso, e cuidado com aquilo"*. A partir de uma tranquilidade maior conseguem evitar discussões: *"sabe o que eu faço hoje? Eu*

simplesmente que quando a mulher vem com muita coisa eu saio, vamo resolver isso mais tarde?”.

Gilberto afirma que hoje se considera *“mais calmo, mais compreensivo, sabe, com a família, com a esposa, com os filhos”*. Atribui a melhora na convivência familiar ao fato de parar e pensar os erros que cometeu, *“pra evitá de confusões dentro de casa, com a esposa, né?”*. Ele narrou um episódio ocorrido há cerca de um ano que envolveu as suas filhas, ele, a esposa e os tios das filhas. Por causa de uma dívida contraída por uma das filhas com os tios *“eles chegaram já agredindo minhas filhas com palavras e no final agrediram fisicamente”*. Nesse momento, Gilberto afirma que manteve a calma: *“o que eu fiz foi aconselhar, perguntando o que que tá acontecendo, o que que tá acontecendo?”*. Ressalta que apesar das dificuldades em se manter calmo na situação, obteve êxito: *“Apesar de que a gente agüentar não é mole, chegar duas pessoas agredindo dentro da casa da gente assim, não é? Mesmo assim eu consegui ali me conter calmo e consegui acalmar também a minha família e os parentes deles lá, os tios que chegou agredino”*. Gilberto destaca esse episódio como um exemplo de como estava se portando diante das desavenças domésticas. Fez questão de ressaltar: *“Se fosse naquela época que eu não tinha instrução nenhuma sobre o grupo aqui, o que eu aprendi aqui, o trem lá tinha saído feio nesse dia”*.

Gérson avaliou que atualmente mantém uma boa convivência com a ex-mulher e filhos. Recentemente voltou a conversar com o filho adolescente, fato que o deixou mais feliz e aliviado. Gérson mantém um novo relacionamento e se considera feliz. Ele relata que no início do seu novo relacionamento propôs um acordo para resolver problemas com a atual companheira: *“Se você tiver de falar alguma coisa comigo, procura o dia e a hora e senta, se eu tiver errado eu abaixo a cabeça e agradeço a você”*. Disse que faria o mesmo, procurando *“evitar discutir de cabeça cheia”*.

Acredita que seria capaz de evitar o confronto em uma situação semelhante, mas assume que teve uma participação “*na destruição do seu casamento*”, pois naquela época bebia em excesso. Hoje prefere que as coisas não cheguem a esse ponto, em seu novo relacionamento.

As verbalizações dos participantes sobre o que fazem diferente para evitar conflitos em seus relacionamentos atuais indicam que as mudanças de comportamento estão relacionadas com as reflexões que fizeram sobre os contextos de violência que vivenciaram. O grupo enquanto um espaço reflexivo focado na discussão dos elementos e temas que contribuem para a incidência da violência conjugal favorece a construção desse tipo de análise e a promoção de novas formas de resolver dificuldades relacionais (Dohmen, 2006), o que pode ser percebido na fala de Reinaldo: “*Eu passei a olhar diferente e, não era aquilo o certo. A gente tem que parar pra pensar essas coisas ruins que a gente faz na vida da gente*”.

A comunicação mais respeitosa com a companheira foi apontada como uma melhoria observada por alguns deles. Os relatos indicam que quando eles conseguem falar suas necessidades em um tom de voz mais tranquilo, também conseguem ouvir as necessidades da parceira: “*isso eu achei bom, que a discussão hoje ela termina antes de começar, ela tá me ouvindo mais e eu escuto o que ela quer. Mas também não tem aquela gritaria toda, nem minha, nem da parte dela*”. Éder exemplifica a melhoria no diálogo com a esposa: “*É simples, eu falo pra ela o que eu quero, se ela não concorda, antes eu já nem ouvia. Agora acho que não é bem assim, você tem que ouvir um pouco mais antes de sair xingando e batendo porta*”. A melhoria adquirida no relacionamento é considerada por Gérson uma vitória: “*Eu disse graças a Deus eu venci, acabou essa confusão. Mas graças a Deus to bem, muito bem, onde eu to, estou muito bem. Eu acho*

que melhorei porque mudei e sei que ela melhorou também, isso pra gente foi muito bom, foi uma vitória”.

Os participantes perceberam melhorias em seus relacionamentos após a intervenção realizada no NAFVD. O contexto grupal forneceu condições para a análise reflexiva desses homens sobre os fatores que contribuem para a violência conjugal e a análise das suas vivências e experiências relacionadas com a violência. A partir das reflexões em grupo e da vontade de fazer *“de uma forma diferente”*, alguns comportamentos foram assimilados por eles, como ouvir mais, pensar antes de agir, controlar a impulsividade, ter mais paciência e ceder. Os efeitos dessas mudanças nas suas condutas foram percebidos como melhorias no diálogo, mais calma, compreensão, ausência de brigas, maior tranquilidade e uma melhor convivência com os amigos, filhos e com suas parceiras.

Dificuldades atuais na convivência familiar

As dificuldades atuais no relacionamento familiar foram percebidas como algumas brigas com agressões físicas e discussões. Os problemas de relacionamento ainda são atribuídos por alguns participantes às suas companheiras, causados pelo descontrole emocional delas em situações de ciúme. Alguns relatos indicam claramente a justificção e a minimização das violências cometidas. Percebe-se em outros momentos que as agressões verbais não são reconhecidas e que o álcool é utilizado como justificativa para as violências cometidas.

Dário afirma que ainda tem dificuldades na convivência familiar, pois *“sempre tem uma discussãozinha”* com a esposa. Ele alega que isso ainda acontece porque ela continua *“daquele jeito, se demorar a chegar do serviço, já to fazendo coisa errada”*.

Os ciúmes da companheira seriam os responsáveis pelo desencadeamento das discussões. Éder também atribui aos ciúmes da companheira o motivo das divergências atuais que resultaram em uma tentativa de registro de ameaça, em que ela tentou registrar a ocorrência na delegacia e foi desestimulada pelos agentes policiais. O episódio da agressão verbal foi percebido por Éder da seguinte forma: “*(teve) briga verbal, por causa da mulher que continua do mesmo jeito, inventando coisas que ela não viu e fala que vê e com ciúmes mesmo, né, aí começa a confusão*”.

Éder ainda não consegue resolver todas suas discussões com a esposa sem agressão verbal e ameaças. A sua percepção de melhora no relacionamento está relacionada ao fato de não agredir mais fisicamente a companheira e à paciência que tem tido com os ciúmes dela, “*porque ela diminuiu um pouco as acusações de traição*”.

Em várias falas presentes nos grupos de *follow-up* ainda é possível perceber essas mesmas características de negar, minimizar e justificar as violências cometidas, comportamentos que são descritos por alguns pesquisadores como característicos de autores de violências conjugais (Diniz & Pondaag, 2004; Dohmen, 2006; Corsi, 2006). A negação de Sérgio de que tenha cometido qualquer agressão e as justificativas recorrentes de Gérson e João para as agressões que cometeram também são exemplos que ilustram a presença desses comportamentos. Ravazzola ressalta que as explicações para justificar as agressões cometidas representam um sinal de alerta sobre a possibilidade de reincidências das violências, uma vez que o autor das agressões pode achar aceitável o seu uso em determinados contextos (Loketek & Ravazzola, 1997).

Os relatos nos grupos de *follow-up* indicaram as dificuldades por parte de alguns homens em identificar as violências verbais e assumir a responsabilidade pelas agressões cometidas. Tal constatação indica a importância de manter sempre a possibilidade de acompanhamento desses homens após a conclusão das suas

participações nos grupos. A avaliação periódica com o homem e também com a família pode levar à identificação de comportamentos violentos remanescentes e à possibilidade de intervenção na dinâmica familiar conflituosa.

Estratégias utilizadas para evitar conflitos

As maneiras de evitar conflitos conjugais e familiares relatadas pelos participantes incluem algumas estratégias discutidas nas sessões em grupo durante a intervenção no NFAVD, principalmente aquelas abordadas na sessão “Que faço quando tenho raiva?”. O controle da raiva e da agressividade são aspectos centrais no trabalho com homens autores de violência conjugal. A compreensão de que podem se controlar e não agredir durante a resolução de problemas familiares da mesma forma que conseguem se controlar em outros contextos é fundamental. Assim, identificar quando estão sentindo raiva e evitar que esse sentimento resulte em agressões muitas vezes significa a diferença entre resolver a situação de forma assertiva ou a reincidência das violências (Corsi, 2006; Instituto Promundo & cols, 2001; Loketek & Ravazzola, 1997).

Para evitar conflitos com a companheira, Dário relata que adotou algumas estratégias representadas por verbalizações como: “*A gente chega nervoso (do trabalho) e é melhor adiar o momento da conversa, às vezes você sai, dá duas horinhas, e resolve o problema*”; “*É muito importante a pessoa perceber o momento de não deixar a discussão generalizar*”; “*... tem coisa que você tem que largar de mão, não pode forçar*” e “*quando um não quer dois não brigam*”. Gilberto relatou que para conseguir se acalmar utiliza os seguintes procedimentos: “*Eu faço o seguinte, eu saio de perto, às vezes eu saio, vou dar umas caminhadas pra amenizar o clima nervoso assim, né,*

quando começa a briga, qualquer coisa assim". Considera que aprendeu a sair da situação procurando passar *"ao menos uma hora passeando, pego minha bicicleta e dou uma saída e quando eu volto já tá tudo melhor, né, o negocio é esse"*.

Em seu namoro atual Reinaldo tem utilizado algumas estratégias para evitar novas violências. Citou uma situação em que discutia com a companheira por ciúmes: *"no meio da discussão eu parei pra pensar, pensava nas coisas que eu ia falar antes"*. *"Eu saía, ela me puxava, falava assim: fica aqui. Não, eu falava que não, que ia sair. Quando eu voltava, ela já tava mais calma"*. Além de sair do contexto de discussão *"para não resolver de cabeça quente"*, Reinaldo relata que propôs para a namorada não discutirem nada enquanto estivessem nervosos, o que foi aceito por ela: *"aí foi por onde a gente resolveu parar por ali mesmo (a discussão) pra não acontecer o que aconteceu comigo"*.

Respirar e pensar antes de falar, sair para caminhar, andar de bicicleta, pensar melhor *"no modo de tratar com a mulher"* e adiar o momento da conversa quando está nervoso foram algumas das ações que os ajudaram a não agir impulsivamente no momento da raiva. A percepção de que uma discussão pode resultar facilmente em uma agressão faz com que tenham mais controle sobre suas emoções e, assim, reconheçam a necessidade de manter a calma: *"o momento é rápido, é tipo um pitbull, perdeu o juízo e ele ataca"*.

Pensar a violência como algo incontrolável e produto de um "momento de loucura" é algo que está profundamente arraigado no imaginário social. O grupo tem um papel crucial em ajudar os homens a perceber que eles são responsáveis pelos seus descontroles emocionais e, principalmente, que podem controlar as suas ações e a agressividade. Tal percepção é fundamental para que não minimizem a responsabilidade sobre as violências que cometeram (Corsi & Sotés, 2006). Quando percebem que

podem ter mais controle sobre a raiva, entendem que podem diminuir as possibilidades de agredir novamente e assim identificam a necessidade de *“diminuir o nervosismo o máximo possível, com a família”*, como ressaltou Gilberto ao relatar que evitou uma briga com os familiares. O entendimento de que é possível diminuir o nervosismo e manter-se calmo foi fundamental para que evitasse novas ocorrências de violências: *“a gente evita, né, às vezes a pessoa fica nervoso, a gente vai alimentando mais a confusão”*.

Os temas utilizados nos grupos durante a intervenção no NAFVD favoreceram a discussão de aspectos centrais relacionados à violência conjugal. As reflexões sobre as violências sofridas e cometidas e a percepção de que podem controlar a própria raiva e agressividade favorecem a assunção da responsabilidade pelas violências que cometeram. As estratégias para evitar a perda do controle em momentos de conflito familiar e a responsabilização pelos atos agressivos levaram à diminuição dos episódios com ocorrência de violências.

Categoria 2 - Compreensão dos significados da violência doméstica

Definição

A percepção dos participantes sobre a experiência da violência conjugal em suas famílias antes do acompanhamento psicológico e como percebem e significam a violência doméstica e familiar atualmente.

Temas

Percepção do contexto anterior de violência na família (69); Significação atual da violência doméstica (53).

Frequência de verbalizações: 122

Percepção do contexto anterior de violência na família

Nos grupos de *follow-up* alguns participantes atribuíram seus comportamentos violentos e rígidos às educações que receberam em suas famílias de origem. Dário fez reflexões sobre o contexto de violência intrafamiliar que gerou seu encaminhamento ao NFAVD. Percebeu que era autoritária a sua posição de “*chefe da família*” ao avaliar que “*ou era do meu jeito ou não era*”. Ele afirmou que buscava manter o controle dos filhos e muitas vezes não admitia o diálogo. Dário reconheceu que tinha o medo do seu lado, “*se eu falasse que pau era pedra, ali era*”. Atribuiu o seu comportamento à educação que recebeu no interior da Bahia, uma vez que acredita que o “*O que vale é a criação, né? Com meu pai era aquele jeito estúpido e você vivendo aquilo você só aprende estupidez*”.

Reinaldo identificou a presença da violência em sua infância e avaliou como essa experiência influenciava seu relacionamento conjugal: “*fui criado nesse meio de violência doméstica, que meu padrasto judiava muito da minha mãe. Acho que eu peguei um trauma daquilo e ia entrando nessa de fazer a mesma coisa*”. A partir dos encontros grupais, Reinaldo pôde refletir sobre a sua experiência como autor de violência conjugal e como integrante de uma família onde a violência era uma maneira habitual de resolução dos problemas domésticos. Após identificar o seu próprio comportamento como violento, Reinaldo buscou novas maneiras de atuar ao substituir um padrão agressivo por resoluções mais assertivas e respeitosas no seu namoro atual.

Ressalta-se que a vivência da violência na infância, seja sofrendo abusos e maus-tratos ou presenciando violências conjugais na família, é considerada um fator de risco para que meninos cometam violências em seus relacionamentos futuros. Da mesma forma, são considerados fatores de risco para meninos e meninas crescerem em famílias

onde o conceito de masculinidade é associado à dominação, honra e agressão e onde a violência é uma forma aceita de resolução de conflitos (Day et al., 2003). Reinaldo percebeu a necessidade de oferecer à filha uma educação diferente da sua como forma de evitar a repetição de violências em seus relacionamentos futuros. Ele afirma que não deseja que sua filha aprenda a ser violenta ou conviva com clima de violência dentro do lar, pois teme que se repita o mesmo com ela quando for casada: *“a gente vai ver o marido dela maltratando ela e a gente não quer isso pra filho nenhum. A gente tem filhos e ai ela ta vendo ali aquela violência dentro de casa, ai depois vai querer fazer o mesmo quando casar”*

João reconheceu o alcoolismo como um problema sério em sua vida que trouxe muito sofrimento a si e à sua família. Também admitiu as violências físicas que cometeu contra a sua companheira. Entretanto, ele não reconheceu seus comportamentos agressivos, ofensas verbais e ameaças feitas a ela nos momentos em que não está alcoolizado, o que foi atestado por ela durante o acompanhamento no NAFVD. Ao contrário, João atribuiu todo o seu comportamento agressivo ao álcool: *“Todas minhas agressão dentro de casa, não foi assim eu sóbrio, foi porque eu tava alcoolizado”*.

O uso abusivo de álcool representa um fator de risco associado à violência doméstica, uma vez que serve como um desinibidor da violência latente no indivíduo e também potencializa as agressões, que tendem a ser mais graves quando a pessoa está sob a influência do álcool (Day et al., 2003; Dohmen, 2006; Minayo & Deslandes, 1998). No entanto, João apresenta uma característica comum em autores de violência conjugal: recorrer ao álcool como desculpa para diminuir o grau da sua responsabilidade pessoal sobre as outras violências e agressões que ainda continuou exercer contra a companheira. Os abusos no consumo de álcool e outras substâncias devem ser sempre

abordados nos grupos não como a causa das violências, mas como um fator agravante quando associado a outros fatores, como os estereótipos de gênero, influências do meio e características individuais do usuário, entre outros (Minayo & Deslandes, 1998).

A participação no grupo deu aos homens a oportunidade de refletirem sobre a criação e a educação que receberam nas famílias de origem, favorecendo o entendimento por parte desses homens da construção dos seus comportamentos violentos no âmbito familiar. O fato de identificarem a origem das atitudes violentas possivelmente diminuiu a possibilidade de que voltem a cometer novas violências, pois nesse momento eles não mais as justificam ou percebem como maneiras naturais de resolver problemas. Dessa forma, ao avaliarem suas condutas como agressivas e intolerantes, alguns participantes superaram o padrão de negar, minimizar e justificar as violências cometidas e promoveram formas mais assertivas de resolver conflitos familiares.

Significação atual da violência doméstica

As percepções dos participantes sobre os tipos de violência doméstica foram ampliadas. Foram ressaltadas outras formas possíveis de violências além da violência física. As agressões também podem ser verbais, sexuais, ou *“tudo que faz com que a pessoa se sinta mal”*. Nesse contexto, *“às vezes, por um momento, um desatino, ela solta uma palavra, eu acredito que isso também é agressão”* e *“tem a agressão de palavra que às vezes dói mais que uma porrada”*

Em resposta à questão *“Para você o que significa hoje a violência doméstica?”*, Sérgio aponta que pode ser a *“falta de personalidade, falta de caráter, falta tolerância, tudo vai ser falta”*. *“Começa uma certa discussão, uma agressão sem necessidade. Uma coisa que não dá pra entender e aí diz assim, ah depois isso passa, não, por aí que*

vai juntando, vai acumulando, vai acumulando e daqui a pouco o casal esta se separando”. Ressalta que a mídia e as drogas contribuem para a ocorrência das violências nas famílias, assim como a falta de amor, tolerância e paciência com o outro: *“A agressão então não é só física, mas é tudo que faz com que a pessoa se sinta mal”*.

A violência doméstica foi percebida por alguns participantes como conseqüência de problemas na convivência familiar e, como tal, pode ser evitada desde que estejam preparados para lidar com os problemas, como ponderou Gérson. Éder ressaltou que existem vários tipos, *“como a violência de agressão, uma pessoa batendo na outra, nos filhos, na mulher, que é causada até de uma falta de paciência de uma pessoa”*. Relatou um episódio que viu na rua em que um pai deu um bofetão no rosto de uma criança porque ela estava chorando e atribuiu a agressão cometida por aquele homem à falta de informação: *“que às vezes ele não teve nenhuma noção de que não pode a pessoa fazer, resolver as coisas assim na pancadaria, entendeu?”*.

Manter o caráter informativo é um papel fundamental dos grupos com homens autores de violência conjugal. No processo da intervenção grupal deve ser considerada a possibilidade de que esses homens tenham crescido em contextos sociais nos quais a violência era uma maneira aceitável de resolver conflitos. Assim, discutir as formas possíveis de ser violento e cometer violências torna-se necessário para desnaturalizar comportamentos e atitudes agressivas percebidas como normais (Corsi & Sotés, 2006).

Gilberto considera que nas ocasiões em que foi violento e agressivo com a família foi porque antes era uma pessoa muito ignorante que *“às vezes discutia muito dentro de casa e brigava com ela e com os filhos”*. Ele também relata que não voltou a ingerir álcool, desde o seu encaminhamento para os Alcoólicos Anônimos, o que teria também favorecido o seu autocontrole diante das situações de discussões familiares.

João percebe a violência doméstica como um problema cuja solução depende do reconhecimento do erro e “*das falhas*” pela própria pessoa. Para ele, assim como o alcoólatra deve querer parar de beber, o autor de violência conjugal também deve querer mudar seu comportamento para deixar de cometer violências: “*assim como o alcoolismo, não adianta alguém querer mudar por você. Ele tem que querer fazer diferente e respeitar a família*”.

Adams (1989, pp. 64-65, citado por Dohmen, 2006) compara a negação típica dos adictos de álcool e outras drogas em reconhecer o problema e aceitar tratamento com a falta de motivação própria dos homens autores de violência conjugal em procurar auxílio terapêutico para mudar seu comportamento agressivo. Segundo esse autor, menos de 1% dos homens agressores procuram ajuda por reconhecer que tem um problema, pois a grande maioria vai à terapia a partir de encaminhamentos judiciais ou quando temem o fim do relacionamento com suas companheiras.

As intervenções grupais realizadas no NAFAVD abordaram diretamente os episódios e situações em que esses homens cometeram violências contra suas companheiras. Também ressaltaram as histórias de vida dos participantes, suas infâncias, aspectos positivos e negativos percebidos por eles em relação às suas famílias de origem. Eles puderam com isso avaliar a educação que receberam e identificar a presença da violência em suas infâncias e a repetição de comportamentos violentos praticados por eles em seus relacionamentos atuais. A percepção da construção das desigualdades entre os homens e as mulheres e da violência nas suas famílias de origem e atuais permitiu o questionamento e a desnaturalização das violências e do exercício de poder de que foram vítimas e também agentes em suas relações interpessoais.

6.2. Análise dos relatos feitos nas discussões em grupo

As categorias que serão apresentadas a seguir foram construídas a partir dos relatos feitos pelos participantes no segundo momento dos grupos de *follow-up*, ou seja, no momento em que foi utilizada a técnica de grupo focal. A partir do roteiro de perguntas, os participantes foram convidados a falar sobre a experiência de ter participado da intervenção grupal no NAFAVD. Também foram questionados sobre quais os temas e assuntos que eles acham que devem ser abordados em um grupo com homens autores de violência conjugal. Por fim, foram ouvidos a respeito das suas sugestões e críticas para este tipo de intervenção. A análise do material obtido neste momento dos grupos de *follow-up* será apresentada a seguir:

Categoria 3 - Avaliações sobre a experiência grupal no NAFAVD

Definição

A avaliação dos participantes sobre a experiência de participar de um grupo com outros homens autores de violências conjugais

Temas

A convivência grupal (76); Lei Maria da Penha e aspectos penais (47).

Total de verbalizações: 123

Esta categoria corresponde à análise dos participantes sobre a convivência grupal e os significados atribuídos à participação em uma intervenção psicológica para a qual foram encaminhados a partir de processos judiciais. Outro aspecto identificado nas falas desses homens foi a disponibilidade em falar sobre a violência contra a mulher

para outros homens, algumas vezes intervindo em situações de conflito, outras vezes orientando pessoas próximas, colegas de trabalho, amigos e familiares. Os relatos sobre aspectos penais e sobre a Lei Maria da Penha nos fizeram perceber a importância de criar um tema específico para abordar essas questões.

A convivência grupal

Os encontros grupais no NAFVD foram percebidos pelos participantes como um ambiente de aprendizado no qual *“... você pode aprender a lidar com as dificuldades de um jeito diferente, que muitas vezes eu nem sabia direito, porque você pode resolver uma coisa na briga, mas pode resolver a mesma coisa de um jeito mais certo, tranquilo”*. Fazer diferente é mencionado como uma melhoria no próprio comportamento a partir da aquisição de uma nova habilidade: *“porque se você consegue fazer algo melhor quando aprende o que é novo, claro que você vai ser um homem melhor, um marido e um pai muito melhor”*. Aprender a ter controle sobre as próprias emoções significa algo importante, como mencionado: *“Eu acho isso importante, você aprende. Porque aquilo que eu falei e vou repetir, é uma explosão, um momento, entendeu? E de repente você pára, pensa e faz diferente, faz melhor”*.

O caráter psicoeducativo desse tipo de grupo é ressaltado por alguns autores como uma possibilidade para a aprendizagem de novos papéis sociais e mudanças nas relações interpessoais. A intervenção psicoeducativa em um formato reflexivo faz com que os participantes tenham a experiência de se verem questionados sobre suas visões de mundo e possam reavaliar e re-significar os seus atos bem como ampliar e diversificar os seus papéis enquanto homens e as suas identidades de gênero (Corsi & Sótes, 2006; Méndez, 1999).

O espaço grupal enquanto um ambiente de reflexão também propicia um contexto de convivência que permite romper o isolamento social, consequência direta do isolamento emocional característico de muitos desses homens. Eles consideram difícil falar sobre os problemas pessoais com a família e os amigos: *“tem assunto que não dá pra conversar nem com os amigos, como quando eu briguei com a mulher. A primeira vez que falei foi aqui, nem com a família a gente tocou nesse assunto ainda”*. Ao propor a discussão de temas do cotidiano que não são abordados nos espaços de socialização masculina o grupo proporciona o rompimento do silêncio e da solidão que fazem parte das suas vidas privada e pública (Coelho et al.; Grossi et al., 2004): *“porque é difícil isso, você não pode falar certas coisas em qualquer lugar que já vão achar que você é fresco, fraco, boiola”*.

O sigilo, proposto desde a primeira sessão como regra fundamental do grupo, foi mencionado como uma característica importante para a criação do ambiente de confiança e respeito: *“aquilo é bom, de o que a gente falar aqui morrer aqui, pô, tem gente que eu conheço aqui que encontro na rua, em loja. No começo fiquei meio assim, depois vi que ninguém comentava nada lá fora não”*.

Apesar de não ser um grupo de psicoterapia, os grupos reflexivos com abordagem psicoeducativa possuem efeitos terapêuticos. Poder aprender e falar dos problemas foi percebido como benéfico porque proporciona uma sensação de bem-estar e o sentimento de respeito: *“eu acho que prá mim eu sinto bem, muito melhor quando eu to aqui, é a segunda vez que eu to aqui e se tiver que chamar outra vez eu venho porque aqui é um lugar que a gente desabafa, a gente conversa as situações que a gente passou”* e *“Eu to tranqüilo. Seis meses de lição, de exemplo e de moral. Pra você ser*

um cidadão de bem, você tem que ouvir e aprender. Aí com isso ai você ganha respeito. Você vive tranquilo”.

Um dado interessante observado nos grupos de *follow-up* foi que, após a participação na intervenção do NAFAVD, alguns deles passaram a fazer orientações a outros homens sobre aspectos referentes à violência contra a mulher. Eles mencionaram intervenções em brigas de outros casais e conversas com homens que cometeram ou ameaçaram cometer agressões contra suas companheiras. Outras vezes se mostraram dispostos a levar informações sobre formas de evitar desavenças conjugais: *“igual o companheiro falou, se hoje ele vê um homem agredindo, ele ir lá conversar ... explicar a situação, que nois passamo, né.”.*

A possibilidade de dar conselhos surgiu a partir da experiência de ter vivenciado a violência conjugal, o envolvimento em um processo judicial e a participação no acompanhamento psicológico realizado no NAFAVD. Esse processo fez com que alguns participantes se sentissem à vontade para aconselhar amigos e parentes. Gérson relata que interveio em uma briga entre um amigo e a esposa. Após uma discussão na rua, o seu amigo disse que mataria a companheira porque descobriu que ela o havia traído. *“Falei, fulano, pelo amor de Deus, faça isso não, que eu passei por uma situação semelhante. Senta aqui que eu vou explicar uma situação para você”.* Para convencê-lo, Gérson afirma que explicou sobre a Lei Maria da Penha: *“Não faça isso não, que hoje (duas batidas na mesa), hoje você vai mofar na cadeia, porque você não tem dinheiro pra pagar o advogado. Tomou como exemplo a própria história para convencer o amigo a “não fazer a mesma besteira”:* *“ó, fulano, você precisa passar por onde eu passei, pra tu ver como é diferente e tu vai arrumar outra mulher, 100%”.* João relatou que seu irmão o procurou após agredir a companheira e pediu para ficar em sua casa. João lhe explicou sobre o seu processo de violência conjugal que tramitava na

justiça e que havia lhe encaminhado para o acompanhamento psicológico: *“eu falei pra ele: olha, vê se não cai no mesmo erro, você tá novo, pára de arrumar encrenca em casa”*.

A intervenção em grupo realizada no NFAVD favoreceu a criação de um ambiente de confiança e de reciprocidade que contribuiu para que temas que não são discutidos no dia-a-dia desses homens fossem debatidos aos poucos com naturalidade e até entusiasmo. O contexto reflexivo onde os participantes puderam perceber-se incluídos entre pessoas que compartilhavam formas de sentir, pensar e agir permitiu que eles vislumbrassem nos outros características e comportamentos que não percebiam em si mesmos. Dessa forma eles puderam questionar suas próprias atitudes e comportamentos, antes não percebidos como violentos. As reflexões sobre as violências cometidas em um contexto de aprendizado e respeito mútuo permitiram a construção de novas alternativas para lidar com situações de conflito em casa e na rua.

Lei Maria da Penha e questões penais

Os relatos indicam que ser encaminhado para o grupo foi percebido como uma oportunidade que tiveram de ser ouvidos, o que não teria ocorrido durante o processo judicial. Consideram que não foram ouvidos em relação às agressões que sofreram e que, de maneira geral, a nova legislação é injusta e severa porque trás a penalização do homem, mas não prevê os casos em que elas são as agressoras: *“... a lei assim, ela já pega mais pesado pro lado dos homens que da mulher”*; *“eu levantei a camisa e mostrei pro promotor: e isso aqui, doutor? Isso aqui foi uma facada que ela me deu nesse dia. Aí ele disse: não tamos aqui pra tratar disso agora”*. *“A Lei tinha que vê isso. Porque nós paga, elas não. Por quê?”*.

Éder, Gérson, e Dário alegaram que foram agredidos fisicamente ou verbalmente por suas esposas antes de agredirem. Ambos consideraram que o descontrole emocional delas quando têm “crises de ciúmes” fez com que eles perdessem o controle e as agredissem. Dessa forma, a agressão que eles cometeram seria uma defesa contra a agressão sofrida.

Machado e Araújo (2004) ressaltam que nas ocorrências policiais em que homens acusam suas companheiras de agressão, eles agem como se não tivessem participação alguma no desencadeamento das brigas. Em geral eles tentam desqualificar as companheiras ao acusá-las de “louca” e “desequilibrada”. No entanto, as autoras apontam que na grande maioria dos casos a mulher usa a violência como uma forma de defesa ou para revidar outras violências sofridas. Não se trata, portanto, de violências associadas ao exercício de poder e domínio, como fazem os homens, mas de uma resposta de indignação contra as humilhações e desigualdades de que foram vítimas.

Outro ponto bastante questionado em relação à Lei Maria da Penha foi o seu uso pelas mulheres para prejudicar os homens: *“por exemplo, esse caso, onde a mulher se apóia na lei prá poder fazer as coisas erradas. A lei tá na mão dela, então agora eu posso fazer isso que ele não pode me fazer aquilo. Eu posso matar ele na unha e ele não pode me matar na unha”*. A percepção da Lei como um instrumento de chantagem por parte das mulheres foi recorrente na opinião de alguns participantes: *“agora quer dizer que se ela se arranha ali num arame e corre pra delegacia pra dizer que fui eu, eu vou preso? Aí não dá, né? Por isso a gente tem que entender bem direitinho como é que essa Lei aí funciona.”*

Ainda não tivemos acesso a dados que poderiam indicar a incidência de denúncias falsas de violências feitas por mulheres. Em minha experiência de cinco anos de atendimento a homens e mulheres encaminhados a partir de processos judiciais de

violência conjugal eu percebi algumas raras situações que me levaram a acreditar que as mulheres haviam realmente simulado agressões para culpar judicialmente os homens. Mas da mesma forma que acredito que os casos em que elas são agressoras correspondem a exceções que não ilustram a dinâmica do fenômeno da violência conjugal, também considero que as falsas acusações não representam um índice significativo que caracterize essa prática como uma situação corriqueira nas delegacias de polícia e processos judiciais. Ademais, uma possível simulação pode estar ancorada em uma história de ocorrências de várias formas de violências sutis ou implícitas.

Alguns relatos obtidos nos grupos de *follow-up* indicam que discutir a Lei Maria da Penha pode ajudar a prevenir novas ocorrências de violências conjugais pelo entendimento da sua gravidade, ou seja, homens deixariam de agredir se compreendessem que ela prevê penas mais severas ao agressor, como observou Gilberto: *“acredito que é importante saber como funciona a Lei, o que é violência contra a mulher hoje, porque você evita de cometer, até porque ela ficou muito pesada pro homem”*. Gérson também acredita que uma lei mais rígida que prevê a prisão do homem pode evitar que eles cometam agressões contra as companheiras: *“É tanto que meus colega outra vez falou, é rapaz, se tivesse acontecido agora nós ia te visitar na Papuda”* e *“hoje mesmo o homem pensa três vezes antes de fazer besteira porque ninguém quer ir preso, quer?”*.

Dário enfatizou que só a prisão do homem agressor não é suficiente para resolver a violência conjugal, pois é preciso que ele receba alguma orientação para não cometer novas agressões: *“acho que só punir, prender o homem, não resolve. Tem também que orientar, oferecer um apoio pra não precisar chegar a esse ponto, senão depois solta o cara e ele ta mais é revoltado que antes”* e *“o que que adianta só*

prender o cidadão? E se ele volta prá ela depois, vai é piorar porque vai continuar tendo os mesmo problema”.

Os relatos indicam que uma lei rígida que pune o homem agressor inclusive com a prisão pode diminuir a violência contra as mulheres. Trata-se de uma informação muito relevante que merece ser investigada, pois podemos estar diante de um processo de superação do sentimento de impunidade que sempre permeou a violência contra a mulher no âmbito doméstico. Entretanto, os participantes enfatizam que se não houver uma possibilidade desses homens terem uma orientação e apoio por parte de quem os pune, as violências conjugais podem até se agravar, pelo sentimento de revolta e a pela ausência da intervenção na dinâmica familiar conflituosa.

Categoria 4 - Sugestões para o funcionamento de grupos com homens autores de violência conjugal

Definição

A percepção dos participantes sobre aspectos que devem ser considerados em grupos com homens autores de violências conjugais.

Temas

proximidade do local de moradia (39); Promoção da melhoria na convivência familiar (37); e resolução de conflitos familiares (43).

Total de verbalizações: 120

Os participantes ressaltaram as dificuldades em vir às sessões quando essas são realizadas longe dos seus locais de moradia. A proximidade também favoreceria a construção de um espaço não só para a resolução de problemas domésticos, mas também de diálogo e convivência que, na opinião desses homens, deveria ser estendido à comunidade. Consideram que os grupos devem promover a melhoria na convivência e a resolução dos problemas familiares. Para isso ser possível, a inclusão da família no

acompanhamento psicológico é percebida pelos participantes como essencial. Esses termos serão explorados em detalhes a seguir.

Proximidade em relação ao local de moradia

O desejo manifestado por alguns participantes de que grupos de reflexão sejam formados em suas comunidades indica que eles perceberam que há benefícios em participar deste tipo de intervenção. Ressaltaram que a criação de espaços de discussão e resolução de problemas próximos às suas casas seria uma oportunidade de diálogo que favoreceria a interação social. A possibilidade de participar dos grupos deveria ser estendida aos homens que os procurassem de livre e espontânea vontade.

As dificuldades em se dirigir às sessões foram relacionadas com a falta de dinheiro para pagar o transporte: *“Eu to morando muito longe. Não diria que viria aqui todos os dias, mas duas vezes por semana eu viria com certeza porque eu me sinto bem quando eu to aqui. Mas não tem como porque, tem gente que não tem condições de tá né, participano, de vim de tal lugar pra participar”*.

Segundo os participantes, a proximidade do grupo das comunidades também favoreceria a interação social e a resolução dos problemas familiares. Alguns relatos indicaram que existe uma carência de espaços de diálogos em suas comunidades: *“hoje em dia só em boteco pra conversar com os amigos, mas não tem como, então, o pessoal tão precisando de ajuda né, mas não tem como buscar”*. Nesse sentido, grupos nas comunidades poderiam se tornar uma referência para a discussão de problemas pessoais, na opinião dos participantes: *“Há uma necessidade enorme de atendimento, porque às vezes a pessoa passa por dificuldades dentro de casa e quer porque quer aquilo ali diferente”* e *“É um grupo que devia ter até eu acredito que em cada vizinhança devia*

ter, opa! deu probleminha vai lá, vai lá bater um papo, vai lá, comé que fica, entendeu?” e “acredito que vai unir mais as famílias, as pessoas, a sociedade ela vai se interagir mais”.

A intenção de ter um espaço grupal como oportunidade de diálogo foi ressaltada por alguns participantes, como na seguinte fala: “... pra tá aqui nessa reunião acho que não precisa ter passado só por isso que a gente passou não, acho que a pessoa devia participar disso por, tipo assim, livre e espontânea vontade”. Manita (2005) destaca que trabalhos com homens autores de violência conjugal devem considerar que nem todas situações de violência doméstica resultam em processos e/ou condenações judiciais. Grupos nas comunidades poderiam favorecer o atendimento de homens agressores que espontaneamente procurassem o serviço para pedir ajuda. A utilização de espaços comunitários como escola, igrejas, associações de moradores, entre outros, poderia ainda amenizar o aspecto punitivo que permeia os grupos com homens encaminhados pela justiça.

Promoção da melhoria da convivência familiar

Para melhorar a convivência familiar, a comunicação entre o casal foi citada como um tema importante a ser trabalhado em grupo: “Ah! eu acredito que tem que ser como lidar com as mulheres, que linguagem usar”. Alguns destacaram a experiência grupal no NFAVD, quando foram desenvolvidas duas sessões sobre a comunicação e maneiras assertivas de resolver problemas familiares: “lembro daquele tema, das comunicações e como falar com a mulher, aquilo foi bom porque ajudava a conversar sem briga, andei usando isso ai umas vezes”. Também foi mencionada importância de compreender os “sinais que ela emite”, a compreensão das necessidades da parceira:

“hoje acho importante tá mais atento ao que ela fala, às vezes ela nem fala e eu pergunto, você tá brava? Vamo resolver isso aí. Acho que tem que ser falado isso aí demais, como é que deve lidar com a mulher diante desses sinais que ela dá”.

As falas dos participantes indicam que a melhoria na comunicação entre o casal depende do desenvolvimento do diálogo assertivo por parte dos homens e das mulheres, o que favorece a resolução de problemas sem discussões e agressões físicas. Melhorar a comunicação significa também compreender melhor as necessidades da companheira, ou seja, uma melhor percepção dos homens em relação às necessidades delas, como afirma João: *“daí conversando fica mais fácil entender o que elas quer”*. Eles acreditam que suas companheiras também têm dificuldades em se comunicar sem agressividade.

A análise dos relatos indica que as agressões atribuídas às companheiras seguiram o padrão de responsabilizar a mulher pelo desencadeamento das violências e minimizar a própria participação e responsabilidades sobre seus atos violentos, como descreveram Machado e Araújo (2004). Mas também indica a necessidade observada por eles de que elas também devem participar do processo de intervenção psicossocial, pois muitas vezes também apresentam comportamentos agressivos.

A percepção apresentada pelos participantes de que a violência conjugal atingia toda a família serviu para dividir a responsabilidade das brigas com a companheira: *“porque fica parecendo que eu vim cumprir pena (nos grupos), mas quem tá me agredindo é ela também, me segue na rua, me xinga pros vizinhos ver e parte prá cima até com faca, quando tá em crise (de ciúmes)”*. A necessidade de atender as mulheres é considerada ao mesmo tempo justa e necessária: *“acho que quem vê de fora acha que são todas coitadas, tem marido que bate de graça mesmo, só por bater, agora quando a*

mulher agride xingando, chamando de corno, até cuspidada já ganhei, isso ai não é um problema também não?”

Coelho, Natividade e Gaetani (2008) ressaltam que as possibilidades de interrupção do ciclo da violência conjugal e a eficácia no trabalho com homens autores dessas violências aumentam na medida em que as intervenções são feitas com o casal. Segundo as autoras, essa estratégia favorece o empoderamento e a diminuição da revitimização das mulheres. Também contribui para criar outras formas de enfrentamento dos comportamentos que os parceiros venham a apresentar durante o período da intervenção.

Os filhos também são citados com frequência. Alguns admitem que muitas discussões e brigas ocorreram na frente das crianças e adolescentes: *“meu filho mesmo ficou mal com isso tudo, a gente discutiu feio e quando agredi ela, ele tava perto. Então é triste, porque ele tava fazendo xixi à noite e a professora chamou a gente na escola também. Acho que naquela época ele podia ter sido atendido”*. Os encaminhamentos feitos ao NAFVD pelos Juizados Especiais Criminais, Juizados Especializados na Violência Contra a Mulher e CEMA, entre outros órgãos encaminhadores, não apresentam um padrão definido. Às vezes somente os homens ou as mulheres são encaminhados, às vezes o casal e, eventualmente, os filhos. Em alguns casos os filhos são incluídos no acompanhamento quando é identificada a necessidade pelos psicólogos. A importância do acompanhamento da família surge assim como um aspecto fundamental para a diminuição da violência: *“eu vejo que tem que ser trabalhado esse lado aí, toda a família tem seus problemas e todo mundo sofre com isso”, ou “o que adianta só a gente comparecer se ela também não melhorar?”*.

Podemos também ressaltar que atender as mulheres e filhos permite uma melhor avaliação da dinâmica relacional da violência e do sofrimento familiar, além de

favorecer a percepção por parte da equipe da dimensão da violência e dos riscos de novas ocorrências. Incluir as famílias significa atuar sobre o sofrimento da família e desenvolver possibilidades de intervenção na dinâmica familiar conflituosa. Em função do padrão de negar e minimizar as agressões por parte dos autores deve ser sempre oferecido à vítima a possibilidade de contato com os profissionais que atendem seus atuais ou ex-companheiros (Mendez,1999).

Resolução de conflitos familiares

A temática que envolve a resolução dos conflitos familiares foi considerada pelos participantes como necessária aos grupos com autores de violência conjugal. Os participantes citaram a importância de trabalhar as dificuldades em controlar a raiva nas discussões assim como discutir maneiras de resolver problemas nos relacionamentos familiares sem o uso de violências. As sessões em grupo desenvolvidas no NAFAVD que trabalharam o controle da raiva e da agressividade foram citadas como úteis para ajudar a resolver os problemas domésticos. Após participar dos grupos, alguns relataram ter tido sucesso em evitar novas violências: *“Eu mesmo foi através daqui. Às vezes eu não sabia como lidar com essa situação, que que eu faço? eu fico calado? Que que eu faço, falo alguma coisa?”. “Aquela (sessão) que a gente falava de parar a discussão e sair, dar uma volta, aquilo ajudou. Foi bom porque quando volta a gente conversa melhor, numa boa, às vezes a mulher até já esqueceu”*.

Sair da cena da discussão, respirar e pensar antes de falar foram relatados como ações que ajudam a não explodir no momento da raiva. *“Para um bate-boca virar uma agressão a diferença é pouca”*: *“Quer dizer, fica difícil, aí você perde a cabeça, o momento é rápido, é tipo um pitbull, perdeu o juízo e ele ataca”*. Consideram que em

muitos momentos erraram em seus relacionamentos por causa das dificuldades em controlar as suas emoções: *“por não saber controlar o pitbull, naquele momento eu não soube controlar o equilíbrio, não tive equilíbrio”*.

Os sentimentos envolvidos no processo de sofrer e cometer agressões foram citados como um tema importante trabalhado em grupo no NAFVD e que deveria ser mantido: *“Outra coisa, como é que você se sentiu quando agrediu. Quer dizer, porque uma coisa é ser agredido, agora é ele que agrediu. Como é que ele se sente? Aquilo ali é um negocio assim, tem que pensar naquilo ali”*. Saber respeitar a parceira e reconhecer as próprias atitudes como agressivas pode ajudar: *“Entendeu, com certeza, vai saber até onde vai o limite da outra. Vai ajudar muito nisso aí (evitar a violência), entendeu?”*.

A necessidade de auto-controle diante das “provocações” das parceiras foi mencionada como muito importante para evitar confrontos. Alguns relatos indicaram que eles foram provocados por elas o que, no entendimento desses homens, justificaria as agressões cometidas: *“Até quando ela me chamou de corno otário e me meteu a faca. Eu explodi. Isso, com qualquer um acontece”*. Para evitar a perda do controle, preferem sair da discussão: *“Hoje eu preferia, to nem ai, até que a poeira baixa, ai espera vir. Que quando ela vem pra conversar, ai eu abro o leque, devagarinho também”*. Acreditam ser possível manter o controle e evitar o pior: *“Você ser agredido verbalmente, né, não é mole. Mas aprendemos. Eu por exemplo, graças a Deus, to muito bem”*.

6.3. Análise dos relatos das percepções dos participantes sobre papéis de gênero

Definição

Concepções de gênero dos participantes sobre os papéis sociais de homens, mulheres e sobre o relacionamento conjugal e familiar.

Temas

Percepções sobre a mulher (48); Percepções sobre o homem (52); Percepções sobre o relacionamento conjugal (55).

Total de verbalizações: 155

Esta categoria foi construída a partir dos relatos dos participantes sobre as suas concepções a respeito dos papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres na família e em outras instancias sociais. Para a definição dos temas desta categoria foram consideradas as verbalizações feitas nos dois momentos dos grupos de *follow-up*, ou seja, nas avaliações individuais e no momento de discussão em grupo segundo a estratégia de grupo focal.

Percepções sobre a mulher

Devido ao grande número de verbalizações sobre o tema, Sérgio foi o porta-voz de uma visão tradicional que vincula as mulheres a uma posição atual de afronta aos homens. As mulheres são consideradas por ele como provocadoras que “*não sabem mais o seu lugar na família*” e buscam a independência para prejudicar o homem. As verbalizações seguintes foram feitas por Sérgio: “*hoje eu creio que por a mulher ter adquirido um patamar mais alto do que antes, ela se sente hoje mais dona da vez, né*”. A consequência dessa transformação social é percebida por ele como “*É um feminismo*”

que eu não concordo”, a mulher perdeu sua identidade: “Hoje a mulher deixou de ser mulher, essa é que é a verdade”.

Outra “conseqüência malévola” produzida pelo feminismo e apontada por Sérgio está nos costumes: *“Hoje em dia, olha, as mulheres usam roupas que mostram todo o corpo, acho que não tem necessidade disso, por mais calorento que esteja. E, não sei se é direito delas ou não. Eu acredito que isso não é um comportamento correto”.* A transformação nos costumes é vista por ele como um fato que representa risco para os homens: *“É aquele negócio, como ela se maqueia, tem mulher que até nisso eu to sendo muito cauteloso, a forma que ela se veste E tem mulher que quer dominar o homem”.*

As conquistas das mulheres no campo dos direitos e a transformação dos papéis sociais resultantes das ações políticas desencadeadas pelos movimentos feministas nas últimas décadas levaram a reações por parte de alguns homens. As mudanças nos costumes, percebidas muitas vezes como ameaças e perda da identidade, causam sentimentos de rejeição. Acosta (2008) aponta que os processos de ruptura com os elementos tradicionais relacionados com a identidade das mulheres, e por conseqüência, com a dos homens, foram percebidos por muitos deles como uma agressão frente a qual respondem muitas vezes de maneira violenta. Segundo o autor, o sentimento de afronta e revolta pela perda de uma condição tradicionalmente privilegiada faz com que os homens responsabilizem “a sua mulher” e não os movimentos ideológicos ou as novas teorias sociológicas pelas mudanças. Nesse sentido, o componente reativo dos homens à nova condição pode gerar desde rupturas conjugais como os divórcios, até violências que podem resultar no homicídio da companheira (p. 45).

A definição de mulher apresentada por Sérgio indica um ser dissimulado e interesseiro que inspira muitos cuidados dos homens: *“Porque a mulher ela blefa*

demais, ela joga verde pra colher maduro, essa é a verdade, a mulher faz muito disso, é uma artimanha de mulher, ela quer pegar o homem e quer ter o homem na mão” e “Eu acho que não é por aí, elas só pensam em dinheiro, poder aquisitivo, acho que não é por aí”.

Outros participantes, como Dário, Reinaldo e João, se mostraram contrários às percepções de Sérgio: *“os direito é igual, desde que um respeite o outro. Também concordo que elas têm o direito de ter independência”*; Alguns relatos indicaram mudanças na percepção da visão tradicional de que o trabalho remunerado da mulher é inadequado, ou percebido como uma ameaça: *“antes eu achava que a mulher querer trabalhar e ser independente era só pra sacanear com o homem. Mas hoje eu acho que não, hoje eu penso diferente, a mulher tem o direito sim de ser independente, ela tem”*

Santos (2008) afirma que as mudanças no trabalho feminino remunerado a partir da revolução ideológica e institucional promovida pelos movimentos feministas permitiram a ocupação gradual do “lugar público” pelas mulheres. O controle eficaz da natalidade que levou à significativa diminuição do número de filhos foi um dos fatores que “libertou” a mulher para o trabalho, sobretudo nas grandes cidades. Com isso, as expectativas em relação ao trabalho remunerado das mulheres se modificaram, uma vez que é mais aceito socialmente. Contudo, ainda existe uma desigualdade significativa entre os salários, inclusive quando elas ocupam as mesmas funções dos homens, e uma restrição aos melhores cargos. A autora ressalta que as oportunidades de trabalho para homens e mulheres ainda estão diretamente relacionadas aos papéis sociais que historicamente ocuparam.

A saída das mulheres para o mercado de trabalho também levou a uma sobrecarga das suas atividades na contemporaneidade. Ainda que trabalhem longas horas fora de casa, o trabalho doméstico permanece como uma seara do feminino. Cabe

a elas manter a casa em ordem e cuidar da saúde e educação dos filhos. Dessa forma, são as mulheres que se afastam do trabalho quando a família exige, por algum motivo (Santos, 2008).

Os relatos dos participantes indicam que mesmo quando trabalha fora de casa, o dinheiro do trabalho da mulher deve representar uma renda auxiliar e não a renda principal da família: *“acho que ele tem que ter a parcela dele ali, mesmo ela como ajudadora, acho que ela tem que reservar o que é dela prá ela ali”*. A inversão dos papéis, quando o homem cuida da casa e a mulher trabalha fora e mantém financeiramente a família, é vista como inadequada por Sérgio: *“Por exemplo, tem uma mulher lá que ela sustenta a casa, na verdade ele é que dirige o restante da coisa, quer dizer, fica uma coisa estranha, né”*. Quando questionado sobre o que considera estranho nessa situação, Sérgio manifesta a percepção de que o estranhamento está na perda da condição de mantenedor que o desemprego traz ao homem: *“é que fica assim um tanto estranho, a mulher ficar mantendo o cara, mantendo os filhos”*. A dependência financeira da mulher pode ser aceitável desde que represente uma situação passageira: *“Ele tem que procurar, se precisou dela, não, tudo bem, ele não vai ser orgulhoso de não dizer: ó, eu to precisando de tanto, dava pra você me arrumar esse mês e tal? Mês que vem normaliza”*.

As recentes transformações em relação às identidades e expectativas sobre os papéis sociais das mulheres foram percebidas por alguns participantes como uma afronta às suas próprias identidades. A saída das mulheres para o mercado de trabalho representa um bom exemplo de como as mudanças são toleradas, mas com muitas ressalvas. A inversão das funções, o homem ocupando o espaço doméstico e a mulher o espaço público, pode significar uma ameaça direta às suas concepções de masculinidade.

Percepções sobre o homem

A definição do que é ser homem que sobressaiu sobre as demais nos relatos dos participantes é a que indica a necessidade de ser o provedor financeiro e mantenedor da família. O dever de prover materialmente a família foi destacado por João como um aspecto fundamental ao qual o homem não pode se furtar: *“o homem é o mantenedor, ele tem que dar as condições, tem que dar a estrutura, entendeu?”* e *“Quer dizer, o camarada tem que dar na dobra, essa que é a verdade. Se for preciso trabalhar dia e noite ele tem que trabalhar pra manter a família”*.

Os participantes ressaltaram, de maneira geral, uma preocupação com a condição econômica enquanto definidora da masculinidade. Em seus discursos são reproduzidas as expectativas sociais em relação ao homem para que ele cumpra com o papel de provedor e mantenedor da família. Conseqüentemente, o desemprego é percebido por eles como uma situação a ser evitada a todo custo, pois significa ficar dependente da companheira: *“Eu acredito que o homem pra mim ele tem que fazer o possível pra não depender financeiramente da mulher”* e *“O camarada ficou desempregado, que foi meu caso, que fiquei desempregado um tempo, mas nunca deixei de dar minha parcela, pequena mais dava, então o que acontece, o cara não fazer nada? Isso é horrível, entendeu?”*.

Nolasco (1993) aponta que o trabalho tem uma importância fundamental sobre a subjetividade do homem na sua percepção enquanto indivíduo, influenciando sua expressão e mobilidade social. Muitos homens avaliam sua auto-estima a partir do que conseguiram acumular materialmente. A condição de desempregado gera uma angústia a partir da ameaça ao modelo centrado nos valores capitalistas e “pelo sentimento de que

os homens, fora destas especificações, não existem como pessoas” (Nolasco, 1993, p.65).

Pasick (1990) ressalta que a maioria dos homens tende a considerar o trabalho como a parte mais importante das suas vidas. Desde cedo homens aprendem que o trabalho está associado ao nível de prestígio que gozam em suas comunidades, pois indica o seu *status* de poder e as possibilidades de conquistar mulheres. Como o trabalho é central para a identidade dos homens, estar desempregado ou sentir-se impossibilitado de manter financeiramente a família pode ser uma fase extremamente ansiogênica para eles e, dessa forma, representa um risco de ocorrência de violências conjugais: *“é aquela pressão que eu te falei da estrutura financeira, eu não tinha estrutura financeira para manter um lar e eu tava querendo ter um lar”* e *“Porque ela não vai aceitar e vai ficar cobrando e você tá despreparado, você tá financeiramente endividado ou veio um desemprego. Ai ela começa a cobrar e falar e falar, pode acontecer uma agressão por causa disso”*.

Kimmel (2008) faz uma interessante observação que nos ajuda a compreender a relação entre homens desempregados e violências conjugais. Segundo esse autor, os homens não agredem suas companheiras quando se sentem poderosos. Eles o fazem quando se sentem impotentes. A partir de uma visão tradicional machista, homens podem perceber situações de desemprego e endividamento como uma ameaça direta a sua própria masculinidade. Nesses casos, os sentimentos de frustração e de perda de poder pelo não cumprimento do que é esperado deles, como prover materialmente a família, podem desencadear reações agressivas que visam o restabelecimento desse poder perdido.

Os relatos dos participantes nos grupos de *follow-up* indicam que eles consideram que as situações de dificuldades financeiras representam momentos de

preocupação cujas soluções dependem do diálogo entre o casal. Em algumas verbalizações percebe-se que a opinião da mulher é aceita como uma sugestão e que a palavra do homem é a decisão final, como observado na fala de Sérgio: *“Na hora de, vamos supor, a gente vai comprar coisa, eu to com um projeto e tal, apresentar pra ela né, ter a opinião dela, isso é importante, entendeu, pra os dois entrarem num comum acordo e ele decidir”*.

Houve um predomínio de relatos que indicam que o homem deve assumir as decisões na família. No entanto, algumas falas ressaltaram a importância do estabelecimento de uma relação mais igualitária entre o homem e a mulher na tomada de decisões sobre os gastos familiares, como afirmou Gérson: *“é ... tá correto, assim, tem que sentar os dois, conversar, é ... tá precisando de um objeto, do fogão ou pintar a casa ou seja o que for, conversar. Tratar os dois e sentar, e funciona, sentano os dois vive 100 ano, vive tranqüilo”*.

Os grupos com homens autores de violência conjugal devem discutir a centralidade do trabalho na vida dos homens e procurar abordar nas discussões os sentimentos de cobrança e frustração que podem surgir diante de uma situação de desemprego e dificuldades financeiras. O predomínio nos relatos de uma visão tradicional em relação ao lugar do homem na família, provedor econômico e responsável pela última palavra nas decisões familiares, indica que os estereótipos sociais devem ser mais discutidos nos grupos. Questionar as expectativas para que cumpram o papel de provedor na família a qualquer custo pode favorecer a flexibilização desse estereótipo e permitir a diminuição do grau de ansiedade dos homens em momentos de problemas financeiros na família.

Percepções sobre o relacionamento conjugal

A infidelidade da companheira foi apontada nos grupos de *follow-up* como um dos motivos que provavelmente os levaria a cometer novas agressões. A percepção de que a infidelidade delas é intolerável foi ressaltada em mais de um momento e não foi questionada por nenhum dos participantes. Acosta (2003) resalta que o uso justificado da violência quando elas traem ou mesmo diante da idéia de que elas possam trair aparece como uma das formas mais comuns apontada por homens para a legítima defesa da honra pessoal, sobretudo por homens jovens.

A fidelidade feminina foi percebida como imprescindível para um bom relacionamento conjugal, pois evita que eles percam o controle da própria agressividade e sejam “obrigados” a agredir. Éder definiu bem a expectativa social para que homens reajam violentamente à infidelidade feminina: *“porque se o camarada descobre uma traição ele fica numa sinuca de bico, parece que todo mundo fala: como é que é, vai fazer nada não?”*. Reinaldo, ao ser questionado sobre o medo que ainda tem de ser agressivo com a namorada, aponta que a traição poderia fazê-lo perder o controle: *“Isso aí é a coisa que eu mais tenho medo na minha vida, é traição por parte da mulher”*. A expectativa social para que homens reajam violentamente ao adultério pode ser decisiva para que eles cometam violências: *“O cara pode até pensar numa hora dessa que vale a pena ir preso, ficar como corno manso é que não dá”*.

Machado (2004) resalta que a construção dos valores hegemônicos masculinos no Brasil, semelhantes aos padrões mediterrâneos, é assentada em dois pilares: assumir a responsabilidade de pai e marido provedor financeiro da família e ter uma mulher *honrada* e respeitada por todos. A autora aponta que além da posição de provedor, a fidelidade da sua mulher representa uma parcela muito importante do núcleo da honra

do homem. Enquanto a fidelidade masculina não é exigida pelo código relacional da honra, é esperado que a fidelidade da mulher seja, além de reconhecida, também respeitada socialmente.

Sérgio considera a traição feminina como um dos comportamentos utilizados pelas mulheres como provocação: *“Quer dizer, a mulher já tem dentro já de si de provocar o homem. Muitas vezes, a mulher, ela interpreta o homem como ciumento que é uma das causas que a gente tem que saber lidar com a mulher porque ai ela vai usar disso pra provocar o homem e encobrir uma traição”*. Acredita que as mulheres agem friamente com o objetivo de estabelecer um domínio na relação: *“Porque ela é muito irredutível, ela quer dominar o homem”*.

O lugar da mulher, ressaltado por Sérgio, inclui o reconhecimento da condição do homem como o *“cabeça do casal”*, pois *“ela tem que respeitar o senhorio dele, tem que respeitar o homem como homem”*. Esse respeito à condição de liderança masculina não pode diminuir quando o homem encontra-se em dificuldades financeiras: *“Não pode mesmo deixar de respeitar o senhorio do homem, mesmo ele ganhando menos, não deixando ele por baixo. Ela tem que respeitar o senhorio dele”*

Percebe-se na fala dos participantes que reconhecer o seu lugar na família e no relacionamento conjugal é fundamental para homens e mulheres. Para eles, cumprir sua função de mantenedor, saber preservar a fidelidade no relacionamento conjugal, sobretudo no caso das mulheres, e assumir o papel de *“cabeça do casal”* são obrigações às quais não devem se furtar. A subversão desses *scripts* sociais pode levar ao sentimento de ansiedade nos homens e gerar um contexto de risco para novas violências contra a companheira, sobretudo quando eles se sentem ameaçados no seu posto de provedor financeiro da família.

A posição dos participantes em relação à violência que fica para eles justificada diante de infidelidade das mulheres indica que o tema deve ser trabalhado de maneira mais aprofundada nas discussões em grupos com autores de violência conjugal. A reflexão em grupo pode favorecer o questionamento das expectativas sociais para que ajam de forma violenta diante necessidade de defender a honra pessoal a qualquer custo.

As reflexões apresentadas pelos participantes deixam claro que vivemos um momento de transição. Em alguns temas prevalecem idéias e modelos tradicionais e em outros aparece um vislumbre de mudança. Fica claro que a intervenção grupal oferece uma oportunidade ímpar de compartilhamento de experiências, de troca de idéias, flexibilização de concepções e revisão de posturas.

CAPÍTULO VII

INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL: CONTEXTO, RELEVÂNCIA E PERSPECTIVAS

As intervenções psicológicas com homens autores de violência conjugal são fruto da evolução dos estudos e idéias feministas que, ao promoverem uma ampliação do significado do conceito *gênero*, passaram a evidenciar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos. Dessa forma, o contexto político e acadêmico criado a partir da expansão das ações do movimento feminista abriu espaço para as denúncias das violências domésticas contra as mulheres e culminou na percepção da necessidade de incluir os homens nas ações de combate a essas violências.

Os grupos com homens autores de violência conjugal foram criados a partir de uma demanda de mulheres que escolhem reatar seus relacionamentos e percebem a necessidade de uma intervenção com seus companheiros para que uma mudança na dinâmica conjugal violenta seja possível (Corsi, 2006; Heilborn, 1996). A intervenção realizada com os homens no NFAVD também seguiu um movimento semelhante, pois foi construída para atender as expectativas de reconciliação das mulheres egressas da Casa Abrigo e a necessidade de intervir na dinâmica relacional desses casais como possibilidade de interromper efetivamente o ciclo da violência nessas famílias. Entre erros e acertos foi elaborada uma proposta de trabalho com essas mulheres e homens que logo se estendeu para o contexto jurídico a partir das parcerias com promotores e juízes de alguns Juizados Especiais Criminais no Distrito Federal.

Uma das características iniciais das intervenções no NFAVD foi que elas foram construídas na medida em que eram realizadas. As experiências de atendimento a

homens que conhecíamos, através das poucas produções divulgadas, eram as de organizações não-governamentais como o Instituto Promundo e NOOS, do Rio de Janeiro, e PAPAI, de Recife. A série *Trabajando com hombres jóvenes* (Promundo, 2001) foi fundamental para a elaboração das sessões em grupo com os autores de violência conjugal no NAFAVD. Fizemos uma adaptação à nossa realidade do trabalho desenvolvido com homens jovens descrito nos manuais dessa série.

A experiência desenvolvida com homens no NAFAVD e as sessões descritas nesta dissertação constituem um modelo de intervenção em processo de elaboração e amadurecimento. Uma das limitações do trabalho é que não houve registro sistemático das sessões realizadas no NAFAVD nem a avaliação dos participantes antes das intervenções, uma vez que não havia de início a intenção de conhecer os resultados dessa intervenção de maneira científica após o término do processo.

Entretanto, os resultados das participações desses homens nos grupos passaram a ser relatados por eles e por suas parceiras como melhorias em sua conduta pessoal e nos seus relacionamentos familiares. Também recebemos respostas positivas de juízes e promotores a partir dos relatos feitos pelos homens e mulheres nas audiências após a participação deles nos grupos. Os grupos com homens autores de violência conjugal foram então incorporados no NAFAVD como uma prática valiosa de intervenção, combinada com a realização de atendimentos individuais, de casais e familiares.

Ao nível de interesse pessoal encontrei no mestrado uma gratificante e produtiva oportunidade de aprofundar os conhecimentos e pesquisas sobre as masculinidades, gênero e intervenções com homens que agredem suas companheiras. A idéia da pesquisa de *follow-up* surgiu no contexto de orientação, quando constatamos o pioneirismo do trabalho e a escassez de literatura na área. Mas, sobretudo, observamos a

necessidade de pesquisas e reflexões sobre as atuações e intervenções com homens em contextos de violência doméstica.

Esta pesquisa não teve como objetivo avaliar a intervenção realizada no NAFVD, sua metodologia e resultados. Consideramos mais relevante e adequado conhecer como esses homens perceberam e avaliaram os resultados da intervenção grupal em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. Além disso, buscamos compreender quais as suas concepções sobre os papéis sociais de gênero, a compreensão sobre o significado da violência doméstica e como eles avaliaram a experiência de participar de um grupo de homens autores de violência conjugal. Podemos afirmar que a estratégia de pesquisa utilizada reuniu elementos e temas importantes de serem abordados com homens autores de violência conjugal. Podemos assumir também que a intervenção feita no NAFVD foi relevante para eles e que tem impacto pessoal e social.

Os relatos dos participantes nos grupos de *follow-up* indicam que eles perceberam melhorias na convivência familiar e em outros contextos sociais após a participação nas intervenções grupais. O grupo enquanto um espaço reflexivo, ao promover a discussão de temas e fatores relacionados às violências domésticas cometidas favoreceu a construção de novas formas de resolver conflitos relacionais, sendo os seus efeitos percebidos como mais tranquilidade e paciência para resolver problemas em casa, na rua e no trabalho. A partir do momento em que param “*prá pensar essas coisas ruins que a agente faz na vida da gente*”, eles também têm a oportunidade de “*olhar e fazer diferente*”.

As melhorias na convivência familiar e social foram relacionadas pelos participantes às mudanças que promoveram em seus comportamentos, o que inclui o uso de estratégias discutidas em grupo para evitar que as discussões se intensificassem.

As sessões também foram eficazes em promover o controle da raiva e a percepção que podem controlar a própria agressividade nas discussões familiares, assim como em outros contextos sociais.

As reflexões sobre os papéis sociais de homens e mulheres promovidas nas intervenções do NAFVD favoreceram a ampliação da percepção dos participantes em relação ao processo de construção das desigualdades entre homens e mulheres que ocorre também nas famílias. Dessa forma, o grupo forneceu condições para o questionamento e desnaturalização das questões do poder, do controle e da autoridade exercida pelos homens sobre os filhos e as mulheres em suas relações interpessoais. Alguns participantes relacionaram seus comportamentos violentos e rígidos às educações que receberam em suas famílias de origem e revelaram o desejo de construir uma outra história com os seus filhos.

A violência doméstica foi percebida como consequência de problemas na convivência familiar que podem ser resolvidos de maneiras mais assertivas. Para isso eles consideram que devem estar preparados para lidar com os problemas e também reconhecer os próprios erros e falhas que levaram às violências.

Percebe-se nas falas dos participantes, no entanto, a defesa da concepção do homem provedor financeiro e mantenedor da família que deve ser ao mesmo tempo compreensivo, proteger a família a qualquer custo e mostrar “*que ele é o homem*”. A visão tradicional de homem ainda muito presente nos relatos dos participantes nos grupos de *follow-up* é endossada por suas reações e rejeição às mudanças nos costumes desencadeadas pela transformação dos papéis sociais nas últimas décadas. A perda de uma condição tradicionalmente privilegiada é percebida como ameaça e pode levar a reações agressivas quando eles se sentem prejudicados nesse processo. Trata-se de um

indicativo de que o discurso machista ainda se faz presente e representa um risco de novas incidências de violências.

Scott (1995) aponta que a identidade subjetiva é um fator importante para compreendermos gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos que dão significado às relações de poder. A identidade subjetiva é também um elemento fundamental para a promoção de mudanças, uma vez que homens e mulheres são capazes de questionar e transcender os papéis e estereótipos sociais assimilados.

Vários participantes reconheceram o machismo e o controle exercido pelos homens sobre as mulheres em suas famílias. Eles puderam refletir também sobre o “lado” da mulher na relação e na sociedade, ou seja, entenderam que a mulher tem direitos, opiniões e necessidades que precisam ser ouvidas e consideradas. Apesar da identidade de gênero e da visão sobre o exercício dos papéis sociais permanecerem atreladas a modelos tradicionais, o grupo constituiu uma possibilidade de abertura para a reflexão e a flexibilização das suas concepções.

A intervenção grupal no NAFVD foi percebida pelos participantes como um ambiente de aprendizado. Os relatos indicam que os temas utilizados nas sessões foram incorporados às resoluções de problemas relacionais. A experiência de passar pela intervenção foi percebida como benéfica, pois eles se sentiram ouvidos e puderam discutir problemas do cotidiano em um ambiente seguro, o que trouxe a sensação de bem-estar.

Os participantes dos grupos de *follow-up* consideram que grupos com homens autores de violência conjugal devem oferecer um espaço para o trabalho da melhoria da convivência familiar. Por isso, as sessões devem abordar as dificuldades dos homens no relacionamento com a mulher e filhos, o respeito entre o homem e a mulher e a

igualdade na relação. As famílias também devem ser incluídas no acompanhamento psicológico e os grupos estendidos às comunidades.

A intervenção grupal realizada no NFAVD promoveu um contexto favorável à reflexão sobre os papéis tradicionais de gênero, sobre as relações familiares e as possibilidades de desenvolver a comunicação a partir de maneiras mais assertivas de resolver os problemas. Também permitiu o uso de estratégias para o controle da raiva e agressividade que auxiliaram a resolução dos conflitos domésticos.

O fato de ainda associarem as dificuldades atuais em seus relacionamentos aos problemas causados pelas companheiras e também a rigidez de percepção ainda presente nos estereótipos sociais que apresentam para homens e mulheres são exemplos de que a intervenção com homens autores de violência conjugal não deve ser finalizada com o término das sessões em grupo. Deve ser avaliada pela equipe a necessidade de acompanhar os homens e as mulheres em atendimentos individuais ou casais em períodos que permitam a identificação de riscos e outros sinais como a racionalização no discurso, negação e minimização de violências cometidas, rigidez dos estereótipos sociais de gênero, entre outros. Grupos abertos podem permitir o retorno desses homens às sessões caso seja identificada a necessidade pela equipe ou manifestado o interesse pelo participante.

O presente estudo de *follow-up* permitiu conhecer que grupos com homens autores de violência conjugal podem ser uma importante estratégia de intervenção quando favorecem a abertura para a reflexão e a possibilidade de flexibilização das concepções dos participantes. O contexto de aprendizado em um formato reflexivo favoreceu o questionamento sobre as suas visões de mundo, a resignificação dos seus atos violentos e a diversificação das suas concepções sobre as identidades de gênero.

A intervenção psicoeducativa realizada no NAFAVD foi percebida como uma oportunidade que tiveram de serem ouvidos em um ambiente de confiança e reciprocidade, onde temas que não fazem parte do cotidiano desses homens foram discutidos com naturalidade e até entusiasmo. Estar incluído em um ambiente reflexivo entre pessoas que compartilham formas de pensar, sentir e agir possibilitou que vislumbassem em seus companheiros algumas características e comportamentos que não percebiam em si mesmos como violentos. A partir disso, puderam construir novas alternativas para lidar com as dificuldades relacionais familiares e em outros meios sociais.

As avaliações dos participantes sobre a violência conjugal indicaram que uma lei mais rígida que pune o agressor inclusive com a prisão pode evitar que homens agridam suas companheiras. Os relatos trouxeram uma informação muito importante que merece ser investigada: a de que a Lei Maria da Penha pode ter possibilitado o início de um processo de superação do sentimento de impunidade que sempre permeou a violência contra a mulher no âmbito doméstico. Podemos afirmar que essa é uma grande conquista tendo em vista o pouco tempo de vigência da lei que, dentre tantas inovações importantes, tipifica a violência doméstica e familiar contra a mulher e prevê mecanismos de punição.

Mas os participantes também acreditam que só a punição do agressor não é suficiente para que homens deixem de agredir suas companheiras. É preciso que eles recebam alguma orientação e apoio para evitar que se repitam os mesmos problemas. Também consideram fundamental que a família seja incluída no acompanhamento para que a superação da dinâmica conflituosa seja possível.

A relevância da Lei Maria da Penha no que se refere ao combate da violência contra a mulher é indiscutível e os seus efeitos já são visíveis. Acreditamos que é

chegado o momento de que outros aspectos fundamentais previstos nessa lei sejam de fato implementados. Os artigos 29 e 30 prevêm a criação de equipes de atendimento multidisciplinar com profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde. O artigo 35 prevê a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e dependentes em situação de violência doméstica contra a mulher, bem como a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores. A presença na legislação brasileira da necessidade de promover uma assistência ao homem autor de violência contra mulheres significa um grande avanço no reconhecimento do problema e dos fatores que levam a essa modalidade de violência que ocorre predominante no âmbito familiar.

Pensar a condição dos homens nos contextos de violência constitui um desafio na contemporaneidade. No desenvolvimento desta pesquisa de *follow-up* constatamos a relevância de uma intervenção em grupo realizada com homens para a promoção de novas alternativas para a resolução de conflitos, resignificação da violência e diversificação das suas concepções sobre as identidades de gênero. Mas também constatamos a falta de dados sobre as metodologias e os resultados obtidos com esse tipo de intervenção. Esperamos que o presente trabalho seja uma contribuição para os incipientes estudos sobre homens, masculinidades e sobre intervenções com autores de violências conjugais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta, F. (2003). *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/ Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.

Acosta, M. L. (2008). Violencia de género: acciones y reacciones del posmachismo. Em: *Conferência Mundos de Mujeres/Women's Worlds 2008. La igualdad no es una utopia*. Madri: Universidad Complutense de Madri.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2006). *Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra as Mulheres*. Recuperado em 1 de novembro de 2009, de <http://mulher.sapo.pt/carreira-vida/solidariedade/dia-internacional-para-eliminacao-914999.html>

Andrade, F. A. & Barbosa, S. F. (2008). A lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo, Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Recuperado em 16 de outubro de 2008, de http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST42/Andrade-Barbosa_42.pdf

Angelim, F. P. (2004). *A terapia sistêmica e as compreensões sobre a violência*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Anistia Internacional (2004). *Está em suas mãos: pare a violência contra a mulher*. Recuperado em 12 de maio de 2008, de <http://www.amnesty.org/es>.

Arilha, M., Medrado, B., Unbehaum, S. G. (1998). *Homens e Masculinidades, Outras Palavras*. São Paulo: Editora 34.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads). Lisboa: Edições 70, Lda. (Trabalho original publicado em 1977).

Bento, B. A. M. (1998). O acusado: quem é? Em D. Oliveira; E. Geraldes & R. Lima (Orgs). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série violência em manchete*, (pp. 155-171). Brasília: Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH.

Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

Berman, R. (1997). Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. Em A. Jaggar & S. Bordo (Orgs), *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

Boris, G.D.J.B. (2004). A violência como produto da crise da condição masculina. Em G. Maluschke, J. Bucher-Maluschke & K. Hermanns. *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 187-196). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Brauner, M. C. C. & Carlos, P.P. (2004). A violência intrafamiliar sob a perspectiva dos direitos humanos. Em G. Maluschke, J. Bucher-Maluschke & K. Hermanns, *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 133-147). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Brito, V. C. A. (2002). *Nem crime nem castigo: o atendimento psicossocial de casais em situação de violência no contexto da justiça criminal*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Cabral, M. A. A. (1999). *Prevenção da violência conjugal contra a mulher*. Ciência e Saúde Coletiva. 4(1). Recuperado em 15 de janeiro de 2010 da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): www.scielo.com.br

Campos, C. H. (2003). *Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico*. Revista Estudos Feministas, 11(1), pp.155-170.

Campos, C. H. (2006). *Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: a análise a partir do feminismo e do garantismo*. Revista Estudos Feministas, 14(2), pp. 409-422.

Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática.

Coelho, C. M. S., Natividade, C. & Gaetani, R. R. B. (2008). *Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: direitos humanos e emancipação*. Trabalho apresentado em Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Recuperado em 12 de novembro de 2008 de http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST42/Coelho-Natividade-Gaetani_42.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Recuperado em 10 de abril 2007, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

Corsi, J. (2006). Masculinidad y violencia. Em J. Corsi (Org.), *Violencia masculina em la pareja: una aproximacion al diagnostico y a los modelos de intervencion* (5ª ed.) (pp. 27-40). Buenos Aires: Paidós.

Corsi, J. & Sotés, M.A. (2006). El processo grupal. Em J. Corsi (Org.), *Violencia masculina em la pareja: una aproximacion al diagnostico y a los modelos de intervencion* (5ª ed.) (pp. 155-182). Buenos Aires: Paidós.

Cortez M. B., Padovani, C. & Williams, L. C. A. (2005). *Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais*. Revista Estudos de Psicologia, 22(1) pp. 13-21. Recuperado em 15 de maio de 2008 da SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*): www.scielo.com.br

Costa, L. F. & A, Penso. (1999). *Enfrentando a violência na rede de Saúde Publica Distrito Federal*. Brasília: Secretaria de Saúde Publica. Governo de Distrito Federal

Day, V.P.; Telles, L. E.B.; Zoratto, P.H.; Azambuja, M.R.F.; Machado, D.A.; Silveira, M.B.; Debiaggi, M.; Reis, M.G.; Cardoso, R.G.; Blank, P. (2003). *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul (25) 9-21. Recuperado em 04 de maio de 2009 da SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*): www.scielo.com.br

Diniz, G. R. S. (1999). Condição feminina: fator de risco para a saúde mental? Em M. Paz e A.Tamayo (Orgs.). *Escola, Saúde e Trabalho: Estudos Psicológicos*, (pp. 181-197). Brasília: Editora UnB.

Diniz, G. (2003). *Gênero e Psicologia: Questões Teóricas e Práticas*. Revista Psicologia Brasil, (2), 16-21.

Diniz, G & Pondaag, M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. Em G.Maluschke, J. S. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns. *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*, (pp. 133-147). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Dohmen, M. L. (2006). Aspectos comportamentais. Em J. Corsi (Org.), *Violencia masculina em la pareja: una aproximacion al diagnostico y a los modelos de intervencion*. (5ª ed.) (pp. 97-110). Buenos Aires : Paidós.

Editora Abril. Revista Veja, edição 1947, 15 de março de 2006.

Editora Justilex. *Revista Justilex*, ano V, número 59, novembro de 2006.

Espíndola, C. R., Bucher-Maluschke, J. S.N.F. & Santos, A.P. (2004). A mulher no contexto da violência. Em G. Maluschke, J. Bucher-Maluschke, & K. Hermanns, *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (págs 213-230). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise do conteúdo*. Brasília: Plano Editora.

Gondolf, E. (1985). *Men who batter: An integrated approach to stopping wife abuse*. Recuperado em 12 de setembro de 2009, de <http://learningrights.com/atp/original/erl>

Giffin, K. (2005). *A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), pp. 47-57.

Gordon, B., Allen, J. A. (1990). Helping men in couple relationships. Em Richard L. Meth & Robert S. Pasick. *Men in therapy, the challenge of chance* (pp. 181-208). New York: The Guilford Press.

Grossi, P. K. (1995). *Relação entre abuso de álcool e violência conjugal*. *Revista Educação*, 18(28), 103-108.

Grossi, P. K. (2001) Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupo de homens agressores. Em Patrícia K. Grossi & Graziela C. Werba (Orgs.). *Violência e gênero. Coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre. EDPUCRS.

Grossi, P. K., Casanova, M. F. & Starosta, M. (2004). Grupos para homens que exercem violência conjugal. Um desafio no enfrentamento da violência de gênero. Em M. N. Strey, M. P. R. Azambuja & F. P. Jaeger. *Violência, gênero e políticas públicas* (págs 195-214). Porto Alegre. EDPUCRS.

Gui, R. T. (2003). *Utilização do grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido*. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho - 3(1), 135-159.

Günther, H. (2006). *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa - 22, (2), 201-210. Recuperado em 15 de julho da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): www.scielo.com.br

Heilborn, M. L. (1996). Violência e mulher. Em G. Velho & M. Alvito, *Cidadania e violência* (pp. 89-98). Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV.

Heilborn (1997), M. L. Corpo, sexualidade e gênero. Em D. D. Dora. *Feminino masculino. Igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre. Editora Sulina.

Heilborn, M. L. & Carrara, S. (1998). *Em Cena, os homens...* Estudos Feministas. 6(2), 370 -374.

Heise, L. (1994). *Gender-based abuse: the global epidemic*. Caderno de Saúde Pública V. 10. Supl. 1. Rio de Janeiro.

Hunter, Y. O. (2006). *Violence against women in Germany*. Recuperado em 2 de julho de 2008 de <http://www.datagermany.gr/mdfes456783930jhgf09876.htm>

Infopen (2008). Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Recuperado em 11 de fevereiro de 2009 de <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37>

Instituto PROMUNDO e colaboradores. (2001). *Serie – Trabalhando com homens jóvenes*. Rio de Janeiro: OPS.

Jiménez, M. J. B. (2004). *Violencia contra la mujer em el âmbito familiar. Câmbios sociales y legislativos*. Madri: EDISOFER.

Jones, E. (1994). Feminismo e terapia de família: os casamentos complicados podem dar certo? Em Rosine J. Perelberg & Ann C. Miller (org.). *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 75 -93). (M. C. B. Fernandes, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago.

Kind, L. (2004). *Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais*. Psicologia em Revista, 10(15), pp. 124-136.

Kimmel, M. (2008). Los estudios de la masculinidad: una introducción. Em Àngels Carabí y Josep M. Armengol (orgs.). *La masculinidad a debate*. (pp.15-32). Barcelona: Icaria Editorial.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Brasília. Recuperado em 11 de dezembro de 2009, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

Lima, D. C., Buchele, F., & Clímaco, D. A. (2008). *Homens, gênero e violência contra a mulher*. Revista Saúde e Sociedade, 17(2). Recuperado em 10 de setembro de 2008, da SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*): www.scielo.com.br

Loketek, A. & Ravazzola, M. C. (1997). *Diálogo entre Adolfo Loketek y M. Cristina Ravazzola*. Revista Sistemas Familiares, novembro, 91-106.

Louro, G. L. (2004). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (7ª. ed). Petrópolis: Editora Vozes.

Danusa, A. M. & Araújo, M.F. (2004). Violência de gênero: quando o homem é a vítima. Em M. F. Araújo & O. C. Mattiloi (Orgs.). *Gênero e Violência*. São Paulo: Arte & Ciência.

Machado, L. Z. (1998). Matar e morrer no feminino e no masculino. Em D. Oliveira, E. Geraldes & R. Lima (Orgs.). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no*

Brasil. Série violência em manchete. Brasília: Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH

Marques, C. G. (2007). *Homens “autores de violência conjugal”: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.

Mason, B. & Mason, E. (1994). A masculinidade e o trabalho com as famílias. Em R. J. Perelberg & A. C. Miller (Orgs). *Os sexos e o poder nas famílias* (pp. 221 a 229) (M. C. B. Fernandes, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago.

Mayring, Ph. (2002). *Einführung in die qualitative Sozialforschung* [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ª ed.). Weinheim: Beltz.

Mendes, L. B. (1999). *Violencia de género y prevención.* Texto lido em Jornadas sobre Actuaciones Sociopolíticas Preventivas de la Violencia de Género. Recuperado em 15 de janeiro de 2009, de <http://www.hombresigualdad.com/violencia-genero-boni.htm>

Meth, R. L. & Pasick, R.S. (1990). *Men in therapy, the challenge of chance.* New York, NY: The Guilford Press.

Meyer, D. E. E. (1999). *Saúde da mulher: indagações sobre a produção do gênero.* Revista O Mundo da Saúde, 23(2), 113-119.

Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (3ª Ed). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.

Minayo, M.C.S. & Deslandes, S.F. (1998). A Complexidade das Relações entre Drogas, Álcool e Violência. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(1), 35-42.

Montero & Bonino, L. (2006). *Criterios de calidad para intervenciones com hombres que ejercen violencia em la pareja (HEVPA)*. Cuadernos para el debate. Grupo 25. Madri. Recuperado em 12 de outubro de 2008, de http://www.mujaeresenred.net/periódico_feminista

Muszkat, M. E. (1998). Violência de gênero e paternidade. Em M. Arilha, B. Medrado, S. Unbehaum. *Homens e Masculinidades, Outras Palavras* (pp. 215-234). São Paulo: Editora 34.

Navarro, M. & Cezáreo, J. (2006). *Violência Contra as Mulheres no Distrito Federal: uma realidade a ser transformada*. Brasília: CFÊMEA. Recuperado em 20 de maio de 2007, de <http://www.cfemea.org.br/pdf/>, de Fórum Mulheres/DF.

Neves, A. S. & Romanelli, G. (2006). *A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar*. Estudos de Psicologia, 23(3), 299-306. Recuperado em 19 de setembro de 2008, da SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*): www.scielo.com.br

Neves, F. (2005). *Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais*. Revista Psicologia Reflexão e Crítica, 18(03), 408-412.

Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

Noronha, C. V. & Daltro, M. E. (1991). *A violencia masculina é dirigida para Eva ou Maria?* Cadernos de Saúde Pública, 7(2). Recuperado em 19 de janeiro de 2010, da SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*): www.scielo.com.br

O'Brien, M. (1994). O lugar do homem numa terapia sensível aos sexos. Em Rosine J. Perelberg & Ann C. Miller (orgs.). *O Sexo e o poder nas famílias* (pp. 207- 220) (M. C. B. Fernandes, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago.

OMS (2005). *Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer : primeros resultados sobre prevalencia, eventos relativos a la salud y respuestas de las mujeres a dicha violencia*. Recuperado em 5 de junho, 2006, de http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summaryreportSpanishlow.pdf

ONU (2001). *Roteiro de Metas para a Implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas*". Recuperado em 02 de novembro de 2009 de <http://www.pnud.org.br/odm/index.php#>

ONU (2007) *"Nem uma a mais! O direito de viver uma vida livre da violência na América Latina"*. Recuperado em 5 de maio de 2009 de <http://www.pnud.org.br/odm/cepal>.

Pandjarijian (s.d.). *Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação*. IPAS. Recuperado em 14 de novembro de 2008, de <http://www.ipas.org.br/arquivos/valeria/painel.doc>

Pasick, R. S. (1990). Raised to work. Em R. L. Meth & R. S. Pasick (Orgs.). *Men in therapy, the challenge of chance* (pp. 35-53). New York, NY: The Guilford Press.

Pence, E., & Paymar, M.(1993). *Education groups for men who batter: The Duluth Model*. New York: Springer.

Pinto, E. B. (2004). *A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica*. Psicologia USP, 15(1-2), 71-80. Recuperado em 12 de setembro de 2008, da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): www.scielo.com.br

Rampage, C., & Avis, J. M. (1998). *Feminist couple therapy*. In: F. M. Dattilio. *Case studies in couple therapy*. New York: Guilford.

Reichenheim, M. E., Moraes, C. L., Szklo, A., Hasselmann, M. H., Souza, E. R., Lozana, J. A., Figueiredo, V. (2006). *Magnitude da violência entre parceiros íntimos no Brasil: retratos de 15 capitais e Distrito Federal*. Cadernos de Saúde Pública, Vol. 22. Rio de Janeiro. Recuperado em 9 de setembro de 2008, de da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): www.scielo.com.br

Rodgers, K. (1994). *Wife assault: the findings of a national survey*. *Statistics Canada*. Juristat service bulletin 14(9). Recuperado em 12 de agosto de 2008, de <http://db.jhuccp.org/ics-wpd/exec/icswppro/>

Saffioti, H. I. B. (1999). *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. *Perspectiva*, 13(4), 82-91. Recuperado em agosto de 2008, da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*): www.scielo.com.br

Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

Santos, C., Ramos, M. E. C., Lima, S. C. C & Morato, A. C. (2009). *Análise da relação sistema de justiça criminal e violência doméstica contra a mulher: a perspectiva de mulheres em situação de violência e dos profissionais responsáveis por seu acompanhamento*. Brasília: MPDFT/ESMPU.

Santos, L. S. (2008). *Profissão: do lar. A desvalorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Secretaria de Vigilância em Saúde (2008). *Saúde Brasil 2007. Uma análise da situação de saúde. Perfil de mortalidade do brasileiro*. Ministério da Saúde. Recuperado, em 07 de janeiro de 2009, de http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/coletiva_saude_061008.pdf.

Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. 20(2), 71-99.

Sonkin, D.J., & Durphy, M., (1985). *The male batterer: A treatment approach*. New York: Springer. Recuperado em 12 de setembro de 2008, de <http://www.daniel-sonkin.com/>

Sonkin, D.J. & Dunton, D. (in preparation) *Treatment of Intimate Violence: Multidimensional Psychotherapeutic Perspectives*. Recuperado em 12 de setembro de 2008, de <http://www.daniel-sonkin.com/>.

Strey, M. N. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. Em Marlene N. Strey, Mariana P. R. Azambuja & Fernanda P. Jaeger. *Violência, gênero e políticas públicas* (pp. 13-44). Porto Alegre: EDIPUCRS

Subirats, M. (2008). La masculinidad hoy: um género obsoleto. Em: Conferência Mundos de Mujeres/Women's Worlds 2008. *La igualdad no es una utopia* (pp.310-322). Madri: Universidad Complutense de Madri.

Tjaden, P. & Thoennes, N. (2000). *Full report of prevalence, incidence, and consequences of violence against women: findings from the national violence against women survey*. U.S. Department of Justice. Office of Justice Programs. Washington (DC). Recuperado em 12 de agosto de 2008, de <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/183781.pdf?PHPSESSID=9b0f266925c06211980333e713e2e399>

Vasquez, A. & Milhomens, M. (2005). Marco Histórico da Violência Contra a Mulher. Em *Enfrentado a violência na rede de saúde pública* (pp.39-44). Secretaria de Estado e Saúde de Brasília.

Vizcarra, M. B.; Cortés, J.; Bustos, L.; Alarcón, M.; Muñoz N. S. (2001). *Violencia conyugal en la ciudad de Temuco. Un estudio de prevalencia y factores asociados*. Revista Médica. vol.129 n.12 , 156-61. Recuperado em 12 de agosto de 2008, da SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*): www.scielo.com.br

Walters, M. (1994). Uma perspectiva feminista da terapia de família. Em Rosine J. Perelberg & Ann C. Miller (orgs.). *O Sexo e o poder nas famílias* (pp. 27- 46) (M. C. B. Fernandes, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago.

Weizer-Lang, D. (2004). Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. Em M. R. Schpun (org.). *Masculinidades*. Boitempo Editorial e Edunisc. São Paulo/SP e Santa Cruz do Sul/RS.

Wilshire, D. (1997). Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na reimaginação do conhecimento. Em A. Jaggar & S.Bordo (Orgs), *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

Filme: Acorda Raimundo (Alfredo Neves, 1990).

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma sessão em grupo de avaliação após a sua participação no grupo reflexivo elaborado pelo Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica do Fórum de Samambaia e realizado no Colégio Marista dessa cidade. Solicitamos que você leia este documento e esclareça qualquer dúvida antes de concordar com a participação nesta pesquisa. Esta pesquisa é conduzida por Luiz Henrique Machado de Aguiar, psicólogo responsável pela elaboração das sessões e coordenador do grupo que você participou e será utilizada em sua dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

O presente estudo tem por objetivo avaliar, com homens que passaram pelo *Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica*, a percepção de mudanças ou de não mudanças no nível pessoal, em seus relacionamentos e na maneira de resolver conflitos familiares após a participação no referido grupo. A sua participação neste estudo consiste em participar de uma sessão de grupo com duração de duas horas a ser realizada no Colégio Marista da cidade de Samambaia.

Esta pesquisa poderá trazer a você algum tipo de desconforto por lidar com questões da sua vida particular e por trazer temas relacionados a episódios de violência que podem ter acontecido na sua família. Caso você considere necessário, assim que terminar o encontro grupal você poderá solicitar ao entrevistador que seja marcado um atendimento com o pesquisador responsável para falar sobre o seu desconforto ou sobre dificuldades atuais em lidar com os assuntos tratados no grupo.

Solicitamos a sua autorização para gravar este encontro grupal. Não haverá, na divulgação do material, nenhuma relação entre as falas grupais e o seu nome assim como não haverá nenhum dado que o identifique. As falas serão avaliadas juntamente com as dos outros participantes pelo psicólogo/pesquisador responsável e pela professora responsável pela orientação. Todos acima mencionados assumem o compromisso de manter sigilo em relação à sua identidade. O material do grupo será mantido guardado em sigilo pelo pesquisador responsável e pela orientadora.

Caso você não queira participar desta pesquisa ou desista de participar após o início do encontro grupal, não haverá nenhum tipo de prejuízo a você em relação ao seu processo no Juizado Especial Criminal do Fórum de Samambaia ou qualquer prejuízo de outra ordem.

As gravações serão analisadas e utilizadas na dissertação de mestrado do psicólogo/pesquisador assim como podem ser utilizadas em produções bibliográficas como artigos e capítulos de livros, entre outras.

O pesquisador responsável por este estudo é Luiz Henrique Machado de Aguiar, sob a orientação da professora Dra. Gláucia Starling Diniz, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Se você tiver alguma dúvida após a participação nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, com a orientadora da pesquisa, ou com o Núcleo de Atendimento à Família, no Fórum de Samambaia nos seguintes telefones:

- Luiz Henrique Machado de Aguiar - Pesquisador responsável - Tel. (61) 8162-3491.
- Professora Dra. Gláucia Starling Diniz - orientadora da pesquisa - Tel. (61) xx-xx
- Núcleo de Atendimento à Família do Fórum de Samambaia - Tel. 3458-0905.

Caso decida participar desta pesquisa, você poderá desistir a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo à sua pessoa.

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Eu, -----

Nome do Participante da Pesquisa, RG / CPF

declaro ter lido todas as informações apresentadas acima. Declaro ter esclarecido todas as minhas dúvidas e concordo em participar deste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Brasília, de 2008.